



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO
AMAZONAS**

**MANAUS
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO
AMAZONAS**

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**MANAUS
2013**

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO
AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na
Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas

**MANAUS
2013**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Souza, Agnaldo Corrêa de
S729e Um estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas /
Agnaldo Corrêa de Souza. - Manaus, 2013.
134f. il. color.
Dissertação (mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
Universidade Federal do Amazonas.
Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Marilene Corrêa da Silva Freitas

1.Turismo-Aspectos econômicos 2. Reservas indígenas 3.Cultura
indígena I. Freitas, Marilene Corrêa de (Orient.) II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 379.85(811.3)(043.3)

AGNALDO CORRÊA DE SOUZA

**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO
AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na
Amazônia.

Aprovada em Manaus, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas, Presidente
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Prof. Dr. Roberto dos Santos Bartholo Junior, Membro
(Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Prof. Dr.^a Artemis de Araújo Soares, Membro
(Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

*Dedico este trabalho aos primeiros Mestres
da minha vida, meus pais Aginaldo Barros de
Souza e Valda Corrêa de Souza.*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), qual me concedeu a oportunidade de ingressar no universo da pesquisa e conhecimento científico. Comparada a uma viagem acompanhada dos múltiplos saberes e, direcionada pelos professores doutores permitiu alcançar esse longo destino, entre tantos obstáculos enfrentados durante o processo de realização deste trabalho.

À extraordinária parceria intelectual de minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas. Suas orientações me conduziram a um caminho seguro, revelando a trilha ofuscada pelas incoerências da compreensão das teorias e dos saberes que ainda estão em construção, mas, lapidados pela incessante busca pelo conhecimento.

Aos meus pais, Aguinaldo e Valda, em suas vidas marcadas pelo laço eterno de união de casal, com simplicidade e pouco estudo, deram aos seis irmãos (Almir, Eu, Ricardo, Fernando, Neuton e Neudson) e uma irmã (Andrêa), a dignidade do estudo, o dom da vida, o apreço pela família, o respeito ao próximo e, seus exemplos de amizades e amor fraterno.

Aos amigos e familiares pelo apoio e incentivo dado ao longo do processo de realização deste trabalho, encheram de entusiasmo necessários para enfrentar alguns obstáculos e superá-los, transformando-se em força capaz de suportar a ausência da família e a companhia dos filhos.

A meu filho Rhaygner e minha filha Agna, que no momento mais delicado do trabalho de pesquisa (sua conclusão) foram como esteios fortes e seguros, transformando-se em dois guerreiros capazes de seguir seu comandante, vencendo as batalhas nas lutas travadas pelas divisões das tarefas escolares e as responsabilidades, colaboraram com apoio dentro de casa.

Aos meus irmãos Ricardo, Fernando, Neuton, Neudson e minha irmã Andrêa, incentivaram para entrada no programa e também contribuíram nos meses finais de conclusão deste trabalho com apoio financeiro e a amizade unida pela irmandade.

A minha amiga e companheira Marluçia, durante o processo de entrada e ao final deste árduo trabalho intelectual, acompanhou meus sofrimentos, angústias, medo e decepções. Esteve presente nos momentos mais difíceis, ouvindo as leituras das primeiras letras até o fechamento dos últimos parágrafos, foi a “Rocha”, onde encontrei o apoio necessário para chegar ao final desta jornada.

Aos colegas do Programa, do qual compartilhamos durante todo processo de construção do conhecimento, desde a submissão do projeto para entrada e ao fim das atividades acadêmicas. Entre as disciplinas e as discussões nos momentos de descontração dos saberes transmitido pelos nossos mestres, sejam eles nas mesas da cantina tomando aquele cafezinho ou degustando os almoços condimentados que nutriam e dava força para enfrentar as duras rotinas de leituras e escrituras de textos, no cumprimento das tarefas do programa.

Aos colegas Alessandra Rufino e Elizeu dedicados nas práticas acadêmicas, são exemplos do bom estudante, atentos e comprometidos com todo processo dentro do programa. Fizeram refletir sobre tudo aquilo que deve e não deve ser feito, para a vida de dedicação a ciência.

Aos professores do Programa, em especial as Prof.^a Dr.^a Rosemara Sataub de Barros, Prof.^a Dr.^a Iraildes Caldas Torres, Prof.^a Dr.^a Artemis de Araújo Soares, Prof.^a Dr.^a Heloísa Helena Corrêa da Silva e aos Prof. Dr. Gilson Vieira Monteiro, Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade que contribuíram para evolução do trabalho trazendo informações em suas diferentes linhas de pesquisas e conhecimento.

Aos colegas e professoras do curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas, foram essenciais para entrada no programa, me inspiraram por meio das discussões em sala de aula e entre as conversas particulares com as professoras, onde tive conhecimento deste universo do qual faço parte e tenho orgulho profundo.

Aos dirigentes das comunidades indígenas Satré-Gavião e Caniço-Rouxinol, o Sr. Eliomar da Silva Martins e o Sr. Santiago Penha Fernandes que me receberam com respeito e consideração, cedendo seu tempo entre tantos afazeres em suas comunidades e também por permitirem revelarem suas histórias para esse trabalho.

A Deus, por iluminar as esperanças por meio da grandeza de todos aqueles que contribuíram para ultrapassar os obstáculos no caminho dessa jornada. Não cessa neste trabalho, mas leva a mais uma porta, onde a escolha dependerá novamente da união de todos e, ao final, a realização de um grande sonho.

*Para nós, que somos os irmãos maiores do
homem branco, Yebá-gõãmi deu o poder da
memória, a faculdade de guardar tudo na
memória, os cantos, as danças, as cerimônias,
as rezas para curar as doenças... Nós
guardamos tudo isso na nossa memória!
Nosso saber não está nos livros! [...].*

Luiz Gomes Lana

RESUMO

Esta pesquisa aborda o turismo em comunidades indígenas no estado do Amazonas, destacando os conceitos teóricos e as práticas de seu desenvolvimento em sua base sustentável. Ela tem como objetivo interpretar as transformações sociais, econômicas e culturais devido às visitas de turistas nas comunidades indígenas. Procurou-se compreender, por meio do olhar dos indígenas e de distintas teorias, as relações entre as interações sociais nas práticas do turismo e seus aspectos sustentáveis. O estudo se estende às comunidades indígenas no município de Manaus-AM, evidenciando a sua estratégia econômica e a apresentação de seu patrimônio imaterial, que inclui suas tradições e costumes ao turismo. Mostra os efeitos do contato das comunidades com os turistas, e analisa as mudanças no processo da produção do espaço, destacando a promoção do desenvolvimento em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Utilizou-se uma seleção bibliográfica interdisciplinar, uma abordagem qualitativa e um estudo descritivo e interpretativo usando a observação e a descrição como forma de captar as relações e inter-relações do objeto pesquisado com os empreendimentos, as instituições, os turistas e as comunidades. O estudo também problematiza as relações das comunidades com os processos econômicos advindos das atividades turísticas.

Palavras Chaves: Turismo. Comunidades indígenas. Desenvolvimento Sustentável. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This research approaches tourism in indigenous communities in Amazonas state, highlighting the theoretical concepts and practices of development in their sustainable basis. It has the objective to interpret the social, economic and cultural transformations due to the visits of the tourist to the indigenous communities. Seeks to understand, through the eyes of indigenous and distinct theories, the relationship between the social interactions in the practices of tourism and its sustainable aspects. The study extends to indigenous communities in Manaus-AM, highlighting his economic strategy and the presentation to the tourism, of their intangible heritage, including their traditions and customs. Shows the effect of contact of the communities with the tourists, and analyzes the changes in the process of production of space, highlighting the promotion of development in its economic, social, environmental and cultural dimensions. It has been used a selection of interdisciplinary literature, a qualitative approach and a descriptive and interpretative study, using observation and description as a method to pick up the relationships and inter-relationships of the researched object with the enterprises, the institutions, the tourists and the communities. The study also discusses the relationship of communities with economic processes arising from tourist activities.

Key Words: Tourism. Indigenous communities. Sustainable Development. Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Cabanas para venda de artesanatos.....	34
Figura 02 - Visão da orla da cidade de Manaus através da Com. N ^a S ^a do Livramento.....	37
Figura 03 - Terra Indígena Andirá-Marau, rota da migração dos Sateré-Mawé para Manaus....	81
Figura 04 - Localização das comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol.....	87
Figura 05 - Embarcações trafegando em momento de lazer no domingo.....	87
Figura 06 - Frente da Comunidade Sateré-Gavião.....	89
Figura 07 - Cadeia Produtiva do Turismo, adaptado em Beni 1998, (SISTUR).....	96
Figura 08 - Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açú.....	104
Figura 09 - Centro cultural da Comunidade Caniço-Rouxinol.....	107
Figura 10 - Preparo da massa de mandioca no tipiti para produção de beiju de mandioca.....	108
Figura 11 - Tradições indígenas preservadas na comunidade Caniço-Rouxinol.....	109
Figura 12 - Dança do <i>yurupari</i> , flautas consagradas pelo pajé.....	112

LISTA DE QUADROS

- Figura 01** - Indígenas em Manaus.....42
- Figura 02** - Comunidade tradicional e indígena indicadas pelos órgãos de turismo de Manaus.. 84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AMAZONASTUR - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
- ASPAC - Associação de Silves pela preservação Ambiental e Cultural
- CNTur - Conselho Nacional de Turismo
- CTurTI - Colóquio Turismo em Terras Indígenas
- DSRMM - Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
- EUA - Estados Unidos da América
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- IBGE - Instituto Brasileiro em Geografia e Estatística
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MTur - Ministério do Turismo
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- OMT - Organização Mundial do Turismo
- ONGs - Organizações Não Governamentais
- PNT - Plano Nacional do Turismo
- PPGSCA - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
- PROECOTUR - Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
- PTA - Plano de Turismo da Amazônia
- RMM - Região Metropolitana de Manaus
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SISTUR - Sistema Turístico
- TCB - Turismo de Base Comunitária
- UFG - Faculdade Federal de Goiás
- UNI - União das Nações Indígenas
- ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico
- ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO I - COMUNIDADES INDÍGENAS NA CIDADE DE MANAUS E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	21
1.1 Breve Noção de Comunidade e Comunidade Amazônida na Atualidade.....	21
1.2 Territorialização e a Reorganização da Etnicidade para o Turismo.....	30
1.3 Comunidades Indígenas na Cidade de Manaus.....	39
1.4 Turismo de Base Comunitária no Estado do Amazonas.....	44
CAPITULO II - TURISMO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS VERSUS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA: BALANÇO CRÍTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	49
2.1 - O Mito do Desenvolvimento Sustentável.....	59
2.2 - A Emancipação das Questões Indígenas Através do Etnodesenvolvimento.....	64
2.3 Abordagem Jurídica das Questões Indígenas Enfoque para o Turismo: Plano Nacional de Turismo 2007/2010 (PNT).....	72
2.3.1 Estratégias Políticas para o Desenvolvimento do Turismo na Amazônia.....	75
CAPITULO III - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS SATERÉ-GAVIÃO E CANIÇO-ROUXINOL	80
3.1 Comunidade Indígena Sateré-Gavião.....	88
3.1.1. A Introdução e o Fim do Turismo na Comunidade Sateré-Gavião.....	92
3.2. Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol.....	103
3.2.1 A Gênese da Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol e o Turismo.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIA	120
APÊNDICE	127
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

O turismo tem promovido o desenvolvimento socioeconômico em diversos países e regiões onde ocorre a atividade turística, fenômeno social contemporâneo, caracterizado pela saída voluntária do turista de seu local de origem para outro de destino, por um tempo superior a vinte e quatro horas, mas, sem desenvolver atividade econômica remunerada. A prática do turismo em áreas receptoras tem promovido mudanças significativas nos aspectos ambientais, socioeconômicos e culturais em muitas localidades.

A realização do turismo acontece pela apropriação do espaço e dos elementos constituintes de um atrativo turístico, como as paisagens naturais e a cultura de uma localidade. Nesta perspectiva, a “Indústria do Turismo” estabelece como meta a possibilidade do desenvolvimento socioeconômico, inclusão social e a proteção ambiental através da prática sustentável tanto ambiental quanto cultural¹. É preciso ter em mente que sustentabilidade deve ser realizada efetivamente e não como uma utopia. A materialidade da sustentabilidade realiza-se localmente.

Utilizar recursos naturais e as identidades culturais regionais sem levar em consideração o seu respeito e a sua valorização, poderá fazer com que o turismo, assim como os demais setores econômicos, se aproprie e transforme a natureza, como forma perversa de perpetuar as atividades econômicas sem a preocupação com o futuro do planeta. É negado o retorno em forma de ações que poderão beneficiar tanto produtores quanto consumidores, além das localidades emissivas e receptoras inseridas diretamente no desenvolvimento do turismo. Este modo de intervenção nega a mudança sustentável e a inovação por meio da atividade turística.

Os debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade no horizonte conceitual são antagônicos, um paradoxo na realização do turismo e um paradigma para ciência. Promover o desenvolvimento com a sustentabilidade socioambiental nas comunidades indígenas, juntamente com seus diversos atores sociais é um desafio dentro dos processos conduzidos pelos movimentos de globalização. Atualmente muitas comunidades são expostas em vitrines virtuais, utilizadas como produtos da “Indústria do Turismo”, não havendo sequer

¹ De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT – (2013). A contribuição do turismo para o bem-estar econômico depende da qualidade e as receitas da oferta turística. A OMT auxilia destinos em seu posicionamento sustentável em mercados cada vez mais complexos nacionais e internacionais. Como a agência da ONU dedicada ao turismo, a OMT aponta que os países em desenvolvimento, particularmente, podem se beneficiar do turismo sustentável, e atua para ajudar a tornar isso uma realidade.

preocupação com a realidade dessas comunidades, muitas vezes vivendo em conflitos e “marginalizadas” pelas sociedades antagônicas.

Um exemplo dessa situação é que nos últimos anos muitos grupos indígenas foram alvos das disputas e conflitos pela posse de suas terras e pelo descaso da gestão pública acerca da importância de seu valor histórico. Estas questões têm levado muitos indígenas a migrarem para as periferias urbanas e constituírem novos núcleos étnicos, autodenominados de comunidades indígenas. Isso os leva a uma situação “marginal”, principalmente pela falta da prática das políticas públicas que valorizem a sua cultura e seu legado.

Através do processo de transformação, preocupações mundiais relacionadas às questões ambientais e ao futuro da humanidade, o turismo aparece como atividade econômica menos impactante ao ambiente natural e cultural. O turismo tem incentivado à preservação ambiental e a valorização cultural em categorias como o etnoturismo, ecoturismo e turismo cultural. Nessas modalidades o turista tem como objetivo conhecer os modos de vida, as tradições, o contato com a natureza, vivenciando-as, como forma de valorizar ou florescer o interesse e o sentimento pela preservação ambiental e cultural.

Não é objetivo deste trabalho se limitar em evidenciar os conceitos e categorias referentes ao turismo e sim, fazer uma interpretação sobre as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas com as visitas de turistas nas comunidades indígenas Caniço-Rouxinol e Sateré-Gavião, localizadas na região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú, no município de Manaus-Am. Também fazer uma interpretação crítica ao modelo de desenvolvimento cunhado como sustentável e utilizado como bandeira preservacionista em defesa do meio ambiente, que tende a promover a inclusão social das comunidades rurais, onde se incluem as indígenas, assim como trazer o debate para às questões indígenas.

Esta dissertação busca evidenciar uma nova realidade vivida em áreas consideradas como polos turísticos, onde é utilizado, especificamente, o patrimônio imaterial, incluindo as tradições e os costumes de uma localidade. Estuda ainda, os efeitos positivos e negativos advindos da atividade turística. Analisa também, as mudanças ocorridas no processo da produção do espaço por meio da compreensão e importância do turismo como atividade minimizadora de entraves. Destaca a oportunidade dos comunitários promoverem o ordenamento da atividade nas dimensões: econômica, social, ambiental e cultural, uma vez que essas comunidades fazem partes do modelo de turismo sustentável destacado pelos planos de desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus e empreendimentos turísticos na região.

Ao nosso entendimento esta dissertação contribui para o entendimento das inter-relações dos grupos étnicos com as entidades promotoras do turismo, o que possibilita a produção de novos conhecimentos referentes ao tema, indo de encontro com a proposta do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Propõe, também, chamar a atenção para discussões ou debates acerca da problemática indigenista, da vida socioeconômica de comunidades que sobrevivem em situações conflitantes com posseiros, empreendimentos e os não indígenas.

O que se espera diante deste trabalho é que a sociedade de modo geral tome conhecimento desses fatos esquecidos ou muitas vezes não evidenciados pelas instituições que elaboram os planos de desenvolvimento da atividade turística. É relevante também para que os próprios comunitários tomem conhecimento das consequências dos impactos, sejam eles positivos ou negativos, conduzindo-os a tomarem decisões e ações satisfatórias para todo grupo étnico, garantindo o bem estar social e o efetivo desenvolvimento humano em suas comunidades.

Compreender o turístico em comunidades indígenas contribui para a compreensão da dimensão teórico-prática do fenômeno turístico em comunidades ou terras indígenas na Amazônia. Emerge o grupo social investigado na prática sustentável de seus valores culturais, como forma de preservar suas tradições, mesmo estando envolvidos com outras atividades opostas às suas tradições. Nada os impede de conhecer novos modos de vida e nem transfigurar suas tradições, mas apresentá-las de forma consciente. A interdisciplinaridade do tema possibilita uma ação social referente à valorização das diversas culturas apresentadas nas comunidades em espaço amazônico.

O turismo no estado do Amazonas volta-se para o desenvolvimento sustentável de práticas ambientais. O Estado possui a “maior cobertura vegetal, com 98% da sua floresta original”, com grande riqueza de fauna e flora. Estes aspectos despertam interesses que vão além da conservação e preservação de sua floresta, uma vez que isso representa o desenvolvimento de práticas econômicas, como as atividades voltadas para o turismo. O estado tem grande potencial para o turismo de natureza, onde o turista contempla os espaços naturais e o ecoturismo que tem como característica a conscientização em preservar áreas naturais e valorizar as diversidades culturais.

A diversidade cultural indígena, ao nosso modo, foi potencializada pelos empreendedores do turismo como elemento para atrair turistas. Através dela, as comunidades indígenas perceberam a possibilidade de obtenção de renda, por meio da troca dada pela visita de turistas e a apresentação da cultura indígena. Desse modo, as comunidades

passam a fazer parte da cadeia produtiva do turismo, organizando sua cultura para serem apresentadas aos turistas e visitantes. A gestão desta atividade pelos próprios indígenas poderia contar com critérios de organização, participação e integração entre Estado – mercado – comunidade, desse modo representaria como uma atividade sustentável.

O turismo em comunidades indígenas no Amazonas tem uma relação tanto com os procedimentos do turismo de natureza, quanto aos procedimentos do ecoturismo. Os espaços onde se localizam as comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol, contem características que envolvem esses dois modelos de turismo. Por outro lado, a gestão desta atividade pelos comunitários é uma questão que ainda não foi superada, devido principalmente, a vulnerabilidade econômica, social e cultural encontrada nessas comunidades. Contudo, o turismo representa do ponto de vista conceitual a valorização da cultura indígena pelos não indígenas, por meio das interações sociais e culturais ao entrar em contato com esses grupos em suas comunidades.

Seguindo esses aportes teóricos, o trabalho teve como objetivo interpretar as possíveis transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas com a prática do modelo de desenvolvimento de turismo sustentável na Amazônia. E como objetivos específicos, analisou a percepção do indígena em relação à atividade turística realizada nas comunidades; e identificou os atores sociais envolvidos com a atividade turística nas comunidades. E por último foi feita uma descrição mediante observação de campo na inserção do turismo, além da descrição dos espaços de convívio dos grupos indígenas e os espaços organizados para o turismo.

A escolha das duas comunidades se deu pelo fato de elas estarem localizadas geograficamente em uma mesma região e por estarem incluídas entre as comunidades rurais indígenas no município de Manaus, que desenvolvem alguma atividade voltada para o turismo.

Optou-se por fazer uma abordagem qualitativa e estudo descritivo-interpretativo, utilizando a observação e a descrição como forma de captar as relações e inter-relações do objeto pesquisado com os empreendimentos, instituições, turistas e as comunidades. Neste sentido, Geertz (2008) apresenta a abordagem antropológica, partindo da interpretação dos acontecimentos ou “de qualquer coisa”, que servirá de modelo para a análise mais acurada dos elementos tomados como objeto para esse trabalho - as comunidades indígenas Caniço-Rouxinol e Sateré-Gavião, localizadas na região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, no município de Manaus-Am.

Compreender como as transformações sociais, econômicas e culturais acontecem com a prática do turismo, conduz a uma interpretação “a partir das expressões simbólicas das produções humanas, signos culturais” (SEVERINO, 2007, p.115), uma vez que as construções das relações entre turistas e anfitriões se diferenciam no ponto de vista de cada um. O primeiro vê as áreas receptoras como meio de lazer, entretenimento, fuga da vida agitada das cidades; e o segundo modifica seus hábitos ou os dá novo significado ao perceber que os turistas ou o turismo poderão ser fonte geradora de renda e mecanismo de saída para alguns problemas sociais como exclusão, marginalização e exploração das comunidades indígenas.

A pesquisa buscou inserir-se de forma neutra e objetiva, uma vez que se busca compreender o sentido horizontal das relações dentro da atividade turística. “A pesquisa é uma atividade neutra e objetiva, que busca descobrir regularidades ou leis em que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (Goldenberg 2004, p.17). Unidos das interpretações e das “faculdades do entendimento’ sociocultural” (OLIVEIRA, 2006, p.17) pode-se interpretar as possíveis transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas com a prática do modelo de desenvolvimento de turismo sustentável na Amazônia.

Nestes termos, a pesquisa de campo foi o “momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já havia sido previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 2006, p.19) e delimitado pelas abordagens teórico-metodológicas. A abordagem interpretativa percorreu os caminhos traçados por Clifford Geertz (2008). A partir da análise hermenêutica (interpretação) conseguimos uma “descrição em profundidade (descrição densa) das culturas como ‘textos’ vividos, como ‘teias de significados’ que devem ser interpretados” (Goldenberg 2004, p.23).

Os dados coletados foram por intermédio das entrevistas semiestruturadas com os dirigentes das comunidades Sateré-Gavião (Eliomar da Silva Martins) e Caniço-Rouxinol (Santiago Penha Fernandes), nos períodos de 22 a 31 de julho de 2013. Vale ressaltar que o processo de visitação às comunidades indígenas foi iniciado a partir do dia 13 de junho de 2012, quando fomos às duas comunidades solicitar a anuência dos dirigentes para iniciar os procedimentos da pesquisa propriamente dita – a pesquisa de campo. E através da observação daquelas áreas durante os períodos de vazante e enchente dos rios, principalmente esses movimentos na bacia do rio Tarumã-Açu, afluente do rio Negro.

Esta breve apresentação da construção teórico-metodológica e prática do desenvolvimento deste trabalho estão complementadas em três capítulos. Eles se convergem para dar resposta ao objetivo proposto na pesquisa.

Para tanto, no primeiro capítulo intitulado *Comunidades Indígenas na cidade de Manaus e o Turismo de Base Comunitária*, apresenta-se uma breve discussão sobre a conceituação de comunidades em diferentes aspectos, formas e lugares. Essa discussão é feita relacionando-se com a dimensão espacial, onde logo em seguida apresenta-se a territorialização e a organização desses espaços para o turismo. Aborda questões referentes às comunidades indígenas urbanas e rurais na cidade de Manaus, destacando o número de habitantes, o processo de formação e sua organização social. E por fim, apresenta-se as discussões relacionadas ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, seu processo na atualidade e o seu desenvolvimento no Estado do Amazonas.

No segundo capítulo intitulado *Turismo em Territórios Indígenas Versus Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia: balanço crítico da situação atual*, apresenta questões relacionadas aos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo em terras indígenas no Brasil e no mundo. Destaca algumas experiências dessa modalidade de turismo de outros lugares, as quais serviram de comparação para as interpretações acerca do tema abordado. Apresenta o conceito de etnodesenvolvimento que sugere a autogestão pelos próprios comunitários, levando, assim, sua emancipação. E, concluindo o capítulo, traz a discussão acerca das questões jurídicas relacionadas aos povos indígenas, assim como as estratégias de desenvolvimento para a região através das políticas públicas, principalmente àquelas direcionadas para o turismo.

No terceiro capítulo intitulado *Desenvolvimento do turismo nas Comunidades Indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol* apresenta-se um breve estudo de caso, qual descreve a realidade vivida; o lugar e a região onde estão situadas essas duas comunidades indígenas. Apresenta o ambiente e os sujeitos, com o propósito de identificar o porquê da escolha da atividade econômica do turismo para a prática de um possível etnodesenvolvimento indígena. Descrevo e avalio o porquê desta intervenção econômica no dia-a-dia das comunidades, assim como destaco a reorganização de suas etnicidades a serem apresentadas para o turismo. Outro aspecto fundamental para a compreensão da relação entre essas comunidades é a atividade turística produzida como meio de sobrevivência dos povos indígenas ao recriar dimensões tradicionais de seus territórios de origem.

Esta temática não chega ao seu fim pelas análises deste trabalho, mas, poderá vir a ser o ponto de partida para outras discussões, assim como outros olhares científicos

disciplinares e interdisciplinares. Deste modo, contribuiu para a compreensão dessa atividade econômica e suas relações com as comunidades indígenas, sejam elas, próximas das cidades ou vivendo dentro delas, ou nos seus territórios étnicos. Por outro lado, contribuiu para levar o conhecimento às comunidades indígenas, não apenas as duas escolhidas como objeto de estudo, mas todas aquelas que desenvolvem algum tipo de atividade voltada para o turismo.

CAPITULO I

COMUNIDADES INDÍGENAS NA CIDADE DE MANAUS E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

1.1 Breve Noção de Comunidade e Comunidade Amazônica na Atualidade

Na região amazônica, muitos núcleos populacionais humanos diferenciam-se entre os espaços geográficos onde estão localizados e são determinados pelos aspectos culturais que os constituíram. De heranças generalizadas indígenas deixadas pelas pretéritas etnias que habitavam cada espaço amazônico, esses locais onde vivem inúmeras populações que hoje ladeiam os grandes rios, lagos e igarapés e daquelas que habitam os centros e rincões da floresta são denominadas comunidades², chamadas tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, caboclas e indígenas.

A noção de comunidade leva ao entendimento da vida comum entre os sujeitos inseridos em um contexto político-espacial. Nela se espera a realização dos anseios, dos ideais, das reivindicações que irão favorecer a todos, assim como é vista como um lugar de acolhida e vivência solidaria. Nessa dimensão, Bauman (2003, p. 9) elabora uma breve definição dizendo que “[...] ‘comunidade’ é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir”.

Essa noção apresentada por Bauman (2003) leva-nos a acreditar que em sentido teórico a definição da palavra comunidade está no imaginário humano como sendo uma “quimera” difícil de tornar-se realidade prática. Se tomarmos um evento qualquer, o epicentro quando ocorre em uma determinada comunidade sugere a união de todos, mas, nem sempre seus membros estão dispostos a partilhar unidos às consequências provocadas por esses eventos e tão logo encontrar uma solução. O individualismo e o interesse particular nesses casos, ainda subjazem aos interesses comuns.

É inevitável dissociarmos das heranças reverberadas do modo de produção capitalista; nela “[...] o produto é produzido somente como mercadoria, não como meio direto de subsistência [...]”³, nesse processo, a transformação do produto em mercadoria atenderia

² Segundo Raquel Wiggers (2011, p. 3), “as comunidades são tradicionalmente a unidade política com a qual as instituições estaduais, os órgãos governamentais, as ONGs e as igrejas se relacionam com as pessoas que vivem no mundo rural amazônico, e isso se dá através de um líder comunitário, reconhecido como tal pelos comunitários e pelo Estado”.

³ MARX, Karl, 1818-1883. **O capital; crítica da economia política.** (1985/86, p. 245).

aos interesses dos “donos dos produtos”, do particular. Englobar os interesses coletivos e a generalização das satisfações poderia levar a um concreto modelo de comunidade.

No entanto, o que se tem é a defesa de pequenos grupos camuflados muitas vezes pelo nome de comunidade, uma dimensão que percorrerá uma longa jornada até atingir a sua totalidade. A cultura e as práticas sociais no campo dessas comunidades contemporâneas podem ser comparadas como atividades industriais, intencionalmente elaboradas para manter ativo o jogo de poderes dos grupos dominantes.

A exemplo disso, após a Segunda Grande Guerra, a complexidade das transformações provocadas por esse evento, conseqüentemente abalou as estruturas econômicas em escala mundial. Fez surgir no final do século XX a formação dos chamados “blocos econômicos”⁴, com o fortalecimento e a valorização do local em paralelo a globalização da economia⁵. No afã desse processo, as potências mundiais criaram modelos de desenvolvimento que correspondessem à proteção de seus interesses, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Blocos econômicos ou comunidades econômicas evidenciam os tipos de solidariedade existentes dentro de um aspecto espacial, onde todos tentam em comum acordo estabelecer as diretrizes que fazem com que estes espaços venham fornecer as condições necessárias para à sobrevivência e manutenção das atividades existentes nessas espacialidades, assim como seus atores sociais que nela situam.

Desse modo, percebemos que a noção do conceito de comunidade está intrínseca à noção de espaço de ação antrópica, podendo aparecer dentro de vários universos como virtual (comunidade virtual), político-econômico (comunidades econômicas), acadêmico (comunidade acadêmica ou científica), Amazônico (comunidade rural e urbana), entre outras espacialidades. Milton Santos (1994, p. 5), escreve que “a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”.

As condições em que um grupo social se reúne em um local, vivendo em comum sob o legado de uma tradição, cultura e história configura uma forma comunitária. O legado os une em torno da intercompreensão coletiva.

⁴ A mundialização da economia capitalista gerou a segmentação do espaço econômico mundial. Esta característica geográfica se expressa no final do século XX na formação de blocos econômicos em todo o mundo (Oliveira, 2005, p. 255).

⁵ Segundo Costa (2010, p. 38), o modelo de desenvolvimento baseado na ruptura dos sistemas industriais, culminou na especialização técnico/científica, proporcionando o surgimento de espaços produtivos e organizados visando a valorização da localidade. “[...] Em conseqüências das condições físicas, da ação dos governos e de fatores sociais, aproveitando heranças técnicas, produtivas e culturais dos antepassados [...]”.

Intencionalmente destacamos essas referências aos postulados sobre a comunidade para chamar a atenção da realidade vivida ⁶ nesses espaços, o que *a priori* representa um todo harmonioso e a organização perde seu valor quando as relações sociais se intensificam contraditoriamente pelas individualidades. Uma comunidade idealizada está distante daquela que está sendo vivida. Bauman (2003, p. 5), argumenta que a comunidade é o;

Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria experiência. Talvez seja um paraíso precisamente por essa razão. A imaginação, diferente das duras realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada. Podemos ‘soltar’ a imaginação, e o fazemos com total impunidade – por que não teremos grandes chances de submeter o que imaginamos ao teste da realidade.

Bauman (2003), em sua obra “Comunidade; a busca por segurança no mundo atual”, alerta para os cuidados que se devem tomar para viver com segurança, mas, ele também evidencia os conflitos que existem quando se vive em comunidade, pois, a realidade vivida não é a sonhada nem a imaginada, é uma realidade compartilhada. Viver em comunidade requer que os atores sejam altruístas, compartilhando os benefícios e malefícios em um determinado espaço geográfico.

Essa atitude exige um grande esforço conjunto de liberação da consciência, moral, ética, religião e dos prazeres pertencentes à individualidade do ser. Libertar-se do egoísmo característico de cada indivíduo não significa que não persistirão os conflitos existentes nos espaços produzidos cultural e socialmente pelo homem dentro das comunidades, uma vez que os espaços comuns que se destacam são dados por sua gênese cultural e social.

Se a comunidade sugere a solidariedade entre os sujeitos, a herança cultural indica que esta seja de fato afirmada. As remanescentes etnias amazônicas, juntamente com as interações entre as sociedades ocidentais, produziram uma solidariedade comunitária fechada⁷. As raízes culturais carregam em sua essência os traços étnicos dos antigos povos

⁶ Segundo Bauman (2003, p. 5), “a realidade é declaradamente ‘não comunitária’ ou até mesmo hostil à comunidade, que difere daquela comunidade imaginária que produz uma ‘sensação de aconchego’. Essa diferença apenas estimula a nossa imaginação a andar mais rápido e torna a comunidade imaginada ainda mais atraente. A comunidade imaginada (postulada, sonhada) se alimenta dessa diferença e nela viceja”.

⁷ Para Morin (2011, p. 73), “estas sociedades son modelos de solidaridad comunitária evidentemente cerrada. Si bien no existe em ellas individualismo a la manera occidental, cada individuo utiliza por completo sus aptitudes sensoriales: vista, oído, olfato y tato. Cada uno es políticamente: el hombre talla sus herramientas, fabrica sus armas y sus proyectiles, sabe encontrar las huellas de las presas, perseguirlas u abatirlas; construye su casa, confecciona juguetes para sus hijos; la mujer se ocupa de los hijos, recolecta el forraje y los vegetales para la alimentación, cocina, confecciona vasijas de barro, tejidos y joyas [...]”.

dessa região, além daqueles que vieram no final do século XIX e início do século XX em busca das riquezas ecoadas pelo período áureo da borracha.

Algumas comunidades tradicionais e indígenas modificaram as formas de produção para adequarem-se ao mercado global. Houve um processo de integração das técnicas tradicionais com as técnicas científicas. Esse processo mudou, de certa forma, as habilidades múltiplas dos indivíduos nas comunidades, transformando-os em orgânicos especialistas de atividades individuais⁸. Cada indivíduo está fazendo parte, mesmo de forma inconsciente, de um sistema de engrenagens que movem as economias globais. Nessa diversidade de transformações, o espaço transformado (humano) e o espaço físico (ambiente) se intensificam em um movimento de interações e relações sociais entre os indivíduos dentro das comunidades e fora delas.

Nesses espaços, onde os objetos postos (ferramentas, máquinas e equipamentos) previamente não os determinam em uma cadeia sistêmica de relações, eles são reconfigurados pelo tempo, pela ação do ambiente físico e do homem. E, este último ser transformador, irá obedecer à “[...] lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, a qual o espaço assegura a continuidade [...]” (SANTOS, 2006, p. 23).

Essa relação se apresenta com um espaço contínuo, onde a globalização da economia e a velocidade das informações proporcionaram o esfacelamento das atividades tradicionais, tão fortemente conservadas em âmbito comunitário. Ademais, a situação econômica dos comunitários tem levado o individualismo como outra forma de sobrevivência⁹. Um fato que deve ser levado em consideração é a divisão espacial das comunidades rurais na Amazônia, em cada comunidade há um lugar de moradia e um lugar de cultivo.

O lugar de cultivo onde a porção territorial é dedicada à produção, está se transformando em novas comunidades familiares, formadas por filhos e suas esposas, netos, cunhados, entre outros. Segundo Wiggers (2011, p. 2), os “povos da floresta [...], residem

⁸ Um exemplo desse efeito produzido pelas mudanças técnico-científicas é dado por Milton Santos (2010b, p.89), referindo-se à agricultura científica globalizada, ele fala que nas áreas onde (a) agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, certa homogeneização.

⁹ Quando falamos de um individualismo como forma de sobrevivência, nos remetemos ao entendimento de que o homem busca através de novos saberes, novos conhecimentos (tanto técnico quanto científico) melhorar a situação econômica e social de seu grupo de origem. Estes novos conhecimentos tem mudado o modo de produção de alimentos, valorização ambiental e as relações sociais entre os indivíduos.

prioritariamente de duas formas, ou são moradores isolados (sítios ou o lugar de cultivo) ou são comunitários [...]”, No entanto, a espacialidade do lugar da comunidade sede irá definir geopoliticamente a pessoa ao lugar que ela pertence.

O pertencimento à comunidade sede será dado quando as demandas políticas e sociais, como os programas de Governo, forem conduzidas a essa localidade. Mesmo beneficiando a todos, o individualismo irá sobrepor à coletividade. Essa realidade diferencia as comunidades “imaginadas” ou “sonhadas”, a qual se refere Bauman (2003), daquelas comunidades reais.

O jogo de interesses do particular para o coletivo dentro de uma comunidade amazônica irá aparecer nas festividades, nos jogos e nas ações que proporcionam o bem estar dos comunitários como: limpeza dos logradouros que conduzem os comunitários em seus locais de cultivo ou na limpeza dos furos que ligam os lagos e igarapés onde estão localizadas as comunidades – comuns no baixo e médio Amazonas no período de vazante.

O processo de transformação do espaço tem atingido as comunidades rurais amazônicas na atualidade e mostra que a realidade vivida é bem diferente daquela imaginada, como sugere o conceito da palavra “comunidade” - *communitas*¹⁰. As ações do tempo e do homem, como o processo de mecanização, especialização da produção, conhecimento tradicional aliado ao conhecimento científico¹¹ acabam transformando o lugar de sossego em lugar de passagem temporária.

Diante do novo modo de produção, antes o produto produzido era tido como meio de subsistência e mediante a produção excedente, os comunitários passam a manter relações cada vez mais próximas ligadas aos centros urbanos para vender sua produção, ou, estão buscando alternativas técnicas e mecânicas para aumentar a produção. Para Milton Santos (2006a, p.24), “[...], a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida. Cada vez se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade”.

Diante desta nova síntese facilitada pela acessibilidade das informações, da interação entre outras sociedades, muitas comunidades que outrora eram definidas como comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas, caboclas, quilombolas, estão cedendo lugar a espaços urbanizados. Muitas vilas e agrovilas vão se formando no lugar de antigas comunidades.

¹⁰ Que pertence a muitos ou a todos, público, comum (Houaiss, 2007).

¹¹ Enrique Leff (2000, p. 76), destaca que “[...] a geração e a seleção de alternativas tecnológicas para a exploração e aproveitamento dos recursos disponíveis num processo de desenvolvimento social como este é, certamente, matéria para um complexo processo de criação, assimilação e aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, assim como do seu cruzamento com saberes e práticas tradicionais”.

Esses novos espaços com aspectos urbanos, com ruas brevemente traçadas e divisão do território em pequenas unidades são cada vez mais comuns na região Amazônica¹².

Nessa configuração espacial, as práticas tradicionais irão obedecer a uma lógica capitalista de acúmulo de capitais. Segundo Leff (2000, p. 80);

A apropriação real da riqueza gerada nas zonas rurais pelas próprias comunidades dependerá, fundamentalmente, da participação que tenham os produtores diretos na organização dos processos produtivos, assim como de seu acesso efetivo aos seus recursos naturais e meios de produção. Por isto a necessidade de inovar, criando tecnologias “apropriadas-apropriáveis”, cujas características técnico-científicas, assim como suas necessidades de Capital, as tornem manejáveis pelos próprios camponeses e comunidades indígenas.

Essa metamorfose é produzida pelo processo contínuo de transformação social e dinâmica cultural, além de existir variada mobilidade de pessoas dentro desses espaços e de seus agentes de transformação (novas tecnologias, interações sociais, acessos às informações e a absorção de novos conhecimentos). Se formos interpretar está dinâmica a partir dos aspectos culturais e histórico não conseguiríamos interpretar essa ocorrência nas comunidades, se nenhuma cultura aparece estática no percurso da história, não seria diferente quando analisamos as transformações dentro de um determinado espaço geográfico.

Nesse universo produzido pelas transformações socioespaciais, a atividade turística aparece como proposta efetiva de mudanças, principalmente econômicas, para muitas comunidades não apenas na Amazônia, mas em outros lugares do planeta, com possibilidades de proporcionar bem-estar social e melhoria da qualidade de vida para toda coletividade. Segundo Cruz (2001, p. 12);

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo turismo para o turismo [...].

Em uma sociedade de consumo¹³ em que o mercado transforma ávidos produtores em consumidores reais e potenciais, esses objetos também serão transformados em potenciais atrativos turísticos. Esse mercado seleciona, cria e recria produtos para atrair cada vez mais

¹² Verifica-se diante deste processo a preocupação com a produção, através de meios eficientes que possam contribuir para o acúmulo de capital. Há também a dependência do apoio técnico-científico e ações eficientes do Estado como: o transporte da produção e sua distribuição.

¹³ Bauman (1999, p. 87) afirma que a “nossa sociedade é uma sociedade de consumo”.

consumidores, está transformando comunidades amazônicas em produto turístico, obedecendo à lógica do desenvolvimento econômico.

A partir desse modelo de desenvolvimento têm-se a esperança de proporcionar o bem-estar social e a qualidade de vida para toda comunidade. Dessa forma, muitas comunidades (tradicionalistas, ribeirinhas, caboclas, quilombolas e indígenas) sentem-se atraídas por essa modalidade econômica. A identidade cultural, marcante em cada comunidade, passa a enumerar um mundo de possibilidades de atração econômica que encanta os comunitários.

O desenvolvimento da atividade turística em um determinado espaço não se dá aleatoriamente, muito menos por suposições e imaginações, ele inicia-se através de um rigoroso estudo, com planejamento, marketing, inventário da oferta turística, realocação da infraestrutura de apoio, serviços e equipamentos turísticos.

Essas ações acontecem mediante a uma estratégia de ação que vise destacar as especificidades de cada espaço, o local passa a ser valorizado. O potencial de uma localidade pode gerar no olhar daqueles que planejam e daqueles que almejam a oportunidade de saírem das condições degradantes de sobrevivência, a esperança de um futuro promissor e rentável.

Quando atribuímos à questão do espaço, entendemos que esse espaço, através das interações sociais poderá ser utilizado como produtos da “indústria do turismo”, gerando produtores, que organizarão e trabalharão diretamente para o turismo. Já os consumidores, serão atraídos pela oferta desses produtos criados para suprir às necessidades de consumo em acordo com sua disponibilidade de tempo.

Esse tempo é apresentado não como fator físico-químico, mas, como elemento preponderante para a atividade, o qual corresponderá às mais variadas demandas turísticas. Sejam elas relacionadas ao entretenimento, lazer ou negócios dentro do tempo livre de cada indivíduo. Essa dimensão ganhou relevância para a evolução do turismo na história, principalmente com as conquistas sociais nos séculos XVIII e XIX.

O tempo livre conquistado corresponde a “*mais-valia relativa*” que o trabalhador desenvolveu, gerado pela produtividade, uma vez que o tempo conquistado é representado pela produção coletiva da força social do trabalho¹⁴. O tempo livre pode ser visto como direito conquistado, mas na verdade é resultado da venda social da força de trabalho, sem esse tempo livre o número de turista, talvez, fosse reduzido.

¹⁴ Segundo Marx (1996, p. 138), “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia”, o trabalhador terá de produzir efetivamente para gerar lucratividade ao capitalista, deste modo, fazendo parte do modo de produção. O tempo livre é fruto do trabalho, produto da mais-valia.

O fenômeno turístico que na atualidade é formado em grande parte por massas de trabalhadores dentro de cada categoria de trabalho, encontra neste tempo a fuga da vida cotidiana do trabalho, transformando esse tempo em um movimento entre duas espacialidades, os espaços de emissão e recepção de pessoas, independentes de realizarem o turismo ou não. Os empresários do turismo, ao seu modo, encontraram uma oportunidade em operar nesse mercado global.

O turismo após a Segunda Guerra Mundial teve uma grande ascensão marcada, principalmente, pelos avanços tecnológicos no setor de transporte, melhoramento nos setores de hospedagem e alimentação, transformando-se em um dos fenômenos sociais mais marcantes na atualidade. “Suas inúmeras manifestações concretas esquematicamente já fixadas em diversas tipologias que tentaram estabelecer assuntos e/ou objetos temáticos no âmbito desse amplo fenômeno” (GRÜNEWALD, 2003, p. 142).

As bases que constituem a atividade turística na cadeia produtiva do turismo servem-se desta massa de trabalhadores para mover as engrenagens da “indústria” do turismo. Os produtos criados irão satisfazer às necessidades de consumo mediante a disponibilidade de tempo de cada demanda turística respectivamente em cada tipologia de turismo. O consumo por outro lado, é essência na manutenção desta “indústria”. Ela não pode apresentar resultados economicamente insatisfatórios, por que sua lógica de produção condiz ao modo de produção capitalista.

A matéria-prima para a “indústria” do turismo está disponível em várias localidades, sendo “variáveis e improváveis”¹⁵. A indústria do turismo se apropria desta matéria-prima e condiciona-a com outros elementos ligados ao setor de serviço, infraestrutura urbana e de apoio ao turista. Na era da globalização, onde as distâncias são rompidas pela velocidade da informação e também pelo melhoramento da tecnologia nos transportes, o movimento humano entre as espacialidades são cada vez mais minimizados. Nesse movimento, o local passa a ser valorizado.

Muitas localidades passaram a fazer parte de possibilidades para serem apresentadas no campo da oferta turística. Ambientes naturais e aqueles transformados pela ação do

¹⁵ A indústria do turismo não é transformadora de matéria-prima em produto físico como a maioria das indústrias do setor econômico, ela transforma um ambiente natural e cultural e materializa em serviços para satisfazer sua clientela. Os produtos variáveis aparecem em tipologias como: turismo de sol e praia, de montanha, cultural, ecoturismo, etc. Quanto aos produtos improváveis podemos citar: o turismo em cemitério, hospitais e o turismo realizado em locais que enfrentaram catástrofes naturais, entre outros. A indústria do turismo prepara a infraestrutura de recepção e apoio aos turistas, dá assistência e fornece os serviços necessários para materializar o modo de produção até atingir a lucratividade de toda cadeia produtiva do turismo.

homem ou sua cultura, tendo em vista à apresentação estética de agrado sensível a percepção humana são apresentados como atrativos. Dentro desta visão holística, o turismo em comunidades indígenas é apresentado como elemento cultural e natural por tentar apresentar um ser natural e cultural de um ser “primitivo” ligado à natureza, sendo vista pela cadeia produtiva do turismo como forte potencial turístico.

O turismo em comunidades indígenas irá obedecer à lógica de produção para o mercado global de turismo, tendo pela frente o desafio de desenvolver a localidade ¹⁶. O desenvolvimento do local subjaz a melhoria da qualidade de vida para da população residente e também seu ambiente, seja ele físico ou cultural. Essa modalidade de turismo se constitui como tema de estudos do turismo de base comunitária (Reed, 1997; Hatton, 2002, 1999; Bartholo, 2009; Lima, 2011; Costa Novo; 2012), possibilitando uma variedade de interpretações entre as ciências.

É relevante que o modo como operam esta atividade não venha abarcar apenas o setor econômico. “É também uma atividade carregada de signos, representações, resistência e de valores sociais. Mas da mesma forma que traz o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições” (OLIVEIRA JR., 2012, p. 7).

Nesta discussão até aqui apresentada, entende-se que a “indústria do turismo” tem a necessidade de obtenção de novos espaços para produção de novos produtos turísticos. Esses produtos estão dispostos em vários ambientes físicos, sendo representados por elementos naturais e culturais, correspondendo como a matéria-prima desta “indústria”. E, a partir de uma reorganização do espaço e da introdução de elementos que irão constituir a cadeia econômica do turismo, serão criados os produtos que atenderão uma determinada demanda ávida a consumir na disposição do uso efetivo de cada tempo livre.

A reorganização de uma espacialidade leva também a população residente a reorganizar suas atividades, visto que encontra no turismo uma possibilidade de obtenção de ganhos econômicos, mesmo estando distante de gerar lucro, mas, como forma de subsistência, pois estão à margem da cadeia produtiva do turismo. Em alguns casos, o residente passa a reorganizar seus hábitos gradativamente em decorrência do aumento do fluxo turísticos,

¹⁶ O desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos. (CRUZ, 2009, p.101)

enquanto outros já o fazem como forma de sair de uma determinada situação relativa à sobrevivência humana (extrema pobreza, conflitos sociais, etc.)¹⁷.

1.2 Territorialização e a Reorganização da Etnicidade para o Turismo

Quando se fala em turismo, pensa-se em viagem, lugares novos, novas culturas, na saída do habitual e cotidiano, hotéis, novas paisagens, frio e calor, enfim, estar em lugares diferentes, do novo, do exótico, mas nunca paramos para pensar nas transformações e adaptações sofridas nestes novos espaços preparados para receber o visitante. O turismo se apropria destes espaços, transforma-os conforme às necessidades de consumo e do bem-estar do turista. Verifica-se, neste contexto, o processo de transformação do território em decorrência da atividade turística.

Nestes espaços transformados, segundo Milton Santos (2010, p. 96) está “o chão e mais a população, (a) identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, denominado, desta forma, como sendo o seu território. Identifica-se a partir daí, um paradoxo no desenvolvimento do turismo, seja de base sustentável ou não. Nesse processo, há uma reorganização ou territorialização dos espaços, diante de uma nova reorganização social.

Oliveira (2004, p. 22) enfatiza que a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica;

1) A criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

A reorganização sociocultural em algumas comunidades, talvez como saída para algumas questões indígenas na Amazônia reforça o processo de territorialização étnica, onde as relações sociais dessas comunidades com instituições e organizações governamentais e não governamentais assinalam esse processo. Segundo Silva (2009, p. 27), “os índios foram reterritorializando o nível político de ação da questão indígena na direção de parcerias

¹⁷ A tribo, etnia, grupo étnico, encaminha, via estratégia de convivência mundializada, formulações novas de encaixe e desencaixe das diferenças dos homens, nas semelhanças e aproximações que a modernidade-mundo promove. Mesmo que os movimentos de encaixe e desencaixe não sejam homogêneos, nem igualitários, são muito nítidos como fomentadores de mudança civilizatória, ainda que heterogênea e desigual; a ampliação ou restrição do espaço das etnicidades e grupos étnicos podem ser reelaborados conforme os princípios organizativos da sociedade mundial (SILVA, 2011, p. 5).

articuladas de apoio às suas causas e, ao mesmo tempo, reforçando a desterritorialização das identidades étnicas [...]”.

Nas atividades relacionadas com o turismo, a reorganização étnica apresenta-se em tipologias como etnoturismo ou o turismo desenvolvido em terras indígenas; turismo de base comunitária, baseados na apresentação e reorganização das identidades culturais para a oferta turística. Na efetiva prática e realização dessas tipologias, percebe-se haver um dinamismo no contato com outras culturas.

Esse movimento de relação social e cultural em um determinado espaço é a argumentação da tese de Fredrik Barth na década de 1960 - a etnicidade. Ele analisa o processo de construção das identidades coletivas, através da interação entre grupos sociais. A etnicidade destacada por Barth é “uma forma de resistência organizada no processo de modernização” (HANNAN, s/d, *apud* POUTIGNAT, 1998, p. 28).

Neste processo de formação sócio-espacial, os sujeitos são atingidos por uma força alheia as suas vontades. Segundo Hall (2006, p. 12), o “[...] sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (sic) [...]”.

As comunidades inseridas no turismo visam superar uma necessidade econômica, a cultura de modo geral sofre transformações seja no resgate ou na perda de alguns traços culturais.

Verificamos esta constatação durante visitas nas comunidades indígenas ao entorno da cidade de Manaus e daquela localizadas em área urbana. A maioria das comunidades indígenas, com sua diversidade étnica¹⁸ e originárias das regiões dos altos rios; Negro, Solimões, Andirá, entre outros, buscam nas cidades melhores condições de vida. A cidade representa para o indígena, “espaços para as relações, as fantasias, os sonhos” (OSSAME, 2007, p. 119). Os indígenas são submetidos às transformações socioculturais, além das transformações tecnológicas que modificam os hábitos da população urbana. Estas, próximas ou inseridas na maioria das comunidades, estão modificando os hábitos e tradições desses grupos étnicos¹⁹.

¹⁸ A maioria dos índios que vivem na cidade de Manaus vem da região do Alto Rio Negro ou desce das tribos que povoavam antigamente essa região. Entre elas: Tukano, Dessana, Wanana, Tariano, Pira-Tapuya, Tuyuca, Baré e Baniwa. A imensa maioria dentre elas passa despercebida na circulação humana de uma cidade constituída inteiramente de imigrantes (BERNAL, 2009, p. 59).

¹⁹ Quanto mais afastadas da cidade as comunidades conservam seus padrões culturais. As comunidades que estão ao entorno da cidade como: Nossa Senhora do Livramento, Sateré-Gavião, Inhabé e aquelas situadas na área urbana possuem tecnologias que são instrumentos de usos das cidades contemporâneas utilizados pelas sociedades urbanas (aparelhos eletrônicos, motor de luz, bomba d'água, antena parabólica, entre outros).

Mudança no modo de produção também afeta a cultura dos grupos étnicos em suas comunidades. Os espaços conquistados na cidade não condizem as suas áreas tradicionais. Atividade como a caça, pesca e agricultura não fazem parte de sua nova cultura. O que vemos é o excedente na produção de artesanatos que serão vendidos em pequenos eventos, feiras, ou, aparecendo como subproduto da atividade turística nas comunidades. Para o indígena é preciso superar esses obstáculos, adaptando-se a essas transformações, mas também mantendo vivo todo seu legado cultural.

A inserção na economia regional e nacional está sendo uma das alternativas encontradas pela grande maioria das etnias que vivem nas cidades em suas comunidades, sejam elas urbanas ou rurais. A fabricação de artesanatos, as apresentações de seus rituais e as danças fazem parte das atividades desenvolvidas pelas etnias como solução em curto prazo e uma saída para os problemas socioeconômicos enfrentados pelos grupos indígenas nas cidades.

Cardoso de Oliveira (2006, p. 186) observa que;

[...] Pudemos, assim, constatar que, nas últimas décadas, tem ocorrido significativas mudanças no comportamento indígena, podendo-se destacar algumas bastantes auspiciosas: o aumento da capacidade de organização étnica, permitindo uma atuação mais eficiente no modo de pressionar os organismos governamentais; o crescimento de uma tendência que leva a afirmar a identidade étnica bem como sua autoestima, entendidas como núcleo de uma proposta política em condições de igualdade; a existência de um crescente número de etnias que, por sua própria iniciativa, empreendem o desenvolvimento econômico (no caso do turismo), como a integração no mercado nacional, sem abandonar sua identidade e sua tradição cultural; a capacidade de se vincular com diversas organizações nacionais e internacionais que apoiam o movimento indígena; o aparecimento de lideranças próprias que inclui desde índios monolíngues até intelectuais graduados em universidades [...].

A integração do indígena à sociedade dominante poderá anular o ato do ser como índio, e deste último, ao corpo social; ela recria e solidifica novas formas de pensar e agir no indivíduo. Ela também reconstrói e molda uma cultura pela do outrem, o tradicional constitui-se como opcional. Desse modo, integrar-se faz parte do processo dinâmico de construção da etnicidade como forma de resistência as mudanças sociais e culturais.

Nesses aspectos, verifica-se que as práticas corporais, destaque da cultura indígena, a qual “designa a maneira pela qual os homens, sociedade, usam seus corpos de maneira tradicional” (MAUSS *apud* SOARES, 2011, p. 10), estão deixando suas características originais. Elas passam a ser encenadas por índios e não índios em eventos das sociedades

dominantes ou em negociações entre alguns membros das comunidades com empresas privadas, instituições governamentais e não governamentais.

Embora pareçam teatralizações, para os indígenas é uma possível inserção à economia globalizada do turismo e processo das dinâmicas sociais e culturais. As “pessoa(s) se constitu(em) na relação que o individuo estabelece com o espaço/tempo/sociedade em que se localiza (categorizando); afirmar que a pessoa adquire a forma que cada sociedade lhe permite” (SOARES, 2011, p. 10).

Nesse sentido, Grünewald (2001) analisando o caso Pataxó no interior da Bahia escreve que nunca houve um turismo étnico para destruir a autenticidade dos indígenas, “[...] mas sim para fazê-lo emergir tradicionalmente no âmbito de uma dinâmica cultural respaldada pelos fluxos interativos de cultura característicos dos contextos das arenas turísticas nas quais se inserem” (GRÜNEWALD, 2001, p. 326). Esse processo ocorre de maneira distinta entre grupos étnicos e a sociedade nacional, aparecendo com variadas formas de adaptação, promovendo arranjos sociais que transformam cada cultura.

Desse modo, inserir-se, integrar-se, não significa apenas a perda de suas identidades étnicas, pode-se interpretar como sendo uma reorganização em defesa de uma coletividade e uma forma de reafirmação de seus valores culturais e sociais diante da sociedade dominante. A vinda para as cidades intensificou esse movimento de reafirmação de suas identidades e a negociação pelo reconhecimento de seus direitos, que se dá através da participação em organizações política e organizações não governamentais.

A recriação cultural no processo da reorganização da etnicidade para o turismo opera como um retorno ao passado, revitalizando as tradições perdidas e reencontradas nas inter-relações com a sociedade nacional ²⁰. Por tradição, todo legado cultural indígena é apreendido pela oralidade, mas se esse processo é perdido, as tradições deixam de existir, não resistindo às ações do tempo. Um exemplo a ser descrito neste processo é o das comunidades Nossa Senhora do Livramento, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, próxima a Praia da Ponta Negra e da comunidade Nova Esperança, às margens do rio Cuieras, a 50 km da capital.

Essas comunidades passaram a desenvolver jogos ligados as tradições indígenas, conhecidas como Jogos Interculturais. Fazem partes destes jogos as competições de corrida com toras, arco e flecha indígena, zarabatana, lança, peçonha, cabo de guerra, pau de sebo,

²⁰ Magarida Barretto (2007, p. 39), analisando o caso das comunidades indígenas na costa oeste do Canadá, escreve que em vinte anos eles vêm conseguindo mostrar-se aos visitantes como eles são e revitalizando artes e ofícios depreciados e recuperando o orgulho das tradições e a comunicação intertribal.

mergulho, canoagem, além das competições de futebol de campo, salto e outras modalidades da cultura dos não indígenas, mas que estão fazendo parte do cotidiano nas comunidades.

Os jogos interculturais aproximam as etnias indígenas da área rural e urbana, transformando-se em condições *sine qua non* para o diálogo intercultural e união entre todas as etnias. Em 2012, segundo Silva e Soares (2012), mais de 500 indígenas das etnias Kambeba, Tukano, Dessana, Baré, Carapãna, Baniwa, Tariano, Kuanã, Munduruku, entre outras, estiveram presentes nos jogos realizados na comunidade Nova Esperança.

Essa comunidade, por estar distante a 50 km por via fluvial da cidade de Manaus, tem suas atividades tradicionais (agricultura, caça, pesca) ativas. Segundo Wiggers (2011, p. 7), os comunitários “mantêm-se como agricultores familiares nas roças de mandioca, o trabalho na casa de farinha, pescadores, caçadores e extratores dos recursos da floresta [...]”.

Apesar dessa indicação de afastamento do meio urbano, a comunidade Nova Esperança no rio Cuieiras vem sofrendo influência da atividade turística (das pessoas que vivem em cidades). A comunidade está sendo influenciada pela presença de turistas trazidos pelos guias de hotéis de selva e por navios que navegam pelo rio Negro, apreciando as paisagens, o meio ambiente e as populações tradicionais que vivem às margens dos rios e igarapés.

O contato com turistas nacionais ou estrangeiros ocorre de quinze em quinze dias, trazidos por uma grande e luxuosa embarcação da região, que proporciona conforto igual a um hotel cinco estrelas da capital e operado por uma agência de viagem durante o período de cheia do Rio Negro. São realizados acordos com os comunitários, mas, isso não representa um grande ganho para todos. A venda de artesanato (Figura 1) e até a imagem dos indígenas aparecem como subproduto da atividade turística.

Figuras 1 - Cabanas para venda de artesanatos



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Diante desses contatos, a comunidade, além das tradicionais atividades de subsistências, o turismo passa a ser mais uma fonte de renda para grande parte das famílias indígenas. Os espaços são transformados para receber a demanda turística e o trabalho tradicional também, pois além da organização para receber os turistas, eles começam a produzir grandes quantidades de artesanatos, uma forma de se aproximar a economia do turismo.

Isso não significa que as mudanças deixem os indígenas menos indígenas ou se haverá um possível etnocídio em uma sociedade, as mudanças ocorrem por muitos motivos. Historicamente, muitos grupos indígenas sofreram várias mudanças, seja nos hábitos, costumes, e tradições. Um dos aspectos mais significativos que marcam os estudos em antropologia do turismo é o da mudança cultural percebida em sociedades hospedeiras em consequência do impacto de um fluxo turístico (GRÜNEWALD, 2001, p. 141).

Falar em ameaças à mudança a uma cultura indígena na Amazônia seria fechar os olhos para problemas muito mais contundentes à sobrevivência desses grupos, pois se não houver indígenas, não haverá cultura. O que pode restar são apenas vestígios e traços de uma cultura, objetos de estudos para arqueólogos, historiadores, etc., já que ela faz parte de uma produção feita por homens, sua existência é essencial, essência de grande relevância mercadológica para a atividade turística.

Partindo de um processo histórico dialético, percebe-se que grupos indígenas espalhados pelo território nacional não são os mesmos quando da chegada dos primeiros europeus no século XV, mesmo aqueles grupos isolados que de algum modo já tiveram contato com o homem “civilizado”, seja agente da FUNAI ou de saúde. Não se tem uma cultura totalmente intacta nas comunidades ou terras indígenas, muitos se integraram à sociedade nacional ou estão passando pelo processo dinâmico de mudanças a sua cultura, uma vez que as necessidades da condição de sobrevivência humana aparecem expressamente neste processo.

Muitas comunidades indígenas na Amazônia, seja, vivendo em territórios demarcados e daquelas nas cidades ou a seu entorno, sobrevivem em condições de extrema pobreza. Wiggers (2011, p. 7) analisando a situação socioeconômica das comunidades do Rio Cuieiras observa que “[...] grande parte das famílias recebia algum tipo de rendimento em dinheiro, seja na forma de aposentadoria, bolsa família, bolsa floresta, ou vendiam artesanato para os turistas que vinham de navio conhecer a reserva de Anavilhanas”.

Atualmente os estudos antropológicos se diferenciam dos estudos anteriores que atribuíam à perda total ou parcial da cultura. Essa corrente é diferenciada pelos estudos

através das transformações, apontando haver dinâmicas culturais e sociais ocorridas no contato com outras culturas. Neste caso, não se perde, soma-se, contrapõem-se ao velho e surgem como a síntese desse processo; os aspectos culturais se entrelaçam não apenas nas questões antropológicas, eles se firmam como fator econômico.

A cultura pode ser interpretada como processo “reificado”²¹ através do contato com a economia global do turismo e de seus atores em meio às comunidades e aparecem como subproduto da atividade turística. As transformações ou mudanças decorrentes da atividade turística levam a uma subjetividade fundida como perda do valor cultural ao ser introduzido pelos agentes de turismo e a comunidade a esse gigantesco mercado global.

Uma via de mão dupla entre perder e ganhar. Perde-se mais do que ganha ou vice-versa? As respostas não podem aparecer reduzidas por interpretações infundadas, principalmente em uma região que vive na atualidade sobre pressão internacional para manutenção de sua biodiversidade. Preservar e conservar aparece como pauta das discussões mundiais em defesa da região pela grande biodiversidade existente.

Essas duas ações diante da dinâmica entre as culturas, estão servindo como ideologia na defesa dos grupos indígenas na Amazônia, que ao longo dos anos foram reduzidos a um ser biologicamente primitivo comparado a sociedade dominante, ocasionando visões raciais propagadas por um eurocentrismo fundidas em séculos passados. Percebe-se que nesses movimentos igualmente revelam novas formas de produzir e reproduzir um “novo” padrão cultural diante dos espaços criados fora dos territórios indígenas.

Essa “nova” (nova na proporção surgida entre as interações e dinâmicas sociais) cultura frente à perda distanciada de suas terras, está revitalizando e dando sentido no preservar e conservar os valores culturais dos grupos indígenas que não encontraram os espaços necessários para transmitir todo seu legado às suas futuras gerações, nos espaços conquistados por lutas pela terra que um dia já os pertenceram. As danças, rituais, a língua e outros aspectos culturais que fazem parte deste legado cultural, são reafirmados neste processo e o indígena sente-se como o transmissor de uma cultura pouco conhecida aos que visitam suas comunidades.

Foi percebida essa reafirmação da identidade indígena durante visita, em decorrência das atividades da disciplina Seminário Temático I - Estudos das Práticas Corporais dos Povos

²¹ Segundo Georg Lukács (1885-1971), alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx (1818-1883), processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado (Dicionário Eletrônico Houaiss).

Tradicionais, ministrado pela professora Dr.^a Artemis de Araujo Soares, inserida no PPGSCA. Foi o momento que os alunos mantiveram contato com vários grupos e comunidades étnicas na cidade de Manaus e uma oportunidade de inserção ao objeto investigado deste trabalho.

Diante disso, em maio de 2012, foi visitada a comunidade indígena Nossa Senhora do Livramento, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, durante a realização dos “Jogos Interculturais Indígenas”. Os indígenas, através das expressões do corpo por meio da pintura corpórea e uso de pulseiras, colares e tangas reivindicam direitos e enaltecem sua cultura como forma de reconhecimento. Durante a realização dos Jogos Interculturais demonstraram aos visitantes e organizadores do evento o valor de sua cultura.

A comunidade do Livramento - como é conhecida, tem na sua composição comunitária indígena das etnias Baré, Tukano, Ticuna, Tariano e por não-indígenas residentes na cidade, representando um total de 34 famílias. É uma comunidade rural, mas com traços característicos urbanos, onde há algumas vias rudimentares, escolas, igrejas, comércios e um campo de futebol no centro da comunidade. Os comunitários potencializaram as constantes visitas à comunidade por familiares de outros comunitários e de pessoas que procuram lazer fora da cidade.

Uma característica fundamental para o desenvolvimento do turismo nesta comunidade é a proximidade com a Praia da Ponta Negra – importante balneário e ponto turístico da cidade de Manaus e estrutura diferenciada (área residencial de grande valor imobiliário). A comunidade, (Figura 3), revelou-se como potencial para atividade turística, nela pode-se perceber a reorganização da etnicidade para o turismo como forma de contribuir e transformar em renda para as famílias indígenas nessa comunidade.

Figura 2 – Visão da orla da cidade de Manaus através da Comunidade Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

É um espaço privilegiado pelas belezas paisagísticas e aproximação com a cidade, além das facilidades de acesso por via fluvial, onde diariamente embarcações de pequeno porte mantêm rotas que levam moradores, visitantes e turistas. É também uma área atraente para passeios de final de semana com a família e amigos e uma aproximação com outros balneários e pontos de visitação turística nessa região

Diante desta configuração, houve uma reorganização do espaço na comunidade tendo em vista o contato com o fluxo de visitantes. Foi criado um centro cultural onde são apresentadas as danças, a apresentação da história e cultura através de peças artesanais das etnias e um centro destinado à venda de artesanatos, onde será construída uma escola de música, ainda em projeto, destinada a transmissão da cultura às futuras gerações. Essa reorganização étnica por via do turismo está reafirmando a identidade cultural dessas etnias diante da sociedade dominante.

Comparadas a essas interpretações, Grünwald (2001) observando a criação das tradições indígenas pelos índios Pataxó no interior da Bahia em conformidade ao contato turístico, destaca; essas recriações são “tradições em mudanças”²², os grupos étnicos reafirmarão suas identidades étnicas e “outros membros se identificarão”. O estudo do professor Rodrigo Azeredo Grünwald mostra que os espaços vistos como potenciais turísticos, mesmo estando distante dos espaços Amazônicos têm uma relação comum, a produção de uma nova cultura, a cultura transformada em mercadoria.

A urbe também aparece como processo de transformação, é estrutura imprescindível no processo de constituição desses grupos sociais, intervindo como força inevitável de transformação. Seus “urbanóides”²³ por meio do turismo e do contato proporcionado pelas interações sociais produzem igual transformação, uma vez que eles trazem esperanças que ultrapassam as questões econômicas.

Essas mudanças ocorridas durante esse processo, não podem ser apenas encaradas como resultado das ações dos organizadores do turismo (instituições, redes de hotéis, agenciadores de viagens, etc.) e turistas. Ela é resultado de uma transformação prática dos movimentos migratórios, não daquele movimento temporário no qual o turista opera, mas, da

²² Essas tradições criadas podem ser de diversos tipos e recai sobre diversas áreas: artesanal, histórica, linguística, ritual (cosmologia) etc. No meu entender, o fenômeno de geração de tradições se refere à criação de uma substância histórica ou cultural que será operada pelo grupo criador em sua etnicidade, ou seja, trata-se da geração de símbolos que fornecerão ao grupo substrato étnicos com os quais seus membros se identificarão (GRÜNEWALD, 2001, p. 10).

²³ O turismo é uma atividade meramente feita por gente que vivem nas cidades, a saída de muitos a lugares que não os lembra do caos urbano tem levado a experimentar a sensação de ter uma paz e tranquilidade que somente esses lugares podem propiciar.

passividade tendente de uma ocupação de um espaço diferente daquele habitual, no caso as terras indígenas. Devem-se jogar as regras do novo jogo, ao contrário, a não adaptabilidade colocará em desvantagem daqueles atores sociais acostumados com as transformações recorrentes em escala geométrica ou aritmética dentro de uma cidade.

1.3 Comunidades Indígenas na Cidade de Manaus

No processo de transformação da categoria espaço diante do turismo, é entendido haver uma força integradora e ordenamento social exercida pela cidade diante dos grupos étnicos, provocando efeitos de reação e ação múltipla para a manutenção das tradições. Os indígenas não vêm para cidade para tornarem-se brancos, muito menos deixarem de ser historicamente grupos étnicos. Eles vêm reivindicar seus direitos e sobreviver em igualdade com os não indígenas no espaço urbano.

Percebe-se haver uma questão ideológica em favor do reconhecimento; os indígenas estão nas cidades da mesma forma que os não indígenas. Eles procuram melhoria (sociais, econômicas) e qualidade de vida. As variadas etnias representadas por comunidades rurais e urbanas, vão mantendo suas tradições sobre a pressão das ofertas que a cidade coloca a disposição. Uma das soluções encontradas pelos grupos étnicos são as estratégias econômicas que utilizam as tradições como forma de manter viva a cultura desses povos.

Essa atitude por parte dos grupos indígenas acompanha paralelamente os processos migratórios. Muitos indígenas estão vindos para as cidades disputar as mesmas oportunidades de trabalho com os não indígenas ou estão vindo para participar de curso, congressos, faculdades e, também, reivindicar direitos frente ao poder público. Dessa forma, acabam ficando sediados nas comunidades urbanas ou rurais.

Os resultados do último Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012) revelam que o crescimento das populações residentes autodeclarada indígena em área urbana na região Norte soltou de 12,1% (2000) para 19,5% (2010), com alta de 6,2% no estado do Amazonas no período de 2000/2010 e, crescimento de 2,9% ao ano em toda região. O estado concentra o maior número de indígenas entre os estados da Federação, com 168.680 mil, 20,6% do total da população autodeclarada indígenas do país e 4,8% do total da população do estado.

Os dados demonstram um crescimento da população indígena em todo território nacional. Em 1991, segundo a pesquisa, a população indígena atingia 294 mil, com ritmo ascendente de crescimento, chegando a uma margem de 523 mil em 19 anos, passando a 817 mil em 2010 de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nesse mesmo período, para a

população declarada indígenas em área urbana passou de 71.026 mil (1991) para 315.180 mil. Apesar do aumento nos primeiros nove anos que chegava a 383.298 mil, houve uma significativa redução. Isso se deu pela redução da população urbana indígena nas regiões Sudeste (-5,6%), Sul (-4,2%) e Centro-Oeste (-1,1%) (IBGE, 2012).

Os dados revelam haver intensas dinâmicas de deslocamento entre o meio urbano e rural pelas populações indígenas ocorridas entre os anos 1991/2010, mas não demonstram as reais questões dessas mudanças. Manaus e Belém (IBGE, 2012), as principais cidades da Região Norte, juntas perderam 5.166 mil, 11% de sua população indígena nas últimas décadas. De acordo com Censo 2010, em 2000, Manaus chegava à marca de 7.894 indígenas, já em 2010 esses números caíram para 4.040, dos quais 3.837 em área urbana.

Os processos migratórios na Região Norte, a partir dos grupos indígenas não são motivados por uma única causa. Contudo, as migrações são constantes como apresenta os dados do Censo Demográfico 2010. As estimativas desses dados representam apenas aspectos quantitativos que servem para o direcionamento de alguma política ou ação do Estado. Dados relativamente numéricos não trazem o homem físico, calam de certa forma a voz desses grupos, uma vez que não há uma prévia assimilação destes dados com a realidade vivida nas comunidades.

Em se tratando desses grupos étnicos espalhados na região, existem muito mais vozes que ecoam em face ao seu reconhecimento do que as representações demonstradas por dados estáticos. Os números se contrastam com a realidade de muitas aldeias e/ou comunidades autodenominadas indígenas, como os dados apresentados no quadro (01) abaixo, disponível no site do *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: Estigmatização e território: mapeamento dos indígenas em Manaus* (2009).

Quadro 01 - Indígenas em Manaus

ETNIAS	Apurinã, Issé, Katawixi, Marimam, Parintintin, Tuyúca Arapáso, Jarawara, Katukina, Marubo, Paumari, Waimiri-Atroari, Juma, Katwena, Matis, Pirahã, Wai-wái, Banavá-Jafí, Juriti-Tapuia, Kaxarari, Mawaiãna, Pira-Tapúya, Wanana, Baniwa, Kaixana, Kaxinawá, Sateré-Mawé, Warekena, Barasána, Kambeba, Kaxhysana, Siriána, Wayampi, Baré, Kanamari, Kobema, Mayoruna, Tariána, Xeréu, Deni, Kanamanti, Kokama, Miranha, Tenharin, Jamamadi, Dessana, Karafawyána, Korubo, Miriti-Tapuia, Torá, Yanomami, Hi-Marimã, Karapanã, Kulina/Madijá, Munduruku, Tukano, Zuruahã, Hixkaryana, Karipuna, Maku, Mura e Tukúna.	Nº DEPESSOAS + ou - 30.000 -
---------------	--	--

Fonte: João Melo funcionário FUNAI, em junho de 2008, adaptado de Maximiano (2009, p. 81).

Enquanto o IBGE apresenta números relativamente baixos, a pesquisa da Nova Cartografia Social contradiz os dados dos órgãos oficiais em relação à situação demográfica

dos povos indígenas em Manaus e deixa dúvida sobre as questões que não podem ser mensuradas de forma quantitativa. Essas questões só poderão ser percebidas após o contato com esses povos em suas comunidades.

Cada comunidade é representada por vários grupos indígenas, com diferentes línguas, histórias, religião, tradições, hábitos, forma (organização e tamanho) e que vivem em uma situação muito diferente do que a imaginação pode orientar a palavra comunidade. Essas comunidades compostas de pessoas que carregam histórias seculares deixadas por seus ancestrais são vistas como indiferentes no plano urbano.

A maioria dos grupos indígenas passou por “dinâmicas migratórias” vindas de áreas distantes dos centros urbanos, adaptando-se ao ritmo frenético frente à cidade. Em Manaus são encontrados grupos étnicos vindos das regiões do alto rio Negro como os Tukano, Piratapuya, Tariano, Tuyuca, Arapaso, Baré, Baniwa e Dessana; os Sateré-Mawé vindos do rio Andirá e Maués e os Tikuna vindos das regiões fronteiriças entre Colômbia e Brasil. Esses povos apresentam grande população e organização na cidade ²⁴.

Esses grupos étnicos apresentados acima se estabeleceram na cidade de Manaus nas décadas de 70 e 80 ²⁵, uns influenciados pelos dirigentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), outros pela oferta de trabalho disponibilizada pela Zona Franca de Manaus. Esse movimento tirou os indígenas de seus territórios, os quais sofreram duros golpes em suas tradições com os movimentos permanentes de transformação estabelecida pela cidade.

Na cidade, encontraram variadas modalidades e jornadas de trabalho, tipos de moradia que levam a divisão de pequenos espaços com outros membros da família, configurando-se, desta forma, como os novos hábitos impostos pela urbe, uma consequência inevitável das dinâmicas migratória e cultural enfrentadas pelos grupos étnicos.

Segundo Bernal (2009, p. 29):

Dinâmicas migratórias e tipos de estabelecimentos diferentes marcam o percurso de cada uma dessas comunidades. Determinados grupos indígenas contam às vezes mais de três gerações de vida urbana, outros chegaram recentemente. Uns vieram buscar um trabalho ou foram mandados por missionários ou funcionários do governo para trabalhar como domésticos. Outros emigraram por motivos de insegurança nas suas regiões de origem ou seduzidos pelos encantamentos dos ‘civilizados’. Outros, ainda, se instalaram recentemente enquanto representantes de organizações étnicas.

²⁴ Dados adaptados de Bernal (2009, p. 28) e pesquisas próprias.

²⁵ [...] Porque vieram na década de 70, 80, na época da Zona Franca de Manaus, muitas como empregadas domésticas, alguns que vieram pelo SPI [...] (Trecho do depoimento de Mara, BERNAL, 2009, p. 126).

Em Manaus existem comunidades urbanas e rurais formadas por membros de uma mesma família; são irmão(a)s; primo(a)s; tio(a)s; sogro(a)s; filho(a)s; neto(a)s), organizados segundo seu costume. Percebe-se, também, neste processo a existência de uma geração que modifica as características físicas dos indígenas gerados da mistura entre indígenas e não indígenas. Isso não significa que esse processo é recente, se faz recente e inevitável para aquelas famílias que procuram na cidade uma mudança que proporcionem condições satisfatórias para sua sobrevivência.

Por outro lado, as discussões em torno do turismo e as consequências provocadas por essa atividade em localidades hospedeiras, não equivalem a uma modalidade dentre tantos processos econômicos, sociais e culturais, que irão tornar essas comunidades irreconhecíveis segundo suas tradições e costumes, diante das transformações vigentes em sentidos globais²⁶. Pensa-se, e, como moda, o discurso de uma possível sustentabilidade, revertendo os processos gerados pelo desenvolvimento predatório do modelo de produção capitalista.

Um modelo inverso deste modo de produção, onde se tem a base do desenvolvimento a partir do capital humano, é o que se espera do turismo de base comunitária. As questões que perpassam o desenvolvimento do turismo em terras/comunidades indígenas representam uma ambição do mercado global do turismo, onde a atividade teria seus valores distribuídos e de forma integrada com a comunidade. Planejamentos e estratégias poderiam ser focados em uma cooperação entre as instituições públicas/privadas, empreendimentos, intermediadores, turistas e a comunidade.

A contraposição deste modelo à atividade massificada do turismo ressalta níveis de envolvimento e desenvolvimento de poder da comunidade para satisfazer seus interesses e não apenas daqueles que os visitam. O turismo massificado - produtor e consumidor de espaços - está encontrando forte barreira alinhavada pelo discurso ambiental para proteção da biodiversidade existente nos espaços apropriados por essa atividade.

No bojo atual das combinações entre os demandantes da ordem mundial, esta perspectiva caminha na direção prevalecente dos meios capazes de garantir os recursos naturais futuros para os grandes conglomerados e, deste modo, às futuras gerações é o discurso recorrente da sustentabilidade planetária. Essas combinações multiplicaram-se, e no caso do turismo, transformaram-se também em uma plataforma ideológica direcionando a

²⁶ Hoje, não há dúvidas de que a internacionalização das relações econômicas, da política de blocos, da não centralidade das culturas, da diluição dos espaços nacionais, evidencia transformações estruturais de grande vulto, que também se manifestam nos padrões culturais da organização da vida social, no seu formato institucional, nos modos de realização das relações entre o universal e o singular (SILVA, 2011, p. 1).

atividade para dar respostas às explorações e apropriações dos espaços que antes eram para atender apenas as “necessidades” das demandas turísticas nas suas mais variadas tipologias.

O turismo de base comunitária tem procedência e características próprias. Inclui os elementos naturais, culturais e sociais de uma comunidade, harmonizando o seu sustento com vistas à sustentabilidade, equacionando a emancipação e reconhecimento dos grupos étnicos pela acentuação de suas diferenças em face à sociedade nacional, com base em modelo de autogestão local. Zapata; Hall; Lindo e Vanderschaeqhe (2011) escrevem que os critérios destacados como elementos do turismo de base comunitária estão localizados dentro da comunidade, na qual os benefícios possam atingir todos os comunitários e geridos pelos membros da própria comunidade.

1.4 Turismo de Base Comunitária no Estado do Amazonas

Pensar o Turismo de Base Comunitária como turismo só de geração de renda é pouco.
O lastro do Turismo Comunitário tem sua base na diversidade cultural e nos valores humanos.
A moeda... não é recebida, é trocada!
Os valores... não geram riquezas, geram nobreza!
É o turismo do presente... e é tão do presente que no futuro as palavras turismo e turistas incomodarão tanto
Quem recebe quanto é recebido.
É uma visita à verdade que cada um tem pra mostrar e pra contar ao outro.
Não é um turismo que busca estrelas... ele mesmo é a própria estrela!
(Ministério do Turismo, 2010).

Pensar em um modo de condicionar as questões pertinentes de uma nova maneira de conduzir as transformações das estruturas secularizadas nas sociedades é um processo desafiador. É necessário o entendimento das produções qualitativas (possibilidade de uso equilibrado dos recursos naturais e humanos) e quantitativa (benefícios e malefícios) mediante as mudanças ocasionais em torno do processo de desenvolvimento socioeconômico de uma localidade. Esse processo deve ser desvelado para que não ocorra desfiguração total dos ambientes (naturais e culturais) potencializados e materializados dentro de uma cadeia de negócios – neste caso o turismo.

É notório que as mídias, na qual propagam todas as informações em torno dos processos transformadores dos ambientes (natural e cultural) servem aos interesses dos agentes detentores dos meios de produção ²⁷. Não se pode generalizar os valores dos

²⁷ Na realidade, é por causa desse círculo de manipulações e necessidades derivadas que a unidade do sistema torna-se cada vez mais impermeável. O que não se diz é que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se

operadores interessados (exemplo da citação do Ministério do Turismo) em produzir processos descontínuos, afastados e desconexos da base produtiva.

Esse modelo ou esse modo de pensar o desenvolvimento das comunidades através do turismo e o modo de empoderar suas decisões devem ser operacionalizados juntamente com os detentores dos meios de produção e a comunidade mesma. Dito de outro modo, o modelo de turismo sustentável é uma construção que se desenvolve a partir dos interesses da própria comunidade.

Desse modo, o turismo de base comunitária encontra-se no campo multi e interdisciplinar das ciências humanas e sociais, permitindo uma gama de estudos e um leque de possibilidades. Será tomado como critério de análise o conceito de Turismo de Base Comunitária ou TBC baseado no desenvolvimento da localidade. Segundo Reed (1997, p. 573), TBC é:

Um processo de planejamento do turismo de base comunitária é um exemplo de um mecanismo mais formal para o aproveitamento da opinião dos cidadãos sobre questões de desenvolvimento. A sua introdução pode fornecer um espaço para expressar novos, potencialmente competitivos, interesses no processo, substância e/ou agentes de desenvolvimento local. Por conseguinte, as tentativas de realizar planejamento de base comunitária em um contexto de turismo emergente estão sujeitas à expressão das relações de poder nas diferentes arenas políticas.

O TBC é uma abordagem com expressivas conotações de estudos em diversas áreas do conhecimento humano, por apresentar uma complexidade relativamente de símbolos, que não podem ser interpretados apenas por via dos sistemas no qual o turismo está assentado. Essa abordagem ganhou grandes proporções por se apresentar como tema emergente ²⁸ e possibilidade de ruptura das velhas estruturas.

De acordo com Zapata; Hall; Lindo & Vanderschaeqhe (2011, p. 726), TBC surgiu durante a década de 1970, como resposta aos impactos negativos do modelo de desenvolvimento do turismo internacional de massa. Seu imperativo encontra-se alicerçado “[...] com uma abordagem “*bottom up*” e não “*top-down*” no planejamento turístico, que o

autoaliena. Automóveis, bombas e filmes mantêm o todo até que seu elemento nivelador repercute sobre a própria injustiça a que servia. Por hora a técnica da indústria cultural só chegou à estandardização e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguia da lógica do sistema social. Mas isso não deve ser atribuído a uma lei de desenvolvimento da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia contemporânea. A necessidade, que talvez pudesse fugir ao controle central, já está reprimida pelo controle da consciência individual (ADORNO, 2002, p. 6).

²⁸ Segundo Milton Santos (2010, p. 119), o momento atual da história do mundo parece indicar a emergência de numerosas variáveis ascendentes cuja existência é sistêmica. Isso, exatamente, permite pensar que se estão produzindo as condições de realização de uma nova história.

centre no bem-estar e na participação ativa das comunidades” (MURPLY, 1985, *apud* PÉREZ, 2009, p. 120).

Concentra-se, desta forma, ações que promovam o fortalecimento (político e social) dos atores sociais envolvidos com o turismo em cada comunidade, assim como esses espaços geográficos marginalizados das esferas demandantes dos sistemas hegemônicos. Essas ações contradizem aos sistemas subordinados aos processos de desenvolvimento econômico por via do turismo. E, diante dos mercados globalizados, a emergência de uma “nova” ordem social do mundo e uma vontade de compensação da exploração predatória dos ambientes naturais, surge também à ambição e desejo de uma possível sustentabilidade.

Embora essas questões estejam nos planos e metas das políticas internacional e nacional, as formas de turismo massificadas historicamente ainda provocaram efeitos de ordem positiva e negativa e seguem estratégias orientadas para o desenvolvimento econômico. “Os efeitos sociais e culturais do turismo relacionam-se com a maneira pela qual as viagens e o turismo afetam as pessoas e suas comunidades. Esses efeitos são normalmente menos tangíveis que os efeitos econômicos e, portanto, mais difíceis de quantificados [...]” (LAGE e MILONE, 2001, p. 153).

(O) desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economicistas, continuem a reduzir aquele a este. O chamado ‘desenvolvimento econômico’ é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do crescimento do PNB ou do PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente [...] (SOUZA, 1999, p. 18).

O TBC caracteriza-se pela contemplação de peculiaridades pertinentes ao desenvolvimento econômico, mas contradiz a este modelo, pois coloca à evidência os atores sociais locais, assim como valoriza os espaços locais e os inserem dentro dos mercados globalizados. A prevalescência de se desenvolver localmente sob o controle e participação dos atores sociais locais coloca o aspecto “*top-down*” em destaque neste processo, traduzindo em uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida de muitas comunidades, assim como dos comunitários.

Embora o TBC seja descrito como sendo um processo em consolidação no Brasil (BURSZTYN e BARTHOLO, 2012), algumas experiências aparecem relacionadas à “[...] pequenas comunidades rurais e conservação da natureza através do ecoturismo. O conceito foi estendido a uma gama de diferentes produtos turísticos (por exemplo, a cultura local e o

folclore, gastronomia, artesanato tradicional) e modelos de gestão em todo o mundo” (ZAPATA; HALL; LINDO e VANDERSCHAEQHE, 2011, p. 726).

Segundo Pérez (2009, p. 57), “um exemplo é o que acontece desde 1980, quando a partir de então a consciência ecológica se consolidou e os turistas começaram a procurar produtos mais respeitosos com o meio ambiente (ex.: ecoturismo) [...]”. Uma diferença entre o turismo de massa e o ecoturismo é à apropriação da natureza por meio da aproximação contemplativa, com a redução da infraestrutura (hotéis, vias de acesso, restaurantes, etc.) e valorização das localidades onde os espaços naturais estão localizados.

O foco principal para definir o turismo com base na comunidade encontra-se nos valores culturais, sociais e ambientais da localidade; estes irão gerar as condições necessárias para atingir os fins mediante os meios, gerando benefícios comuns a toda a comunidade. O “turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial de seus bens patrimoniais [...]” (MALDONADO, 2009, p. 29).

A Organização Internacional do Trabalho (2011, p. 13) define o TBC como sendo “aquele no qual populações locais (muitas das quais rurais, afetadas pela pobreza e economicamente excluídas) convidam turistas para visitar suas comunidades, disponibilizando instalações e desenvolvendo atividades para esse fim”. Uma situação bem distinta das comunidades amazônicas, uma vez que os turistas são trazidos pelas empresas que operam o turismo na região, além de dispor de instalações requintadas nos meios de transportes fluviais.

No Brasil, segundo BursztyN e Bartholo (2012, p. 98), o TBC vem se consolidando nas últimas décadas. “As iniciativas, antes marginalizadas, começaram a se articular e juntas conseguiram influenciar na formulação de políticas públicas para o fortalecimento da atividade. Ganharam espaço, visibilidade e apoio para desenvolverem suas ações”. Um dos primeiros registros de pesquisa voltados para o TBC aparece em 2006, com o pesquisador Davis Gruber Sansolo, sendo supervisionado pelo Prof. Roberto Bartholo (BARTHULO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p.14).

As iniciativas de turismo de base comunitária não seguiam esta tendência teórica, pois estava relacionada apenas para os aspectos de desenvolvimento sustentável, seguia as preocupações de preservação e conservação ambiental. Segundo Nelson (2004, p. 183), o turismo desenvolvido em comunidades com as estratégias visando à sustentabilidade, “é um componente essencial para seu êxito, onde os moradores têm um papel importante no

desenvolvimento sociocultural, econômico e na conservação ambiental. Sua participação dever ser feita (...) nas três fases: planejamento, operação e monitoramento”.

O TBC resgata e aproxima as classes marginalizadas no processo de exclusão. Para Zapata; Hall; Lindo e Vanderschaeqhe (2011), o TBC resulta na combinação de vários critérios e diversidades de “modos de organização” que vão desde a “gestão comunitária do destino, públicas e empresarias mais convencional”. Eles também orientam que deve haver uma rotação de oferta de serviços entre cada membro da comunidade, assim como deve haver consulta por parte dos organizadores públicos do turismo junto às comunidades.

O TBC no Brasil ainda tenta se encontrar e se firmar como modelo conceitual. Ele pode ser confundido por seguimentos outrora difusos no meio acadêmico e técnico como ecoturismo, turismo rural, turismo comunitário, turismo de base local. Segundo Lima (2011, p. 10), “fragilidade conceitual e a difusão de ideias podem ser compreendidas aqui no Brasil, como resultantes de um contexto demasiadamente rico de possibilidades de desenvolvimento de atividades turísticas”.

O que difere o TBC de outras formas conceituais de turismo são os aspectos no campo do poder e empoderamento dos comunitários. Segundo Bourdieu (1989, p. 11), “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social conforme aos seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas [...]”.

Para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 14), “apresentar um marco conceitual para o turismo de base comunitária não é das tarefas mais fáceis. Muitas são as abordagens possíveis e as referências que podem guiar um discurso que busque definir esta atividade que em sua essência é diversa [...]”. Os contextos que orientam este modo de definir o TBC encontram-se multifacetados em espaços distintos e o que pode ser comum em um espaço, pode ser diferente em outros.

A cada espaço em que esta modalidade de turismo tende a ocorrer, devem-se levar em consideração as peculiaridades desses espaços e as condições socioeconômicas das comunidades, além do estágio temporal em que está situado em relação ao amadurecimento, entendimento conceitual e prático do TBC. Não se descarta as consequências de uma posse parcial de um conceito, o que eleva pontos negativos para uma gestão apropriada do direcionamento para a melhoria socioeconômica da comunidade.

Para o Ministério do Turismo (2010, p.11), os atores devem assumir um “[...] papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos [...]”. Esse entendimento se traduz em benefícios diretos para a comunidade que vive em situações de

marginalização socioeconômica e de extrema pobreza. Esta situação é pertinente no que diz respeito às comunidades amazônicas inseridas na atividade do turismo, uma vez que muitas vinculadas aos programas de assistencialismo como aposentadoria e as bolsas dos governos federal e estadual.

As iniciativas do TBC no Estado do Amazonas são marcadas pela interação entre comunitários e Organizações Não Governamentais (ONGs) no município amazonense de Silves a 300 Km da cidade de Manaus. Segundo Nelson (2004, p.201), “no Estado do Amazonas, a visitação turística em comunidades começou na década de 1980, com barcos e os primeiros hotéis de selva e continua até hoje, onde uma visita a uma comunidade faz parte dos pacotes regulares”.

Com a ameaça da fome e a ajuda da Igreja Católica, no final da década de 80, as comunidades locais se organizaram em torno de uma ONG, a ASPAC (Associação de Silves pela preservação Ambiental e Cultural). Paralelamente ao trabalho de Educação Ambiental e conservação dos recursos pesqueiros, a ASPAC, com apoio da WWF-Brasil, optou pelo desenvolvimento do turismo como alternativa econômica para as comunidades ribeirinhas. Foi construída uma Pousada (Aldeia dos Lagos), onde há a participação intensa das comunidades ribeirinhas tanto na prestação de serviços de hospedagem como nas atividades de lazer do turista (SANSOLO, 2003, p. 45).

Controvérsias de definição do TBC são questões a ser superadas e onde possa estabelecer as diretrizes para uma melhor execução da atividade em todos os níveis. Não diferente desta situação encontra-se o turismo em comunidades ou territórios indígenas. “Por um lado, sinaliza-se para os indígenas como vítimas da exploração do mercado turístico global, sofrendo consequências negativas, como a descaracterização cultural e a degradação do seu patrimônio natural” (FORTUNATO e SILVA, 2001, p. 86). A outra questão diz respeito às modelações de seus padrões culturais em face ao atendimento do mercado global do turismo.

CAPITULO II

TURISMO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS VERSUS DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA: BALANÇO CRÍTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

As primeiras viagens marítimas no século XVI foram marcantes para os processos de transformação dos espaços amazônicos. Foi por meio dessas viagens que os grandes grupos indígenas foram “desnudos” para o mundo “civilizado”, provocando efeitos irreversíveis aos seus modos de vida. Essas viagens aproximaram as culturas europeia e indígena, trouxeram e levaram os estigmas de um lado para outro de forma desequilibrada, uma vez que o poder “civilizatório” dos europeus provocara “a intervenção no espaço, na vida e na organização das populações amazônicas” (SILVA, 2012, p. 23).

No turismo, o ponto marcante para sua realização começa pela viagem, e os locais de destino, mesmo antes da recepção dos visitantes são transformados. Nesses espaços, assim como a população residente também sofrem transformações em diferentes níveis (cultural, social e econômico), um fato preocupante para efetiva prática de um turismo sustentável. Em locais onde vivem grupos marginalizados dos processos sociais, como os grupos indígenas, nas últimas décadas, políticas com a carga desenvolvimentista pelo viés econômico, por meio de programas verticalizados, tentam contribuir para inclusão desses grupos, muitas vezes sem um prévio levantamento dos problemas sociais e econômicos presentes na localidade.

Na Amazônia, as transformações dos espaços ao longo do tempo, assim como dos grupos indígenas são irreversíveis. Os indígenas sobrevivem em desigualdades junto às sociedades dominantes, reivindicando direitos negados historicamente. Muitos dilemas envolvendo grupos indígenas não são aceitos como legítimos desses grupos, confinando-os na dependência das instituições que os assistem, deixando-os marginalizados e excluídos dos processos sociais e deixando-os em desvantagens com a sociedade nacional. À exemplo do acesso a vida com qualidade, igualitária, com todos os direitos e deveres constituídos pelas Leis que regem o país.

Muitas questões indígenas como demarcações e a luta pela posse de terras; preservação da cultura e das tradições; a situação social e econômica e a sobrevivências das sociedades indígenas chamam atenção para o futuro desses grupos étnicos. Segundo Silva (2000, p. 83) as “populações nativas [...] estão em condições de miséria, degradação, alcoolismo endêmico, relacionadas aos processos de aniquilamento físico e cultural [...]”,

esses problemas socioculturais não foram superados, o que levou muitos grupos indígenas a imigrarem para as periferias das cidades em busca de melhores condições de vida.

Em Manaus, conflitos pela posse de terras entre indígenas e não indígenas em bairros periféricos chamam a atenção para as consequências dos processos migratórios de muitos grupos étnicos dos seus espaços naturais. Muitas vezes eles vêm motivados por tratamentos de saúde; reivindicação de direitos junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outras instituições; por visita aos parentes ou buscando melhoria na qualidade, uma vez que a situação social e econômica dos indígenas em todo Brasil está degradante, mas, ao chegar às áreas urbanas acabam competindo em desigualdade com os não indígenas. Peixoto e Albuquerque (2007, p. 2) destacam que;

Na área urbana da cidade de Manaus estão vivendo aproximadamente trinta mil índios, em situação de risco cultural, social e econômica. Na sua maioria, esses indígenas sobrevivem em situação de miséria nos bairros da periferia, desenvolvendo suas atividades laborais no subemprego como é o caso dos homens que capinam os quintais e outros serviços, e as mulheres que trabalham como empregadas domésticas [...].

A introdução no mercado nacional por meio da produção de artesanatos nas feiras e em lojas especializadas é cada vez mais frequente. No centro histórico de Manaus, na Praça Tenreiro Aranha, onde é verificado o comércio de artesanatos, tanto de indígenas como de artesões locais, exemplifica essa prática. Mas nem sempre o que os olhos demonstram esse panorama é de fato uma realidade. A concorrência na produção e comercialização desses produtos pelos grupos indígenas é superada pelos artesões locais que copiam os modelos tradicionais das várias etnias e por disponibilizar melhores recursos financeiros para confecção, estrutura logística, meios de transporte, além dos contatos com lojistas e contato outras regiões.

Durante várias visitas neste espaço urbano tentando verificar a presença de indígenas e sua relação com os visitantes e turistas, foi percebido que, nas barracas onde se encontravam os artesanatos que orientavam a procedência indígena, na verdade eram confeccionados por artesões locais. Além de se utilizarem dos nomes de grupos étnicos, esses produtos se destacam com uma produção em grande escala, sendo comum sua presença em feiras – como da Eduardo Ribeiro aos domingos -, nos corredores de Universidades e em eventos locais.

A diferenciação desta ocorrência se dá em eventos que envolvem a temática indígena, seja em instituições particulares ou públicas. Sempre ocorre o deslocamento de alguns grupos étnicos de suas áreas. Durante o evento são feitas exposições de utensílios e

artesanatos confeccionados por cada etnia. Essa entrada no mercado nacional por meio da produção de artesanatos, em algumas vezes não é bem sucedida, uma vez que esses produtos aparecem com os mesmos preços praticados por artesões locais. Mas ao contrário dos locais há sempre o retorno dos grupos para suas áreas de origem; a consequência desse fato é a redução dos valores cobrados, tendo que negociar seus produtos abaixo do mercado.

Talvez uma saída para a situação socioeconômica dos grupos étnicos em terras ou comunidades indígenas apareça o turismo, não como resposta imediata, nem a curto ou longo prazo, mas minimizador de alguns problemas envolvendo as diferentes sociedades indígenas. No entanto, impactos ocasionados pela atividade turística são percebidos durante esse processo, levando à transformações, principalmente a cultural, em consequência do fluxo turístico em áreas receptoras. Essas transformações, dado as suas interpretações, aparecem entre as relações e interações sociais no contexto econômico de atividades turísticas nesses espaços.

O turismo em territórios indígenas é uma realidade de muitas aldeias e comunidades, e encontrou refugio no discurso do desenvolvimento sustentável ²⁹. Desenvolver social e economicamente sem causar danos ou prejuízos ao ambiente natural e cultural das populações indígenas é um paradigma na contramão das práticas do turismo. Vale ressaltar que o desenvolvimento do turismo na história se constituiu como uma atividade massificada e as questões relacionadas com as inter-relações entre as esferas pública, privada e comunidades locais, não conseguiram dar conta dos temas que se escondem dentro desse universo em transformação.

Neste processo sobressaem as questões econômicas, mas outros aspectos sombreados ou camuflados pelo aporte teórico marxista de uma divisão social do trabalho, não possibilita uma interpretação das transformações em meios às mudanças ocorridas com a prática econômica do turismo na Amazônia. As “microfísicas” presentes neste processo carecem respostas e investigações direcionadas sem os aportes teóricos tradicionais (positivista e sistêmico do turismo), que fizeram e fazem da Amazônia um universo distante dos centros demandantes do saber e poder, tanto internacional quanto nacional.

As questões macro recorrentes do poder institucional, empresarial, assim como a cadeia de negócios forjada durante os processos direcionados para por ordem às “coisas”, por

²⁹ De acordo com Pereira e Nelson (2004, p. 32), o termo foi discutido pela primeira vez nos anos 70, pelo Clube de Roma (apud MEADOWS ET AL., 1972) e definida pela Comissão Brundtland (1987), “desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas”.

via de um planejamento de desenvolvimento sustentável, não situam a inclusão desses “novos” atores sociais como agentes de transformação. Celso Furtado escreve (2000, p. 8) que “a insuficiência dessa teoria (desenvolvimentista) responde pelo deslizamento frequente para o reducionismo econômico e sociológico”. Ficam ofuscadas as questões culturais situadas em localidades que tentam encontrar um caminho para inserção nos mercados globalizados e, por outro lado, inserção nas sociedades marginalizadoras.

Atualmente o mundo vive sobre a égide do ambientalismo planetário. Essa questão tem colocado a Amazônia sobre os “olhares” atentos do mundo (países hegemônicos) para sua preservação e conservação. O turismo por outro lado, nos últimos anos como forma de preservar o mercado de massa e produzir novos mercados se apropria - além dos novos espaços potencializados como ofertas turísticas - do discurso de um possível desenvolvimento sustentável. Mas, o antagonismo desta teoria em relação ao desequilíbrio econômico, provoca uma mudança de paradigmas em relação à inserção de muitos grupos étnicos neste mercado globalizante.

Essa inserção se faz presente nos mais variados espaços globais. Não é apenas um processo em construção, pois os estudos de (Reed, 1997; Zapata; Hall; Lindo & Vanderschaeqhe, 2011; Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009 entre outros) apontam o fortalecimento desse nicho de mercado, de “poder” dos grupos étnicos. Wilma Mankiller ³⁰ (2003, 04) escreve que “[...] cerca de 5 mil grupos distintos de indígenas, cada um dos quais com história, língua, cultura, sistema de governança e modo de vida singulares integram esse mercado. Embora alguns povos indígenas continuem a subsistir da pesca, caça e coleta de alimentos, outros administram empresas multifacetadas.

Um exemplo contundente desta mudança de paradigma é representado pela “Nação Hualapai” no estado do Arizona, sudoeste dos Estados Unidos da América (EUA). Os Hualapai introduziram o turismo em suas terras como forma de preservar tanto o ambiente natural (cerca de um milhão de hectares, que inclui 108 milhas do Rio Colorado e do Grand Canyon) ³¹, quanto às tradições desse grupo étnico. Segundo o portal dos Hualapai [Grandcanyonwest.com](http://www.grandcanyonwest.com):

³⁰ É ex-cacique da nação cheroqui, primeira mulher a ocupar essa posição. Autora publicada e ativista dos direitos dos indígenas de longa data, Wilma foi condecorada com a Medalha Presidencial da Liberdade em 198 (MANKILLER, Wilma, 2003, p.04).

³¹ Informação retirada do site <http://www.grandcanyonwest.com>.

Anos de sofrimento social e econômico levou Líderes Hualapai a tomar medidas que conduzissem a um futuro independente para as gerações vindouras. Como resultado, os Hualapai decidiram abrir suas terras para os visitantes, em 1988, criando Grand Canyon West como um destino turístico. Atualmente, várias melhorias - incluindo uma instalação "Boys and Girls Club", um "Head Start" facilidade e um edifício dos Serviços Sociais - foram construídas em Peach Springs (Capital da Nação Hualapai). Muitos outros projetos estão previstos para o futuro, tudo é possível pela Hualapai Turismo.

Essas iniciativas se espalham pelo mundo. No Brasil encontramos dois exemplos que podem ilustrar este fato. O primeiro é o da nação Pataxó no interior da Bahia, segundo Grünewald (1999, p. 1), “[...] é face principalmente a uma experiência turística que os Pataxó se moldam como índios, ao gerar inclusive tradições a serem exibidas nas arenas estabelecidas por esse fenômeno”. O segundo “[...] é o da organização do turismo no território Krahô – conhecido no país e no exterior (com prêmios recebidos) – em outras atividades que estão ligadas diretamente ao modelo de gestão do turismo” (OLIVEIRA, 2006, p. 13).

No primeiro caso, Grünewald (1999) discute a criação de cultura Patoxó para exibição nas “arenas turísticas” devido ao grande fluxo de visitantes. Também neste processo há a reafirmação identitária de grupos distintos entre outros grupos e a sociedade local. “Trata-se de uma geração de símbolos que vão fornecer substratos étnicos ao grupo e com os quais os membros vão se identificar”³². O turismo em territórios indígenas hoje é uma prática de muitos grupos étnicos por trazer alguns benéficos econômicos para essa gente.

Através do agenciamento de uma empresa de turismo, a Pataxó Turismo (localizada na cidade de Porto Seguro) é possível negociar pacotes e fazer reservas para se hospedar nas aldeias que fazem parte de um circuito cultural no interior da Bahia. Segundo o Portal Terra (2012), os pacotes cobrados com cinco dias e quatro noites podem chegar a R\$ 799,00. “O percurso é de aproximadamente 100 km e admite um máximo de 12 pessoas por vez. Os passeios acontecem somente nas semanas de lua cheia ou nova”. Preservam-se os valores culturais e, com esses movimentos espaciais nos territórios indígenas as aldeias se beneficiam com uma parte da venda dos pacotes, além da venda de artesanato - um subproduto desse mercado. Chega a ser negociado até R\$ 500,00 reais um artesanato mais elaborado segundo as informações desse portal interativo.

Nem sempre a atividade turística é benquista pela direção nacional da FUNAI. O autor apresenta uma conversa com um ex-cacique mencionando a proibição por parte do órgão às terras Patoxó. O ex-dirigente dessa etnia - segundo o autor - do interior da Bahia tinha ido “[...] à Brasília e pediu na FUNAI para deixar o turista entrar para promover o “que

³² Ibid, p.02.

o pessoal da minha aldeia aprendeu a fazer uns trabalhos de artesanato e o turista vem para conhecer a aldeia e compra os trabalhos do índio e ajuda o índio” (GRÜNEWALD, 1999, p. 119). As interações entre os vários contatos com pessoas do meio externo e algumas instituições deram a esse grupo a oportunidade de inserção ao mercado turístico, possibilitando ganhos econômicos e também a recuperação de algumas tradições já em desuso.

No caso do povo Krahô, indígenas do grupo étnico Timbira localizado no estado do Tocantins, segundo Oliveira (2006, p. 13), “a organização do turismo é uma necessidade, uma vez que [...] possui uma experiência acumulada no desenvolvimento de projetos (financiamento e pesquisa). Por isso, o território [...] é bastante visitado [...]”. Com isso, reforça-se a prática do turismo em territórios indígenas, mas fica evidenciado, também, o desequilíbrio social e econômico, o que acaba por transformar os aspectos culturais dos grupos étnicos. A interação cultural que vêm ocorrendo pelos movimentos espaciais contemporâneos (no caso do turismo), não pode ser generalizada apenas como um processo atual. Oliveira (2006, p. 83) ainda nos diz, que:

O turismo indígena que vem sendo praticado nestes últimos séculos, no caso específico das populações indígenas do Grupo Étnico Timbira (incluindo os Krahô), teve início no final do século XVIII e início do século XIX, acentuando-se até o presente momento histórico, pois foi a partir deste recorte temporal que se iniciaram as relações interétnicas e interculturais entre os índios e entre estes e os não-índios. Os índios passaram a conviver com as cidades que foram construídas nas proximidades de seus territórios, criando, assim as relações de dependência. Contudo, mesmo com o surgimento das cidades, os índios preservaram a língua nativa e a tradição oral.

Muitos exemplos de práticas do turismo em territórios indígenas ocorrem em diferentes espaços no mundo. É um tipo de comércio com produto fundamentalmente humano que, envolvem comunidades, diferentes grupos étnicos em diferentes regiões, a cultura, as tradições, assim como seus ambientes físicos. Mas nem sempre o que em uma região parece ser um tesouro com brilhos e riquezas podem ser levadas a cabo em outras regiões. Encontramos essa contradição em alguns espaços amazônicos, não apenas por um descaso institucional ou pela distância dos centros do poder, mas pelo direcionamento dado pelas políticas públicas que defendem o desenvolvimento social por meio do setor econômico, e este ligado ao setor da indústria e comércio.

No final do século XX Djalma Batista (2007) mencionava que era preciso desenvolver a região para integra-la ao resto do país, assim como ao mundo. “Nesta hora,

portanto, é ao mesmo tempo importante e grave, que a natureza amazônica esteja sendo resolvida, sem que conheçamos a rigor onde os pés estão pisando; a importância decorre do mundo diferente que é a Amazônia [...]” (BATISTA, 2007, p. 379). Desenvolver não apenas tecnologias e riquezas, mas um conhecimento próprio da Amazônia que venha revelar o “descobrimto de todos os seus segredos”³³.

Os segredos na Amazônia podem estar contidos nas histórias particulares de cada personagem dessa região; nos mitos e lendas; nas mudanças atmosféricas; na floresta; nos rios; na flora e fauna, enfim, é um universo a ser desvendado. Diante do exposto, não podemos deixar de mencionar algumas informações que foram o ponto de partida para as investigações deste trabalho. Comparando-as aos exemplos de sucesso da atividade turística em territórios indígenas e aos modelos teóricos (desenvolvimento local e sustentável) que circulam nas mídias, instituições e pelos poderes hegemônicos, a realidade amazônica se faz bem diferente e contraditória de outras regiões.

Diante disso, citamos duas matérias veiculadas pelo Jornal impresso A Crítica e Portal Acritica.uol.com.br, as quais demonstram as formas negativas de turismo em comunidades indígenas na cidade de Manaus nos anos de 2009 e 2011. As informações contidas nas matérias expõem e permitiram refletir sobre as formas de relação entre as instituições e as empresas operadoras de turismo nos espaços de dominação dos grupos indígenas.

No dia 15 de março de 2009, título da matéria na página de cidades do Jornal A Crítica trazia o título: “*Exploração de indígenas para divertir estrangeiros*”. O primeiro parágrafo da matéria nos levou a refletir sobre as questões dos modelos de turismo em territórios indígenas já exemplificados e os procedimentos teórico-metodológicos de realização desta atividade nesses espaços. Segundo Farias (2009, p. C3);

Seis famílias de indígenas de etnias diversas vindas do alto rio Negro estariam trabalhando há mais de dois anos sem receber salário em um hotel de selva localizado no rio Tarumã, em Manaus. De acordo com uma turista que visitou o local neste mês, para ter direito a uma área localizada dentro do Amazon Eco-Park Jungle Lodge, as famílias tiram fotografias com os visitantes (a maioria estrangeiros), fazem encenações de rituais indígenas, tocam instrumentos e vendem artesanatos confeccionados por eles mesmos.

Essas informações revelam um saldo negativo para o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas na Amazônia e de um possível desenvolvimento local sustentável ou de base comunitária. Não importa aqui situar a dimensão espacial dessas localidades que estão

³³ Ibid.

distantes de suas áreas de origem, mas, trata-se de avaliar os modos de como são organizadas essas atividades, assim como as negociações entre as empresas e o direcionamento político institucional. O objeto de estudo deste trabalho, mesmo estando localizado fora das “terras”³⁴ indígenas, confere como pertencente a um território indígena. Desse modo, entende-se que deva haver um controle por parte do Estado para esse tipo de atividade, excludente e exploratória.

Dois anos após esse fato, outra questão negativa envolvendo a prática do turismo em territórios indígenas na Amazônia circulou pelo mundo através da internet. O portal Acritica.uol.com.br, em 14 de dezembro de 2011 publicou a matéria: “*Índios que serão indenizados por hotel de selva vivem em zona rural de Manaus*”. Segundo Farias (2011), “o grupo de indígenas da etnia Tariano que recebeu decisão favorável da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho em uma ação movida contra o River Jungle Hotel, mais conhecido como Ariaú Amazon Towers, mora na comunidade Livramento [...]”.

A relevância dessas informações traz um retrato das relações entre as comunidades e os organizadores do turismo na cidade de Manaus, mas que servem de exemplo para toda essa região na Amazônia. O indígena tenta melhorar sua condição de vida e acaba sendo explorado por não ter um conhecimento técnico dessa atividade. A introdução dessas comunidades no mercado turístico pode ter acontecido pela quantidade de hotéis de selva³⁵, de fama nacional e internacional, onde incluem em seus pacotes as visitas em comunidades tradicionais. Essa relação é demonstrada no diálogo de um indígena, apresentado na matéria citada acima.

No tempo em que a gente trabalhava lá tudo era direitinho. A gente fazia de dez a 15 apresentações por semana para os turistas durante 45 minutos. Só que o pagamento não era muito certo. Era pouco. Cada ritual que a gente fazia nos davam R\$ 100 para a gente dividir com cinco homens e cinco mulheres. O grupo do Sodré era liderado pelo finado Virgílio. Depois que ele morreu, o Sodré assumiu³⁶.

Neste contexto, os emergentes atores sociais dentro dos processos hegemônicos tradicionais (político, social, econômico e cultural), não desenvolveram sistemas de valores capazes de superar os estigmas produzidos pelas sociedades nacionais de permanecerem em um passado de denominações produzidas a partir do período da colonização em seus

³⁴ Segundo a Constituição de 1988, em seu Art. 231§1º e 2º e da Lei nº 6.001, de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), Art. 17.

³⁵ Segundo o Anuário Estatístico do Amazonas, disponível no site da SEPLAN (2011), em Manaus existem 57 hotéis de selva, sendo que, no período de 2005 a 2011, estes hotéis receberam uma média de 244.451 hóspedes, entre estrangeiros e nacionais.

³⁶ Ibid.

territórios. De acordo com Mankiller (2003, p. 5), “[...] os indígenas enfrentam muitos desafios cruciais nas áreas política, social, econômica e cultural. Um dos maiores desafios será desenvolver modelos práticos para captar, manter e transmitir sistemas de conhecimento e valores tradicionais às gerações futuras”.

Transformar os indígenas na Amazônia em sujeitos atuantes nos processos dominados pelos poderes hegemônicos é uma pretensão distante de ser alcançada, visto que o discurso dominante sempre estará em voga. Atualmente os povos indígenas aparecem como novos agentes sociais e políticos com utopia transformadora. Segundo Stavenhagen (1980, p. 407), “los pueblos indígenas han surgidos en años recientes como nuevos actores políticos y sociales en América Latina. Con esto significamos que los índios se están transformando en sujetos activos en vez de continuar siendo objetos pasivos del cambio histórico [...]”

Outro fato a ser destacado são os territórios indígenas. São espaços de convívio dos grupos étnicos, além de serem meios de transmissão das tradições e da condição sustentável entre eles e a natureza. Por outro lado, esses espaços representam para eles uma simbologia carregada de ideologias, que convergem para o pertencimento perpetuado entre as gerações. Essa simbologia se diferencia entre outros espaços multifacetados pelas sociedades dominantes, uma vez que contêm em cada diversidade étnica e preservados pelas tradições, os aspectos das ancestralidades existentes no mundo.

A humanidade herda desses grupos étnicos várias características culturais (o asseio em tomar banho; a culinária; o conhecimento das plantas; dos rios; das palavras, etc.), todavia, não herda a relação sustentável tanto almejada pelos “Homens” nesta era de “caos”. Desta forma, os territórios indígenas apresentam riquezas com valores ínfimos que não podem ser pago e nem medidos pelo capital mundial. “A proteção e a valorização de seus patrimônios revestem-se de um interesse excepcional à humanidade por ser parte de um legado universal: a riqueza cultural e a biodiversidade de seus territórios representam uma preciosidade em nosso planeta” (MALDONADO, 2010, p. 27).

Maldonado (2010), ainda complementa dizendo que “diversidade cultural para a humanidade é tão essencial como à diversidade biológica é para os organismos vivos”. A biodiversidade e sociodiversidade, assim como as riquezas do solo nos territórios indígenas constituem-se como elementos que fazem parte do interesse de algumas instituições governamentais e não governamentais para muitas pesquisas e também para a exploração de alguns empreendimentos. O turismo aparece como uma alternativa de proteção ambiental e cultural nesses espaços difere de planos de desenvolvimentos industrial e agropecuário por ser menos impactante.

Para Juliano & Rabinovici (2010, p. 210), “o turismo, enquanto prática social e atividade comercial pode assumir uma versão étnica [...]. Parece, também, atender a uma demanda contemporânea de satisfação de expectativas de consumidores pós-modernos em relação ao contato e a vivência com grupos étnicos [...]”. São apresentados elementos culturais como: as tradições, o artesanato, os rituais, as danças, o modo de vida, servindo até mesmo como resgate cultural, uma vez que algumas tradições, já em desuso, são readaptadas para satisfazer às necessidades de consumo do turista, auxiliando no desenvolvimento social e econômico das comunidades locais.

Para Grünewald (2001, p.31);

[...] uma vez que dinheiro trazido por turistas para área hospedeira gera novos fundos que circulam através da economia local, várias vezes, em um ‘efeito multiplicador’, beneficiando negócios locais que não são considerados turísticos. Os efeitos econômicos do turismo sobre as indústrias de artes e ofícios merecem menção especial, já que o turismo tem servido para regenerar indústrias tradicionais ao prover um mercado alargado para produtos nativos.

Ficam evidentes os efeitos econômicos da atividade turística em territórios indígenas. No entanto, os movimentos espaciais ou o fluxo turístico - movimento transitório que resulta em interações sociais e culturais. Esses efeitos podem modificar os hábitos das comunidades, alvos frágeis de eventuais explorações tanto da imagem como de suas terras por empreendimentos e turistas que não respeitam seu ambiente físico e cultural.

Faz-se um alerta para o efeito negativo do turismo, uma vez que as relações e inter-relações devem ser capazes de produzir uma sustentabilidade de fato e que venha a garantir a continuidade da existência e o desenvolvimento da comunidade local, assim como do seu ambiente natural e cultural. O equilíbrio ambiental (físico e cultural) preconizado pelo desenvolvimento sustentável, talvez, encontrasse sua efetivação se buscasse no passado e no presente dos vários grupos étnicos encontrados na região Amazônica, a fórmula sustentável de produzir e consumir os “frutos” encontrados na natureza.

Para Fernando (2007, p. 324):

O ‘mundo sustentável’ dos povos indígenas já existia antes da chegada dos colonizadores. Por isso talvez seja difícil para nós, com os nossos conhecimentos, aceitar esse ideal de ‘sustentável’. Os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, no Brasil e no mundo, sempre foram adequados à realidade em que viviam, mas esses conhecimentos foram muito alterados pelo povo não-indígena. Esse povo não-indígena é branco (*yalanawinai*, em Baniwa) e é dominante no mundo que deveria ser sustentável.

Para ocorrer o desenvolvimento sustentável da atividade turística em comunidades indígenas na Amazônia é preciso, além de relativizar as construções e denominações históricas sobre a região, superar as contradições regionais existentes no país. Quando se fala em região Norte ou Amazônia esbarra-se na sombra de seu passado, que ecoa pelas contradições construídas por autores através das representações culturais do espaço e que se tornaram ao longo do tempo, em representações hegemônicas reproduzidas e reificadas sistematicamente ao longo da história.

Ouve-se falar que a Amazônia tem vocação para tudo, uma forma de superar as históricas construções sobre a região. O que na verdade resulta é a apropriação, transformações dos ambientes naturais e culturais, pois, a mola que move esse processo são condicionadas pelas ações do estado autoritário, resultando na disparidade do desequilíbrio do “ pilar da regulação – Estado, mercado e comunidade”.

É preciso neste processo haver movimentos revolucionários, onde se coloquem atores emergentes surgidos em diferentes espaços com vozes que possam ecoar e atravessar as fronteiras políticas e ideológicas dos “ senhores” do poder político no país e no mundo, assim como suas instituições e organizações. Desse modo, seria possível desenvolver, a partir de uma integração nos três níveis do pilar da regulação o desenvolvimento como um todo, não apenas um pensamento ou uma intenção que venha compor mais um mito para a região, mas uma força emancipadora para as sociedades amazônicas.

2.1 - O Mito do Desenvolvimento Sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável, uma das ideias básicas da cultura moderna européia ocidental tem se mostrado tão elástica que se tornou vazia (RIBEIRO, 1991, p.59). As formas de desenvolvimento, com apoio tecnológico se justificaram ao longo da história na forma mais dogmática de pôr o homem sobre o domínio sobre a natureza e o modo como ele a transforma. “A insuficiência dessa teoria responde pelo deslizamento frequente para o reducionismo econômico e sociológico” (FURTADO, 2000, p.07).

O reducionismo incisivo no discurso econômico sustentou a ideia de que a qualidade de vida seria possível quando o desenvolvimento econômico atingisse, em via de regra, o propósito esperado em níveis globais. A visão economicista de colocar o homem como transformador da natureza, por meios de técnicas, disseminou a transformação dos sistemas de produção (feudal para o capitalismo) e a emergência de uma revolução industrial e tecnológica.

A natureza da crise que vive a humanidade não deve ser designada somente como crise ambiental, como definem muitos teóricos, mas, na crise do ser, do espírito e da razão. A compreensão da problemática ambiental que envolve a sociedade e a cultura, através do domínio da economia globalizante, apresenta contradições à ideia de desenvolvimento. Na literatura especializada muito se fala em “Mito do desenvolvimento Econômico” (FURTADO, 1981), “Mito do Desenvolvimento Sustentável” (MONTIBELLER-FILHO, 2008) e “Amazônia insustentável” (PEREIRA, 2005).

Esses enigmas representam o quadro teórico que identifica a insustentabilidade do desenvolvimento ou, o mito da sustentabilidade defendida e hasteada como bandeira pelos governantes, empreendedores e representantes de varias organizações pelo mundo. O conceito estabelecido pela “Comissão Brundtland” torna-se evasivo a tal ponto que levou a crítica da sua efetiva prática, uma vez que eram colocados como uma imposição que deveria ser seguida por todos os outros países. Segundo Montibiller-Filho (2008, p. 20), a noção de desenvolvimento sustentável;

[...] Propiciou, igualmente, uma aliança entre capitalistas/gerentes iluminados e radicais/militantes reformados, um meio-de-campo que possibilitou a inserção, no mundo do planejamento, de demandas antes consideradas externas aos interesses das agências administradoras da expansão capitalista. Porém, mais de dez anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) que colocou no mapa-múndi o ideal do desenvolvimento sustentável, prevalece cada vez mais a interpretação de que a Rio-92 foi uma oportunidade para poderosos atores transnacionais, como agências multilaterais e corporações transnacionais, darem um passo adiante no controle do poder econômico e político global [...].

Essa noção se torna vazia por não atingir os seus objetivos norteadores, entrando em contradição por criar um sistema de dependência dando impulso ao desequilíbrio existente de dominação do capital e a decadência do sistema regulador de abrangência ambiental, social e cultural. Freire (1979) considera que as transformações econômicas agem de duas maneiras e que dependem dos polos de decisão da própria transformação – na primeira, as “sociedades são objetos das outras ou de outros”, na segunda, as “sociedades atuam como sujeitos, como ‘ser-para-si’”.

A ideia de desenvolvimento está ligada na libertação do sujeito-objeto em sujeito da própria libertação, mas, é preciso haver um desenvolvimento real de manifestação concreta de consciência do indivíduo ao estado de estar sendo desenvolvido. Caso não ocorra, ter-se-á uma profunda dependência dos polos de decisão para a atividade turística, que é dependente do sistema que a envolve (transportes, meios de hospedagem, meios de acesso, alimentação e qualidade em serviços, entre outros). Esse estado de dependência pode causar graves danos

sociais, ambientais e culturais as comunidades indígenas. Freire (1979) assinala que a “a infraestrutura da sociedade dependente é manipulada pela vontade da sociedade dirigente”, cabendo aos promotores do turismo e de desenvolvimento local, sanarem os problemas e enfrentamentos históricos das populações indígenas.

Na Amazônia, as políticas de desenvolvimento da região, em especial, a de criação da Zona Franca de Manaus tem como modelo o agrupamento de um polo industrial que “[...] acaba por modificar o meio geográfico, tornando-o centro de acumulação e aglomeração de recursos humanos e de capital fixo, determinando efeitos em termos das disparidades inter-regionais” (PEREIRA, 2005, p. 33). Produzindo, também, um centro produtivo em expansão, com suas periferias caóticas, desordenadas e de total dependência do modelo econômico sustentado pelo polo industrial.

Em 2007, o governo estadual seguindo a lógica do desenvolvimento econômico, estabelece a política de criação da Região Metropolitana de Manaus (RMM), pela Lei Complementar nº 52/2007 e Lei Complementar nº 59/2007, que inclui os municípios de Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Para Costa Novo (2010, p.11);

Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (DSRMM), que tem por objetivo promover a valorização do planejamento e a gestão do espaço metropolitano e a participação efetiva de organismos metropolitanos na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano e regional, é preciso entender muito bem as dinâmicas territoriais da Amazônia.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da RMM, já previsto pelo Art. 5º da Lei Complementar nº 59/2007, só é consolidado três anos após a implantação da RMM, segundo Costa Novo (2010). Nele são apresentadas as metas para o “fortalecimento e/ou organização de atividades já existentes” - como o turismo – tornando “economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e portadoras de inclusão das pessoas que nelas atuam” (AMAZONAS, 2010, p.50). O turismo se constitui como uma alternativa para um possível desenvolvimento sustentável por ser uma atividade mesmo impactante ao ambiente natural, embora descaracterize o ambiente cultural dos locais onde acontece o turismo.

Fala-se que a região tem vocação para o ecoturismo, mas as contradições que sustentam essa tese, não comprovam de fato a sustentabilidade ou equilíbrio da relação instituições e comunidades locais. O turismo em terras ou comunidades indígenas no Amazonas por ser o elemento novo do ponto de vista econômico, coloca em risco a histórica relação entre o homem, a natureza e a cultura nos territórios ocupados pelas diversas etnias,

pelo fato das comunidades indígenas e tradicionais serem vulneráveis às transformações produzidas por essa atividade econômica.

A elaboração de planos e projetos deve levar em consideração o respeito à cultura desses grupos, preconizados pela Constituição de 1988 em seu Art. 231 e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Essas questões foram abordadas no 1º Colóquio Turismo em Terras Indígenas (CTurTI) realizado na Faculdade Federal de Goiás (UFG), em maio de 2013. Após as discussões e debates sobre o turismo em terras indígenas, o resultado foi a construção de saberes e a formulação de estratégias de um turismo de base comunitária, repudiando o turismo de massa. Uma das propostas do evento contida na Declaração do 1º CTurTI é de que essa atividade “[...] requer primeiramente a intenção do povo indígena em implementá-lo e, cabe ao pesquisador desde que convidado, colaborar na proposta dos indígenas respeitando suas vivências, culturas e escolhas, esclarecendo sobre os impactos advindos com o turismo”.

A busca pela emancipação dos conflitos e questões indígenas frente às suas vulnerabilidades levou a emergência dos processos de mobilização político e social das nações indígenas. Esta atitude tem fortalecido esses grupos minoritários, mas o processo de exclusão social histórico no país, ainda não pode ser superado, mesmo com conquistas políticas e sociais da década de 60 do século XX. Um exemplo desta conquista é a criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 1967, através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, representa esta situação. A Lei em seu artigo 01, § I, II, estabelece as diretrizes que possivelmente garantiria o cumprimento da política indigenista, baseada nos seguintes princípios norteadores:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais; b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes; c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional; d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas.

O direito à terra e o respeito às suas identidades étnicas fez surgir, por volta das décadas 1970 e 1980, varias correntes de movimentos indígenas que lutam pela emancipação dos históricos conflitos entre índios, não índios e o poder público. Nestes termos, Dantas (1992, p. 454) sublinha que este período

[...] seria marcado por relevantes episódios o que, conjuntamente, criaram as condições para a emergência de um dos mais, senão o mais complexo e criativo processo de mobilização político indígena contemporânea. Em face do que reagirá o Estado, tentando conter o ímpeto reivindicatório dos novos agentes sociais [...].

A autora destaca que esse movimento de reação foi protagonizado pelo próprio Estado, índios e organizações civis não governamentais. Além da FUNAI foram criados o Conselho indigenista Missionário (1972), o Estatuto do Índio (1973) e a União das Nações Indígenas – UNI (1980). No Brasil, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, essa questão ganha uma maior dimensão com a homologação do “Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas”, através do Decreto nº 3.108, de 30 de junho de 1999, estabelecido pelo “Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos indígenas da América Latina e do Caribe, em 24 de junho de 1992, Madri”. Esse acordo tem como objetivo apoiar “os processos de autodesenvolvimento de povos, comunidades e organizações indígenas”.

Em 2007, no governo do Presidente Luiz Inácio da Silva é criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Esta nova política nomeia o desenvolvimento sustentável como forma de manter o equilíbrio do uso dos recursos naturais, para melhoria da qualidade de vida, assim como possibilitar a garantia desta mesma melhoria para as gerações futuras. Esses movimentos e ações políticas modificam o quadro histórico de descaso às questões indígenas no Brasil, assim como auxilia os povos indígenas a reivindicarem pelos seus direitos e manter suas identidades.

O desenvolvimento enquanto processo de “emancipação/libertação” da situação dependente integra-se aos movimentos indígenas com possibilidades de estabelecer-se como forma revolucionária e utópica de melhoria social. Diante das novas demandas sociais no Brasil e América Latina, “los pueblos indígenas han surgido en años recientes como nuevos actores políticos y sociales en América Latina” (STAVENHAGEN, 1980, p. 407). Stavenhagen (1980) considera que os índios estão se transformando em sujeitos ativos, deixando de ser passivos no processo de transformação do mundo. Ele faz um alerta que deve ser levado em conta – “las políticas indigenistas, si bien fueron bien intencionadas, de hecho resultaron ser *etnocidas* y bastante ineficaces incluso en términos de sus propios objetivos declarado”.

Ademais, é preciso superar questões indígenas que ficam sempre camufladas por detrás das políticas públicas, como a proteção dos territórios indígenas que salvaguardam outras riquezas contidas em seus solos. Os movimentos indigenistas ultrapassam as fronteiras de seus territórios contribuindo para criação de políticas que possibilitam a integridade física, cultural, social e ambiental das populações indígenas, além de chamar atenção para questões

como: pobreza, proteção do meio ambiente, fome endêmica, saúde, marginalização e educação que eram negadas ou paliativamente resolvidas.

Para Stavenhagen (1980, p. 411):

Las organizaciones indígenas también se han extendido más allá de sus fronteras nacionales al involucrarse en actividades internacionales. En América Central y en América del Sur, los activistas indígenas ha tratado, con éxito diverso, a establecer organizaciones regional e transnacionales [...].

Não podemos ignorar os diferentes processos de transformação (social, econômica e cultural) que tentaram ao longo da história negar os direitos e equacionar as diferenças entre indígenas e não indígenas. O turismo como atividade econômica planejada deve levar em conta, as fragilidades, as ameaças aos ecossistemas, incluindo as relações das populações humanas em cada espaço potencializado para a prática do turismo com a natureza. É preciso haver uma base teórica ligada ao desenvolvimento do turismo e uma possível epistemologia “profunda”, que contenham uma multiplicidade de saberes capazes de converter em equilíbrio e proteção da biodiversidade, sociodiversidade e das culturas existentes nas comunidades locais.

2.2 - A Emancipação das Questões Indígenas Através do Etnodesenvolvimento

A emancipação e a transformação dos indígenas em sujeitos da sua própria transformação devem superar os autoritarismos dominantes, que subjugarão as populações indígenas nos processos de integração civilizatória ao longo da história, uma vez que não respeitaram o estado evolutivo das etnias, nem a diversidade cultural encontrada na América no início da colonização. Os sistemas hegemônicos transformaram e massacraram através desse processo, as diversidades culturais dos grupos étnicos com seus poderes civilizatórios, porém, essa descontinuidade não resistiria ao tempo sem a tomada de consciência dos grupos étnicos, pela visão de serem povos distintos e importantes para constituição cultural e social do país, o que levou os indígenas a reivindicarem pelos seus direitos, tornando-se uma força transformadora da história.

Coadunado a esse despertar na história, os movimentos sociais indígenas na América Latina no final do século XX, apontam como novos protagonistas das transformações sociais, “[...] antiguos reclamos y nuevas demandas se han conjuntado para forjar nuevas identidades, nuevas ideologías [estando] compitiendo con paradigmas viejos y establecidos [...] antiguos reclamos y nuevas demandas se han conjuntado para forjar nuevas identidades, nuevas

ideologias [estando] compitiendo con paradigmas viejos y establecidos [...]” (STAVENHAGEN, 2008, p. 407), que de certa forma operam para criar novas possibilidades de emancipação dos problemas enfrentados pelas populações indígenas.

A Amazônia tem despontado como destino turístico e o ecoturismo comunga o equilíbrio entre a preservação dos espaços naturais e culturais, além da valorização socioambiental. Diante desse estágio emancipatório é preciso haver o empoderamento e engajamento do indígena nas tomadas de decisões, que venham salvaguardar sua cultura, seus ambientes físicos e suas identidades étnicas com gestão dos próprios grupos, desenvolvendo economicamente e socialmente a localidade como um todo. Dentro desses aspectos, o “etnodesenvolvimento”³⁷ seria uma proposta que se refere ao desenvolvimento sustentável dos grupos étnicos, assim como de seus territórios. Estabelece o respeito à cultura, a identidade e a constituição do direito à gestão do próprio desenvolvimento.

Segundo Leal (2009, p. 242) “[...] cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos”, uma noção questionável pelo estabelecimento das relações econômicas entre empreendimentos turísticos, comunidades e pela sazonalidade das atividades turísticas. É preciso haver mudanças na mentalidade dos dirigentes, sejam eles comunitários ou organizadores do turismo, uma vez que o turismo não representa a salvação para todos os problemas sociais e econômicos; na *práxis* deve haver planejamento para possibilitar o desenvolvimento socioeconômico e que tenha “uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais [...]” (JARA, 1998, p. 72).

Desse modo, o “etnodesenvolvimento parte do princípio do respeito intercultural e do direito à autonomia e à autogestão dos povos nativos de todo o mundo, frente aos Estados Nacionais e ao mercado globalizado” (CALEFFI, 2005). O que se espera diante do turismo não são apenas os efeitos negativos, nem a melhoria apenas econômica dessas comunidades, mas, a garantia à dignidade de todo o grupo. O etnodesenvolvimento traz os indicadores necessários para que o indígena não seja visto apenas como mais uma espécie da região, mas um grupo social com igualdade comum a todos os demais membros da sociedade.

Azanha (2002, p. 32), aponta quatro indicadores que sinalizam o equilíbrio para o desenvolvimento das comunidades indígenas a partir do etnodesenvolvimento;

³⁷ De acordo com Oliveira (2006, p.47), o conceito de etnodesenvolvimento fora formulado por Rodolfo Stavenhagen, em sequência da “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocidio em América Latina” promovida pela Unesco e pela Flacso, em San José de Costa Rica, em dezembro de 1981.

a) aumento populacional com segurança alimentar; b) aumento do nível de escolaridade; c) procura pelos bens dos “brancos”, satisfeita através de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória; d) pleno domínio das relações com o Estado e agências de governo.

Verifica-se a partir desta constatação, que nessa nova teia tecida pelos próprios grupos, há uma ruptura das atuais relações verticalizadas pelo sistema (órgãos, empreendimentos turísticos, agências de viagens, redes de hospedagens e empresas de transporte). As linhas que sustentarão esta nova teia serão produzidas e tecidas pelos grupos minoritários, conduzindo para formação de um novo espaço emancipado e transformado para o bem comum de todos em suas comunidades.

Espera-se que, os futuros planos de desenvolvimento não venham a ser ações fragmentadas pelas esferas públicas e/ou privadas, pois cada mudança poderá provocar transformações estruturais dentro dos territórios indígenas. A visão economicista deverá ser superada, para dar lugar ao desenvolvimento humano, a valorização e o respeito à multidiversidade cultural presente nas populações indígenas. Outra questão é considerar o caráter participativo nas decisões e deliberação institucionais em âmbito territorial indígena, pois a sustentabilidade não pode ser direcionada apenas ao ambiente natural, mas também ao ambiente cultural e social das populações indígenas.

Para que o desenvolvimento atinja as dimensões sociais e econômicas de uma localidade, no caso das comunidades indígenas seria preciso que os líderes comunitários se conscientizassem das vantagens e desvantagens do turismo. Tal processo de conscientização é necessário, uma vez que “o número crescente de solicitação de ingresso em terras indígenas com vista à prática do turismo, encaminhadas à FUNAI na última década revela o aumento expressivo da demanda por essa atividade” (MAURO, 2007, p. 29).

Reforçando estas informações, no Amazonas, inúmeras comunidades indígenas estão recebendo um número expressivo de visitantes, segundo o portal G1 (Globo/Amazonas);

Várias comunidades indígenas já trabalham com o turismo no estado. É o caso do Rio Marmelo, em Humaitá (a 580 Km de Manaus), do povo Tenharín; da Cunha Sapucaia, dos Mura, em Borba (a 150 Km da capital); dos Sateré-Mawé e Inhã-Bé, em Manacapuru (a 79 Km de Manaus) e no Tarumã-Açu (Manaus); dos povos Desana e Tupé, em Manaus; dos Tukano, em Santa Maria (Manaus); e de outros, das comunidades Beija Flor, em Rio Preto da Eva (a 70 Km da capital)³⁸.

³⁸ Secretaria apresenta panorama do turismo em terras indígenas no AM, disponível em <http://g1.globo.com/amazonas/noticia/2011/11/secretaria-apresenta-panorama-do-turismo-em-terras-indigenas-no-am.html>. Acesso dia 10 de dezembro de 2011 às 12h e 40 minutos.

É preciso haver um consenso por parte dos promotores e comunitários no tipo de atividade desenvolvida em territórios indígenas e saber de que forma serão praticadas, e se há preocupação com o bem-estar de todos, com a conservação de suas tradições e territórios. A tomada de consciência para os problemas e conseqüências ocasionados pelo fluxo de turista em territórios indígenas deve nascer de todos os dirigentes e promotores dessa atividade. O contato com as culturas denominadas exóticas para o visitante de outras partes do mundo nesses espaços tem chamado à atenção de muitas entidades, organizações governamentais e não governamentais e do poder público para produção de mercadoria para a “indústria do turismo”.

Mas, antes de pensar em produzir as condições para a implementação de uma força produtiva para o capital nessas localidades, deve haver políticas capazes de salvaguardar os direitos, a cultura e toda tradição dos grupos étnicos em seus territórios. Deve ter a participação além das comunidades indígenas, da sociedade como um todo. Os debates políticos podem seguir o exemplo do Fórum de Turismo Indígena - Salta 2004, realizado em agosto de 2004 na cidade de Salta – Argentina, onde a sociedade civil daquela parte do país e região procurou discutir o destino da atividade turística em espaços de dominação indígenas.

O evento envolveu “membros de comunidades indígenas, profissionais de antropologia, arqueologia, turismo, professores, historiadores, pesquisadores, assistentes sociais, estudantes de turismo e cursos de ciências humanas, interessados em cultura” (NAYA.ORG.AR), além de apontar recomendações que podem ser tomadas como modelo para o desenvolvimento do turismo em territórios indígenas no Brasil. As recomendações foram as seguintes:

- ✓ Es preciso desenvolverse com respeto al hablar de turismo: Las acciones deben manejarse con total consentimiento de parte de las comunidades, de bem estructurarse em relación a las ideas, condiciones, tiempos y espacios que ellos requieran, si asilo dictaminan. El turismo debe adecuarse a los tiempos indígenas y no que estos se sientan invadidos em sus espacios, usos, costumbres y ceremonias. Se debe fomentar un turismo responsable que sepa valorar la realidad y cosmovisión de nuestros pueblos y que no demande prácticas de teatralización o espectáculo de sus pautas religiosas originarias;
- ✓ El turismo debe acercarse com el permiso de los representantes de las comunidades, (representantes de todo el pueblo) y no voceros ficticios que solo persiguen el beneficio personal a costa de desvirtuar la cultura los profesional es del Turismo deben aunar critérios com los pueblos para que de esta relación surja una alianza estratégica de acción, que proporcione el respeto, crecimiento y difusión de lo multicultural;
- ✓ Se deben implementar trabajos de campo para el conocimiento de todos los actores en el tema Turismo, las comunidades explicitan que su cultura se transmite e internaliza desde un enfoque vivencial, y no desde bibliografía. Entonces las Instituciones deberán crear nuevas prácticas educativas que

contribuyan con este modo de aprendizaje hacer foco em un Turismo creativo, es comprometerse con nuestro patrimonio en todas sus dimensiones, es há cerse cargo de nuestro pasado y su riqueza, de un presente y un futuro que se sostenga por los valores que desde si emprelos PUEBLOS ORIGINARIOS han tenido como prioridad.

Diante dessas recomendações, os atores sociais envolvidos com as atividades do turismo devem perceber as eventuais consequências dentro dos processos de interações e interrelações dos fluxos turísticos nos territórios indígenas. A abordagem do turismo e seu desenvolvimento como alerta o documento, serve como advertência para a vida futura das próximas gerações diante das transformações ocorridas com a prática dessa atividade. Os discursos de desenvolvimento sustentável desde 1987 pela Comissão Brundtland e Eco-92, apontam para a sustentabilidade, um paradigma enfrentado na sua prática, desenvolver sem haver a necessidade de transformação natural e cultural, esse discurso deve ser repensado.

Lembrar que as duas últimas décadas do século XX representaram o marco para a conscientização mundial sobre o futuro do planeta, devido aos constantes desequilíbrios provocados pela intenção de dominação da natureza para o bem da humanidade é um fato que deve ser levado em conta. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a escassez dos recursos naturais e a dependência dos países Hegemônicos aos recursos naturais não renováveis existentes em grande parte externos as suas territorialidades, contribuíram para as mudanças de atitudes frente à atual crise vivida pela humanidade em decorrência das transformações provocadas pela revolução industrial e pelo modo de produção capitalista.

Essas questões referem-se ao discurso dominante que estabelece contradições entre a teoria x prática e menospreza as condições estruturais de uma sociedade ou as tecnologias empregadas para engedrar seus sistemas sociais. O conceito de desenvolvimento sustentável é incisivo ao condicionar como pilar para outras sociedades o modelo a ser seguido. Esse conceito aparece como *standard* político e está em voga na atualidade, principalmente pelas questões emergenciais que preocupam os líderes e dirigentes governamentais no mundo.

Diante desta nova postura e mudança de perspectivas ideológicas, o desenvolvimento sustentável conduziu outros setores da sociedade a copiar este conceito e transforma-lo em “*fetich*e” para atrair a atenção de uma sociedade contemporânea cada vez mais ligada às novas tecnologias, aos bens materiais e tudo aquilo que está na “moda”.

A “indústria do turismo” representa bem essa discussão. Ela se apresenta como uma indústria que não consome os recursos não-renováveis, nem os transformam, nem destrói os ambientes físicos e culturais de uma localidade. Segundo Rodrigues (1999, p. 42), “[...] tendo em conta que a problemática ambiental coloca em destaque a questão do espaço, do território,

da paisagem, a atividade turística aparece como a que apenas ‘consome’ paisagem/espaco/território, sem ‘destruir’ esses lugares [...]”. A autora ainda destaca que “[...] da mesma forma como todas as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois tem-se que levar em conta que a produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se da produção destrutiva”.

É bem verdade que o modo de produção capitalista é dependente de matérias-primas encontradas em ambientes naturais. A atividade turística por seu turno também obedece esse sistema, utiliza-se de outros recursos encontrados na natureza como: as paisagens naturais, montanhas, quedas d’água, rios, florestas e outros. Após a instalação de infraestrutura para atender a demanda turística nesses espaços, tudo que seria natural passa a ser adaptado de acordo com o planejamento turístico no local, onde não escapam as populações humanas residentes. No contexto atual de valorização da localidade, a diversidade cultural está sendo potencializada para produção de mercadoria, coisificando o ser humano, materiazando-os para “indústria do turismo”.

Após a Segunda Grande Guerra, várias mudanças sociais, políticas e econômicas condicionaram e transformaram o mundo. O turismo se favorece com essas mudanças e emerge com pujança, principalmente pelo destaque nos avanços tecnológicos nos meios de transporte, nas melhorias nos serviços em hospedagem, alimentação, estabilidade social dos países industrializados, valorização ambiental e cultural dos destinos visitados. Na atual conjectura planetária em relação aos movimentos ambientais, que defendem a conscientização do uso dos recursos naturais visando à sustentabilidade, a atividade turística ganha grande relevância.

O turismo para muitas localidades tem aparecido como solução, talvez a curto ou longo prazo, aos problemas deferidos pelos modelos hegemônicos empreitados pelas sociedades pós-modernas -“concentrador de renda e destruidor da natureza” (DIEGUES, 2000, p. 21) - e por se apresentar como atividade menos impactante ao ambiente natural e cultural das sociedades humanas. E ao contrário do que se pensa a respeito da atividade turística, os elementos (físicos e culturais) utilizados para atender a cada demanda turística, são transformados e adaptados de acordo com cada tipologia do turismo como: turismo de sol e praia, turismo cultural, ecoturismo, turismo rural, turismo em territórios indígenas, entre outros. Em cada tipologia, a transformação dos ambientes naturais e culturais para a recepção de turistas e visitantes é inevitável, principalmente em função da produção do capital e na absorção do lucro advindas da atividade turística.

Rodrigues (1999, p. 43) enfatiza que:

Não se pode deslocar a análise da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta que é uma atividade econômica, que produz (e consome) mesmo tendo como pressuposto ‘consumir’ paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequeno grupos. É preciso considerá-la articulada com os elementos gerais da produção e do consumo.

O turismo poderá trazer o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, assim como para localidade, principalmente, diante de suas contribuições ocasionadas pelo faturamento econômico em muitos países. Seu crescimento nos últimos anos não deve ser desvinculado da cadeia produtiva que compõe o turismo, pois ela representa o “pilar da regulação – Estado, mercado e comunidade”, onde se incluem: atrativos turísticos, hospedagem, transporte, alimentação, serviços e as agências governamentais reguladoras. O turismo como fenômeno social na contemporaneidade pode ser “[...] definido como a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo para atrair turistas e outros visitantes” (GOELDNER, 2002, p. 23).

Esse processo de atrair e depois satisfazer as necessidades de consumo da demanda turista, pode pôr em risco a cultura e as tradições das localidades receptoras ou anfitriãs, uma vez que a atividade turística sempre está configurada e marcada pela sazonalidade das regiões. A dependência de recursos econômicos das instituições, empreendimento turísticos e dos visitantes e turistas não deve ser a única fonte de obtenção de recursos econômicos, deve haver um processo conjunto para o desenvolvimento das atividades tradicionais como a agricultura e a pesca, entre outras que podem ser adaptadas nas comunidades indígenas.

Teóricos do turismo têm discutido a proposta dominante do desenvolvimento sustentável, utilizando-se dos conceitos estabelecido pela “Comissão de Brundtland”. Mas, parece contraditório quando se estabelece como meta, às necessidades do turista, como sublinha Doris Ruschmann (1997, p. 10), o “[...] desenvolvimento sustentável do turismo considera-se ‘aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras’”.

Ruschmann (1997) evidencia as necessidades dos turistas, no entanto “as necessidades e as aspirações humanas, o principal objetivo para o desenvolvimento” segundo o “Relatório Brundtland”, acentuam o desequilíbrio do pilar da regulação. Satisfazer apenas às necessidades do agente transformador torna impossível a efetiva prática sustentável do

turismo. O desenvolvimento sustentável do turismo na Amazônia, além de tentar estabelecer um novo enfoque para as mais diversas formas de desenvolvimento, deve contemplar as demais esferas sociais presentes na cadeia produtiva do turismo - comunitário, anfitriões, prestadores de serviços, artesãos, entre outros – , para manter o equilíbrio socioecológico nas localidades utilizadas como atrativos turísticos.

É preciso saber sobre as opiniões dos sujeitos em suas localidades e o que de fato é interessante para o seu desenvolvimento, e não das formas abusivas de planejamentos externos e a “distancia”. Krippendorf (2001, p. 68) destaca que “[...] nesta grande indústria que é o turismo, é evidente que prevalece a escala de valores dos turistas e dos promotores. Pouco importa o que a população local sente, pensa e quer”. Em acordo com Leal (2009, p. 242), diz-se que:

Para tratar do atual desenvolvimento do turismo em territórios indígenas é necessário, antes de tudo, desvencilhar-se de percepções românticas que primam pelo distanciamento do primeiro diante do segundo. A verdade é que cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos [...].

O equilíbrio entre organizações, turistas e comunidades foi previsto pela Organização Mundial do Turismo (OMT), através da Agenda 21 para a Indústria do Turismo, baseada na Agenda 21, documento elaborado por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Nesta Agenda definiram-se os planos de ação da atividade turística, em especial, o plano de ação de reconhecimento e apoio a cultura, e à identidade e os interesses de populações indígenas (Pereira & Nelson, 2004). O interesse dos povos indígenas de inserção neste mercado e encontrar no turismo a solução dos conflitos entre indígenas e não-indígenas é percebido neste processo.

Leal (2009, p. 243) destaca que:

[...] o envolvimento dos povos indígenas com o turismo, também é necessário relativizar, uma vez que é preciso inicialmente desenvolver uma reflexão sobre como tais povos têm extraído condições de garantir sua existência nesse cenário capitalista desigual, utilizando-se também da atividade turística como possibilidade de revitalização cultural. Os estudos antropológicos atuais consideram as aldeias indígenas não só como receptoras passivas do fluxo de visitantes, mas também como empreendedoras turísticas atuantes, que dialogam com a estrutura oficial do setor.

Relativizar também a intenção por detrás de muitos promotores, empreendimentos e turistas nos territórios de dominação indígena existem além da biodiversidade, riquezas minerais e também riquezas paisagísticas, assim como a localização estratégica para construção de empreendimentos turísticos – no caso das comunidades indígenas e tradicionais localizados na região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú, deve seguir os mesmos critérios definidas pelas Leis que regem o país e que protegem os povos indígenas.

2.3 Abordagem Jurídica das Questões Indígenas Enfoque para o Turismo: Plano Nacional de Turismo 2007/2010 (pnt)

A utilização de áreas sobre o domínio dos grupos indígenas para fim turístico deve, primeiramente, ter o consentimento dos povos indígenas, uma vez que é proibida a utilização dos territórios étnicos para qualquer tipo de negócio a não ser os controlados pelos próprios grupos. Um fato deve ser relativizado, as comunidades tidas como indígenas na cidade Manaus tanto em área rural como urbana não estão situadas em terras demarcadas, ficando a mercê de ameaças externas, pondo em risco o futuro desses locais e sua população.

Mesmo existindo Leis que orientem para a proteção e preservação da vida, territórios, tradições, religião, política e toda a cultura dos grupos indígenas contra possíveis ameaças, elas não conseguem afastar as ameaças externas dos territórios indígenas. As áreas pertencentes aos grupos étnicos já sofreram ou sofrem invasões por vários motivos ao longo da história. A expansão agropecuária, garimpo e outras explorações econômicas são temas recorrentes desta situação e, nas áreas situadas próximo à cidade, com a especulação imobiliária, geram conflitos intermináveis.

O Estatuto do Índio ou Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 em seu Art. 18 demonstra que “as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”. Nenhum homem perante as Leis deve a negação de seus direitos, muito menos a sua discriminação, a livre escolha por ações políticas e econômicas dentro de seus territórios não poderá ser vista como ato de transculturação, mas como de livre escolha.

Seguindo estes princípios “a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que cada indivíduo pode valer-se de todos os direitos nela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, principalmente de raça, cor ou origem nacional” (DECRETO LEI nº 65.810, de 8 de

dezembro de 1969). As ações que promovam o desenvolvimento são de responsabilidade de todos os atores envolvidos neste processo. O Estado com seu aparato institucional não poderá colocar à margem desse processo os grupos minoritários, deve-se atingir a totalidade dentro das ações governamentais que incidem o desenvolvimento nos espaços geográficos. De acordo com mesma Lei, Art. II, § II:

Os Estados-partes adotarão, se as circunstâncias assim o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, medidas especiais e concretas para assegurar adequadamente o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos com o propósito de garantir-lhes, em igualdade de condições, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Essas medidas não poderão, em hipótese alguma, ter o escopo de conservar direitos desiguais ou diferenciados para os diversos grupos raciais depois de alcançados os objetivos perseguidos.

A Constituição de 1988 em seu Art. 231 estabelece que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Leal (2009) destaca que muitas aldeias aparecem como “empreendedoras turísticas atuantes”, que mantêm diálogo direto com a estrutura oficial do setor, embora esse fato ocorra na região investigada pela autora. Em Manaus, as comunidades que trabalham com estrutura oficial do turismo mantêm uma relação de subordinação, dependentes do centro de decisão ou da sociedade dirigente. Devem-se levar em consideração as transformações espaciais advindas da atividade turística, respeitar os direitos dessas populações, o processo histórico de ocupação e ao padrão cultural solidificado pelos costumes e tradições de cada etnia fixada nesses espaços.

No Cap. VIII, § 01, é estabelecido que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições devem ser respeitados. O desenvolvimento sustentável turístico em terras ou comunidades indígenas deve seguir todos os princípios jurídicos e éticos, como os propostos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, através dos princípios éticos norteadores (Art. 01, I, V, XIV) para a efetiva prática sustentável;

[...] o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais; o desenvolvimento sustentável como

promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais; a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

Além do respeito e o compromisso com a ética, a atividade turística tem na sua essência a ameaça externa – catástrofes naturais, mudanças econômicas mundiais, a sazonalidade, o uso das novas tecnologias, entre outras. É preciso saber que modelo de atividade econômica é ideal para ser colocado em prática e em concomitância com as tradições milenares. Não se pode negar o turismo às comunidades tradicionais e indígenas, mas, é preciso saber equacionar o seu uso para o bem social de todos.

Pelas questões ambientais da atualidade, as comunidades tradicionais e indígenas tornaram-se momentaneamente condicionadas a manter de forma equilibrada a relação do homem com o meio ambiente, aumentando o interesse pela procura desses lugares pela possibilidade de geração de capital para muitos empreendimentos turísticos. São frequentes os pedidos de empreendimentos turísticos junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a utilizarem as aldeias e comunidades indígenas como atrativos turísticos. Gilberto Pereira da Silva - chefe de posto da terra indígena Raposa Serra do Sol/RR em 2008, assinalava que;

A primeira discussão formal, na FUNAI, sobre turismo nas terras indígenas brasileiras ocorreu no ano de 1993, através do documento C.I. nº 21/GAB/ADR/FUNAI/MAO, de 14 de abril de 1993, que encaminha a ATA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE TURISMO DA AMAZÔNIA-BRASIL/CENTURA-BRASIL. O Parecer nº 002 –DFU- NAI/ADR/MAO, de 28 de abril do mesmo ano (SILVA, 2008, p. 3).

Notadamente, o interesse de muitos grupos étnicos em introduzir a visitação de pessoas, constituídas pelas formas de turismo (étnico, ecoturismo e de base comunitária), em seus territórios cresce em todo país. As essencialidades das diversidades culturais; a fuga da vida agitada das grandes cidades; a contemplação dos ambientes naturais e a beleza cênica presentes nestes novos espaços como promoção da atividade turística têm levado a sua resignificação e potencializados como atrativos turísticos.

Esse quadro, em áreas rurais comunitárias é representado pela crescente oferta do mercado turístico sobre as dinâmicas culturais e os ambientes naturais locais. Como resultado destas falsas tendências nas últimas três décadas, as comunidades rurais e indígenas vêm enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais (MALDONADO, 2009, p. 26). Frente ao mercado globalizado surgem políticas que concentram suas bases no aproveitamento das potencialidades presentes em diversos espaços fora dos centros urbanos descentralizando o centro do poder e valorizando as esferas locais.

2.3.1 Estratégias Políticas para o Desenvolvimento do Turismo na Amazônia

As grandes viagens desde as “descobertas” e colonização do Brasil foram marcantes para a transformação de um vasto território, com dimensões continentais em um dos mais importantes países da América e umas das maiores economias na atualidade. São a partir destas viagens que as mudanças, a transfiguração do território, os hábitos e costumes dos grupos indígenas começam a fazer parte do cenário das histórias descritas por cronistas, exploradores, conquistadores e das primeiras viagens científicas na Amazônia.

Inúmeros deslocamentos de grupos de pessoas de outros continentes (Europa, África, Ásia) para o país para manter residências ou pelas visitas nas terras “descobertas” de servidores das coroas, a bordo das primeiras embarcações “ultramarinas”, que mantinham a comunicação constante entre a colônia e metrópole são evidências históricas de um processo embrionário das viagens turísticas em território nacional. Além do fluxo migratório já presente no país desde sua descoberta, a abertura dos portos às nações amigas no início do século XIX possibilita o aumento das relações econômicas entre outros países e destaca o país como destino escolhido por diferentes viajantes ao longo da história.

O Brasil aparece como destino para visitantes de outras nacionalidades não apenas na atualidade, faz parte do processo do seu histórico e, como destino turístico, o país está buscando se firmar pela contribuição econômica motivada pelas despesas geradoras de emprego e renda nas regiões e localidades onde ocorre a atividade turística. Destacam-se também os movimentos humanos de desbravamento dos sertões do país em cima “dos lombos” de animais, conquistando território à procura de riquezas, os movimentos intrarregionais como nos períodos da produção da borracha da Amazônia, para aonde vieram milhares de nordestinos e gente de diversas partes do país em busca de melhores condições de vida no meio da floresta.

O turismo tem sua base fincada em três bases: a viagem, destino e os meios de transportes. A operacionalização destas três bases por meio de uma organização sistemática é que irá dar sentido a realização do turismo. Destinos, viagens, deslocamentos, ato ou efeito de viajar por pessoas com fins diferentes são as bases das ações de realização das viagens com o fim turístico, o país experimenta esse processo a muitos anos, mas sem a preocupação de uma consolidação de uma atividade econômica geradora de emprego e renda.

A organização do turismo como atividade econômica no país não acompanhou os movimentos migratórios ao longo de sua história. O Estado pouco direcionou ações para a

promoção do setor, embora os benefícios econômicos decorridos dos movimentos espaciais através das viagens tenham contribuído para a expansão e progresso do país. Verifica-se a melhoria dos portos e aeroportos, a implantação de redes de hotéis internacionais e nacional, melhoramento da infraestrutura urbana e no setor de serviços.

Na Amazônia, a construção do maior porto fluvial da América Latina e um dos maiores do mundo, mesmo destinado à exportação da borracha no final do século XIX e início do século XX, desde sua abertura contribuiu para o controle da entrada de pessoas de várias partes do Estado e de outros lugares do mundo e até a atualidade mantêm um fluxo constante de pessoas, mercadorias e produtos regionais, nacionais e estrangeiros. São muitos os exemplos que podem ser destacados como produto dos processos migratórios, sejam eles permanentes ou temporários no país, onde a viagem, destino e os meios de transportes não podem estar divorciados.

O marco do turismo no campo das ações políticas no Brasil aparece na década de 1930. Segundo Dias (2003, p. 129), “neste período surge o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que previa ‘autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias’” (FERRAZ, 2000, p.152, apud DIAS, 2003). O turismo no Brasil não era considerado como atividade econômica e social de atenção prioritária, o setor sempre esteve subordinado a outras esferas da administração pública como o Ministério do Esporte e Turismo e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

É apenas no final da década de 1966 e início da década de 1970 que o turismo passa a fazer partes das pautas e ações políticas do Estado Nacional. De acordo com Beni (1998, p.120):

Em 1966 surge a partir do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro, apesar da existência de diplomas legais anteriores que legitimavam algumas políticas públicas para o Turismo no Brasil e que contribuíram para a organização do setor, a criação de uma estrutura federal para a administração do Turismo, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Neste decreto, em seu artigo 1º, é definida a Política Nacional de Turismo [...].

Este setor caminhou a passos lentos até ganhar *status* de promoção para o desenvolvimento do país. Beni (1998, p.121) ressalta que os projetos destinados ao turismo não levavam em conta as características da demanda regional e internacional e também os estudos de impacto tanto a localização, assim como a “viabilidade econômico-financeira, de formação de recursos humanos e de inclusão social”.

Com as conquistas populares e o processo democrático vivido pelo país, o turismo converge como prioridade política através da promulgação da Constituição de 1988 que em

seu Art. 180 ficou estabelecido que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Na Amazônia, a partir década de 1970 até a década de 1990, de acordo com Nóbrega (2007), a referência da ação política do Estado Nacional para o turismo na região se deu pela implementação do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), que realizou o “inventário criterioso da região” no sentido de avaliar seu potencial para atração de investimentos dentro de um processo de planejamento para o desenvolvimento da região. No ano de 1992 o plano foi fortalecido com sua segunda versão – II Plano de Turismo na Amazônia, “elaborado pela Sudam [...] conjuntamente com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e o Banco da Amazônia (BASA) [...]” (NÓBREGA, 2007, p. 43).

As estratégias do desenvolvimento do turismo na região possibilitavam a melhoria, adequação e estímulo ao mercado turístico, às questões voltadas para os impactos socioambientais como afirma Nóbrega (ibid.), não estavam pautados nas metas dessas políticas. Além destas ações governamentais para o desenvolvimento da região através do turismo, o governo Federal implementou o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Dentre os objetivos do programa que se diferenciam das questões mercadológicas, aparece a valorização das culturas locais e a contribuição para a conservação da biodiversidade (MMA, 2013).

Por intermédio do Basa, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conforme os objetivos traçados, as ações desse programa promoveriam as estratégias pautadas no “Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que seria um instrumento de planejamento adotado pelo governo (...) para promover o ordenamento do espaço amazônico em decorrência da questão ambiental na região” (BENI, 1998, p. 123). O PROECOTUR previa a criação de polos com destinação para o desenvolvimento do ecoturismo, estando incluídos: Manaus, Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

O governo brasileiro no ano de 2007 efetivou através do Ministério do Turismo o Plano Nacional do Turismo (PNT 2007/2010). Este plano traça um esboço para o desenvolvimento do turismo visando “garantir a sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento” social e econômico do turismo no país. O plano delibera ações que promovam o mercado interno e reforça a apresentação dos “roteiros culturais” como forma de dinamizar o mercado brasileiro para

promoção da oferta turística tanto nacional quanto internacional para o mercado global do turismo. Segundo o PNT (BRASIL, 2007, p. 31):

No que se refere ao PROECOTUR, para a região da Amazônia Legal, a Fase I, em conclusão, está sendo executada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA. Nessa fase, o MTur repassou recursos ao estado do Amazonas para elaboração do Plano Estratégico para o desenvolvimento Turístico na Região de Parintins.

Outra política de desenvolvimento que incluía o turismo como estratégia para o desenvolvimento da região é o Plano Amazônia Sustentável do Governo Federal, onde pela primeira vez aparece o desenvolvimento das comunidades locais. Segundo o plano (BRASIL, 2008, p. 43), “o turismo sustentável e o ecoturismo estão entre as mais versáteis alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, podendo agregar valor aos seus ecossistemas conservados e propiciar a inclusão social, geração trabalho e renda para as populações locais”.

O estado do Amazonas ainda está caminhando a passos lentos em relação ao turismo. Os planos destinados ao desenvolvimento desta atividade e o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, muitos ainda estão apenas nas páginas dos documentos oficiais. A Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR -, órgão oficial do estado responsável pela organização e desenvolvimento do turismo, em seu site apresenta uma lista de vinte projetos e programas, mas apenas sete com vínculo ao governo federal foram implementados, três estão sendo implementados e dez estão programados para sua execução.

Dentre os projetos e programas a serem implementados estão: Programa de Interiorização do Turismo, Apoio aos Municípios e à Iniciativa Privada para Formação e Capacitação de Mão-de-Obra, Capacitação de Mão-de-Obra, Implantação do Selo de Qualidade para o Artesanato, Microcrédito para o Turismo e Inventário da Oferta Turística. Cabe a gestão do estado colocar estes programas e projetos em prática, se isso fosse feito, talvez o Amazonas despontasse como região de destaque para o turismo. Não seria uma região condicionada a “vocação” para isso ou aquilo, mas, como resultado da ação do Estado e manutenção do equilíbrio – Estado – mercado – comunidade.

O fortalecimento do setor desde a criação da Política Nacional do Turismo, da Pasta Ministerial Exclusiva do Turismo e da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que estabelece as diretrizes para organização do turismo no país, contribuíram para evolução do

setor com aspectos de descentralização e valorização das potencialidades existentes em cada região do país.

É preciso promover de fato a inclusão social e o equilíbrio das desigualdades existentes nos espaços amazônicos. A valorização da cultura não deve estar pautada apenas nas apresentações da diversidade cultural para turistas ou visitantes. O turismo de inclusão, o qual previa o Plano Nacional 2007/2010 deve gerar não apenas metas e estimativas para geração de emprego e renda, mas ter sua efetiva prática de geração de “novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho” para aqueles que pretendam através do desenvolvimento do turismo em seus territórios.

CAPITULO III

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS SATERÉ-GAVIÃO E CANIÇO-ROUXINOL

As primeiras informações mais concretas e reais - além das páginas dos livros, artigos, dissertações e teses sobre a Amazônia -, de um dos grupos indígenas estudados e seu território foram durante minha infância no início dos anos de 1990. A bordo de uma embarcação de médio porte regional, viajando com minha família, chegara ao Lago Grande, afluente do rio Andirá, no município de Barreirinha - médio Amazonas, localidade situada a mais de seis horas de viagens, na mesma região, até chegar à primeira comunidade - Guaranatuba - da Terra Indígena Andirá-Marau, pertencente aos povos Sateré-Mawé.

É uma região em que o vazio toma conta dos sentidos proporcionados pela visão que dirige a essa percepção, dada às dimensões espaciais daquele lugar com grandes proporções. Aquela região tem sua formação social - como quase toda Amazônia - parte do processo das relações entre brancos e os indígenas, mas com predominância indígena que vai desde os costumes, lendas, hábitos alimentícios e as características físicas, uma sociedade que vive sobre o regime das águas daquele majestoso rio.

O cenário assim como todas as paisagens apresentava-se como um universo mítico e se misturava em meios as tantas histórias reveladas nos diálogos dos moradores locais durante a viagem até a chegada ao nosso destino ³⁹ - uma pequena propriedade situada às margens esquerda do lago. O local parecia um observatório para a entrada do grande Rio, onde se podia ver as linhas do horizonte se perdendo, tamanha a sua largura parecia uma baía oceânica situada no meio da floresta amazônica.

Toda aquela região era um mundo infinito no imaginário de toda gente simples. Era um lugar com muita fartura de peixes no período de seca dos rios, fato comum na região, uma vez que na cheia do grande rio as espécies migram para cabeceiras de seus tributários, lagos, igarapés e, multiplicando-se no período de reprodução, mantendo o ciclo de vida das espécies e garantindo o equilíbrio ambiental.

Já o clima e as intempéries da natureza eram determinados por dois períodos. Durante o dia, calor excessivo com muita umidade e a noite com clima agradável, mas com a

³⁹ Durante a viagem os comunitários contaram a história do antigo cemitério indígena que fica a cinco horas de viagem desde a saída do porto de Parintins e menos de uma hora da entrada do grande lago. Também das lendas dos botos; da ilha que se move no meio do lago; das assombrações na hora da travessia onde um homem oferecia riquezas ao pescador se eles o acompanhassem, são algumas das histórias contadas por moradores e que fazem parte do imaginário de toda aquela gente.

presença constante de mosquitos e carapanãs. Na madrugada – dividida entre a noite e as primeiras horas do dia - parecia que o inferno se escondia naquela região, baixando a temperatura; nem os lençóis de rede, meias e cobertores podiam livrar as baixas temperaturas. Antes dos primeiros raios de luz solar, a cerração encobria a paisagem, restando no final desse fenômeno gotas de orvalho sobre a relva e folhas das frondosas árvores de seringueiras e castanheiras plantadas enfileiradas em um terreno mais elevado naquela propriedade.

Este panorama antecipava a entrada da Terra Indígena Andirá-Marau (Figura 03) pelo rio Andirá, até a primeira comunidade indígena. O caminho e a navegação daquele rio eram difíceis. Isso não podia ser feito sem os olhos atentos e experientes dos próprios indígenas, seguindo a tradição de conhecimento da região e dos rios que culminou séculos anteriores na conquista da Amazônia. Não é uma tarefa fácil percorrer as curvas e as diversas enseadas com seus bancos de areia; a menor falta de atenção de um comandante inexperiente poderia colocar a pique uma embarcação. A imagem mostrada no mapa (figura 04) revela um pouco as dimensões do território indígena, assim como as distâncias que é preciso percorrer até chegar à terra indígena dos povos Sateré-Mawé e também às rotas de migração para a capital do estado.

Figura 3 - Terra Indígena Andirá-Marau e rota da migração dos grupos indígenas para Manaus



Fonte: Adaptado do site Socioambiental.org/pt-br, 2013.

A admiração por esse pedaço de Brasil ganharia mais apreço nos relatos de viagens de meu irmão Ricardo Corrêa de Souza, realizado no ano de 1997, percorrendo o grande Rio Andirá, entre as cabeceiras onde estão localizadas mais de oito comunidades Sateré

(Guaranatuda, Ponta Alegre, Castanho, Molongotuba, São Pedro, Mirituba e Pimenta)⁴⁰. Os relatos dessa viagem se convergiram às muitas lembranças daquele espaço e hoje se transformaram em elementos essenciais para o entendimento das relações existentes entre os grupos indígenas, instituições e empreendimentos turísticos na área onde estão alocados os grupos indígenas desde as primeiras imigrações para a cidade de Manaus.

A terra indígena Sateré-Marau está situada entre os estados do Amazonas e Pará, possui uma área de 788.528 hectares, com uma população de 10.761 (FUNASA, 2010)⁴¹. São comunidades do povo Sateré-Mawé, que sobrevivem da subsistência de produtos agrícolas, “em que se destacam os plantios de guaraná e as roças de mandioca. A farinha é a base da alimentação, sendo também comercializada em larga escala para as cidades vizinhas de Maués, Barreirinha e Parintins”⁴². Essa produção não garante sua sobrevivência, todavia, para complementar sua base alimentar é preciso buscar na cidade outros tipos de alimentos, pois há escassez para obtenção de alimentos da caça e da pesca. Segundo o relato de Souza (1997):

A comida, eles não produzem lá, quando nós fomos, o tuxaua (Sr. Zezinho)⁴³ levou uma caixa de isopor cheia de peixe e carne, porque lá eles não têm. Eles compram tudo na cidade para levar pra lá. Já não tem aquele (sentido de aldeia), eles levam pra vender. O que eles fazem lá? Eles trabalham com guaraná, produção de abacaxi e a farinha. Mas eles não conseguem se sustentar, além de benefícios do governo e da igreja católica.

Este relato mostra um pouco a realidade vivida pela grande maioria das tribos e comunidades indígenas em todo Brasil. A sobrevivência e manutenção de suas tradições foram sucumbidas pela presença da cultura branca, da apropriação de seus territórios e também pelo processo de desenvolvimento, que hoje, como exemplo da Amazônia tem a construção de hidrelétricas, estradas, expansão agrícola e da pecuária extensiva.

A diversidade cultural existente na Amazônia e entre os povos indígenas têm sido vista pela indústria do turismo, como potencialidade para apresentação turística, podendo apresentar ganhos econômicos e também servir como o resgate de algumas tradições já em desuso pelos indígenas, uma vez que são resgatadas para essa apresentação. A imigração para as cidades acentuou estas questões, pois o contato com a cultura da sociedade dominante

⁴⁰ Essas sete comunidades indígenas são as comunidades que faziam parte dos destinos na qual essa viagem foi realizada.

⁴¹ Informações retiradas do site Povos Indígenas no Brasil, endereço eletrônico <http://pib.socioambiental.org>.

⁴² Ibid.

⁴³ Tuxaua da comunidade Ponta Alegre, maior comunidade naquela área.

sobressai à cultura dos indígenas. As gerações que nascem nas cidades são mais influenciadas por essa dinâmica cultural entre brancos e indígenas nas cidades. Souza (1997) falava que:

Quando a gente foi, foram uns (indígenas), entre quinze e dezessete anos – meninos né -, eles não sabiam mais falar a línguas deles. Lá na aldeia, são poucos aqueles que falam. Quanto mais próximo do lago do Andirá, menos eles dominam a língua deles. Parece que a partir do Mirituba, eles não já não têm tanta influência da igreja é que eles já, alguns falam mesmos. Na Ponta Alegre, nem todo mundo fala, a maioria fala o Português.

Entre o relato de viagem de Souza (1997) e as visitas de campo nas comunidades rurais indígenas na cidade de Manaus que trabalham com o turismo, pode-se perceber pelas falas dos dirigentes dessas comunidades que o turismo tem sido um elemento surgido para a valorização da cultura indígena. Muitas danças, músicas, o mundo mítico apresentado nos rituais e a língua estão retornando entre os indígenas nessas comunidades. Há maior valorização destas tradições por representar a entrada para economia do mercado turístico.

A abertura desse novo mercado tem fascinado tanto as agências de turismo, organizações governamentais e não governamentais, turistas e a própria comunidade local em desenvolver o turismo em territórios indígenas. O estudo aqui empreitado toma como base o turismo em terras indígenas (mesmo não estando formalmente legalizadas pelo estado, mas por se apresentarem como territórios indígenas pelo processo de ocupação dessas áreas) realizado nas comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol localizadas na região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú, no município de Manaus-Am.

Essas duas comunidades foram indicadas pelos órgãos de turismo dos municípios metropolitanos, segundo Costa Novo (2011), totalizando 54 comunidades entre urbanas e rurais. O turismo comunitário, incluindo as comunidades indígenas é apresentado em grande parte pelos hotéis de selva no município de Manaus, que deslocam grupos de turistas, entre nacionais e estrangeiros, que visitam as comunidades para ter o contato com a natureza e a cultura local, desfrutando momentos ímpares nesses territórios.

No quadro (02) abaixo, Costa Novo (2011) apresenta vinte comunidades tradicionais – incluindo as indígenas - que trabalham com o turismo no município de Manaus.

Quadro 02 - Comunidade tradicional e indígena indicadas pelos órgãos de turismo de Manaus

MANAUS	RDS do Tupé
	1. Comunidade Livramento
	2. Comunidade São João do Tupé
	3. Comunidade Agrovila
	4. Comunidade Colônia Central
	5. Comunidade Tatulândia
	Rio Cuieiras (afluente do Rio Negro)
	6. Comunidade Indígena Três Unidos
	7. Comunidade São Sebastião
	8. Comunidade Indígena Nova Esperança
	Lago do Puraquequara (Zona Leste de Manaus)
	9. Comunidade Igarapé da Floresta
	10. Comunidade Santa Luzia
	11. Comunidade São Francisco do Mainã
	Povos Indígenas
	12. Comunidade Indígena Inhaã-beé (Tarumã)
	13. Comunidade Indígena Mawé (Gavião) (Tarumã)
	14. Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol
	15. Comunidade Indígena Aiwaykuru
	16. Comunidade Indígena Yapurar
17. Comunidade Indígena Terra Preta	
Outras comunidades:	
18. Comunidade Costa do Arara	
19. Comunidade do Tarumã	
20. Comunidade Vila da Felicidade	

Fonte: Adaptado de Costa Novo (2011, p.93), Secretarias Municipais de Turismo (2010).

Esses locais fazem partes dos roteiros turísticos que são disponibilizados em sites de alguns empreendimentos, mas aparecendo apenas como visitação às comunidades caboclas, por que nos últimos anos, alguns problemas relacionados à questão trabalhista, em que dois empreendimentos foram denunciados no Ministério Público e Justiça do Trabalho. A denúncia partiu dos próprios comunitários. Isso teve repercussão negativa para o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas, afastando os empreendimentos de algumas comunidades, assim como toda a atividade turística.

Os roteiros que eram disponíveis nos sites dos empreendimentos turísticos, por precaução às questões jurídicas e trabalhistas foram retirados da veiculação dessas mídias, havendo apenas a negociação entre os comunitários nas próprias comunidades e os empresários. Depois desta negociação são levados grupos de turistas por embarcações regionais, ficando estes nas comunidades por um tempo mínimo entre uma a duas horas. São algumas comunidades indígenas rurais que recebem turistas, como a comunidade Nossa Senhora do Livramento, no Tupé e a comunidade Indígena Nova Esperança, no rio Cuieiras.

O turismo tem carregado à bandeira de um desenvolvimento sustentável com a possibilidade de desenvolver a comunidade local com equilíbrio entre Estado – mercado – comunidade. O estado por seu turno, ainda não tem dado destaque a essa modalidade

econômica para o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades, pois o modelo de desenvolvimento está pautado na aglomeração industrial e no comércio de produtos produzidos no polo industrial, não havendo uma ação efetiva para o desenvolvimento do turismo por meio do Estado, ficando a cargo apenas da operacionalização da atividade nas mãos dos empreendimentos turísticos.

Fazer o recorte entre a tríade - desenvolvimento sustentável, turismo e comunidades indígenas e tecer uma interpretação crítica aos modelos imperativos de desenvolvimento, seja sustentável ou qualquer invenção humana que transforma os espaços físicos, culturais e naturais em produtos para obtenção do lucro sem levar em conta à ética e o respeito às comunidades indígenas é fazer com que o desequilíbrio social, cultural e ambiental se perpetue. Seria preciso haver um planejamento e até um inventário das potencialidades existentes nas comunidades ao entorno da capital do estado e que fazem parte da região metropolitana, onde se pretende, através da criação dessa área, trazer o desenvolvimento para as demais localidades pertencentes a esse espaço político.

Por outro lado, o turismo depende de alguns elementos que são fundamentais como transporte e as vias de acesso. Esses elementos irão definir os planos de ação de execução e formatação de pacotes turísticos. No caso das comunidades indígenas localizadas às margens dos igarapés na zona rural no município de Manaus, a única via de acesso é através de pequenas, médias e grandes embarcações. Isso faz com que a organização do turismo venha a ser contemplada apenas pelas empresas que detêm o capital econômico, no caso as agências de viagens, hotéis de selva e urbanos, que montam pacotes fechados para determinados grupos de turistas, deslocando-os para essas comunidades em suas embarcações.

Durante a visitação nas comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol, as dificuldades de acesso revelaram um lado negativo para o desenvolvimento do turismo pelos comunitários. Desse modo, à negociação com outras demandas como agências de viagens, hotéis urbanos e até instituições de ensino para o desenvolvimento de atividade acadêmica fica quase que inviável. As duas comunidades ficam nos igarapés Tiú e Caniço, situados na bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú.

Para se chegar às comunidades, comunitários e visitantes não ligados a hotéis de selva fazem à comunicação por meio das catraias⁴⁴, sendo o valor cobrado de R\$ 20 reais para chegar à comunidade Sateré-Gavião e R\$ 50 reais a comunidade Caniço-Rouxinol. A

⁴⁴ Pequenas embarcações, movidas por força mecânica e conduzidas por moradores locais.

duração da viagem é de apenas quinze minutos para chegar na primeira e entre vinte a vinte cinco minutos até chegar à segunda comunidade.

Essas embarcações ficam no local chamado Prainha, mas, este fato é apenas o final do percurso até a chegada a este primeiro local que dá acesso às duas comunidades. O percurso se feito por turistas ou visitantes não ligados ao turismo, querendo conhecer e ter o contato com as tradições indígenas sem passar por um hotel de selva, têm a opção de apenas duas linhas de transportes públicos, ou seja, os ônibus 011 e 012, que tem a duração média entre uma hora e uma hora meia de viagem do centro da cidade à Prainha. Os moradores residentes e os indígenas também têm a opção de se deslocarem por meio do transporte alternativo na entrada do bairro Campo Sales na Av. Torquato Tapajós, mas correndo risco de morte por ser um transporte não regulamentado.

O início do percurso das linhas de ônibus 011 e 012 começa nas proximidades do Porto de Manaus, ao lado do antigo prédio do Complexo *Booth Line*⁴⁵, no centro antigo e comercial da cidade. São 27 km de percurso, sendo 12 km do centro até a entrada do bairro Campo Sales e mais 15 km até a Prainha no Bairro Tarumã. Esse bairro é um espaço de aspectos rurais, onde pessoas humildes e os mais abastados da capital do estado edificam suas moradias para viver e desfrutar dos ambientes naturais nos finais de semanas e feriados. Entre as humildes residências e suntuosas construções - as “vivendas” – dominam o percurso desse espaço rural e estão se prolongando às margens dos igarapés ao longo da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú.

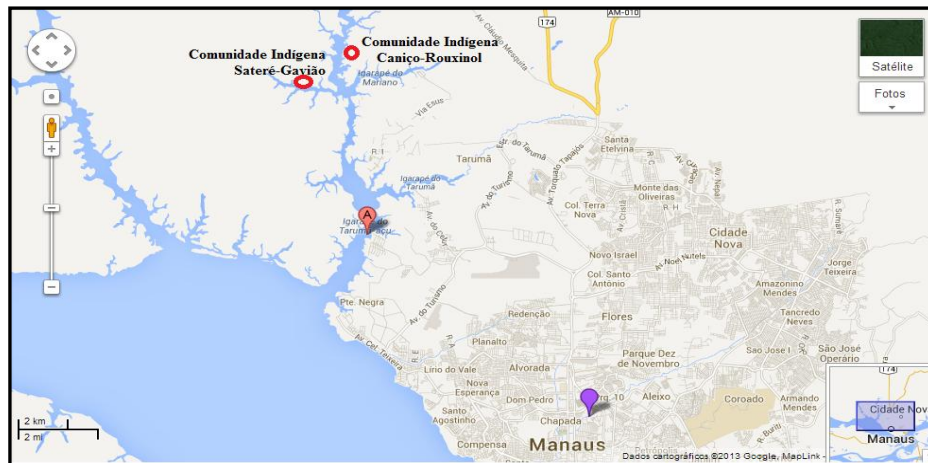
A região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú possui belas paisagens naturais, onde estão localizados alguns condomínios residenciais, sítios, vivendas, hotéis de selva e uma intensa atividade de lazer nos finais de semana. Encontramos também alguns flutuantes de moradia, comércio, instalações de hospedaria e restaurantes ao longo do rio.

A atividade do turismo nesta espacialidade desponta, além da aproximação com a Praia da Ponta Negra, nome que dá origem a um dos espaços urbanos com o m² mais caro da cidade, o bairro da Ponta Negra. É uma área muito visitada por moradores locais, visitantes e turistas e onde está localizada a marina do Davi, que mantêm o deslocamento de moradores das comunidades por meio de velozes lanchas diariamente.

⁴⁵ Neste local, situavam-se, inicialmente, as instalações comerciais da B. A. Antunes & Cia. Comissões, Consignações, Importadores e Exportadores; a Booth Steamship Company, a sede da Manaós Tramways and Light Company; a Scholz & Cia. (casa comercial de Waldemar Scholz – o mesmo alemão responsável/proprietário pela construção do palacete onde atualmente considera-se o Centro Cultural Palácio Rio Negro); e o bar e restaurante Bolsa Universal (SILVA & AGUIAR, 2010, p.32).

A organização do turismo nas comunidades indígenas é feita pelos próprios grupos étnicos. Eles reorganizam sua apresentação para serem vistos durante a presença de turistas em suas comunidades e ficam na dependência das empresas. As comunidades indígenas que se apresentam em pequenas porções espaciais, além de sofrer com as ameaças da especulação imobiliária - por estarem situados em região privilegiada de belezas cênicas e paisagísticas (Figura 04) – e de empresas que apostam no local estratégico potencial destas áreas.

Figura 4 – Localização das comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol



Fonte: Adaptado, <https://maps.google.com.br>, 2013.

A configuração e localização espacial das comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol apontam para criação de expectativas do desenvolvimento comunitário por meio turismo. É um espaço visitado constantemente por pessoas que se deslocam para os sítios e vivenda em toda extensão do rio Tarumã-Açú e daqueles hospedados nos hotéis de selva, proporcionado pelos roteiros de visitaçào ao espaço rural da cidade de Manaus. A navegabilidade do rio também proporciona passeios através de embarcações regionais, *jet ski*, luxuosos iates e lanchas com dezessete a vinte pés, que podem ser vistas trafegando pelas águas dos rios e igarapés nos finais de semana.

Figura 5 – Embarcações trafegando em momento de lazer no domingo



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2013.

Essa espacialidade rural da cidade de Manaus está sendo transformada gradativamente pelo movimento e avanço urbano. As comunidades tradicionais e as indígenas que há mais de quarenta anos estão sediadas nessas áreas desde as primeiras vindas de indígenas trazidas pelos dirigentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos anos de 1970 e 1980, enfrentam mudanças sociais, culturais e econômicas, consequências das dinâmicas espaciais e sociais. Relacionadas ao turismo, os espaços de dominação dos grupos indígenas sofrem alterações, principalmente aos trabalhos tradicionais, pois há modificação nos hábitos na produção de artesanatos e organização étnica para apresentação de suas danças e fragmento de sua cultura aos turistas e visitantes.

3.1 Comunidade Indígena Sateré-Gavião

As recordações do tempo em que estive no Andirá e os primeiros contatos com o grupo étnico Sateré-Mawé do município de Barreirinha - médio Amazonas - retornaram durante o trabalho de campo na comunidade Sateré-Gavião, membros da etnia Sateré-Mawé vindos da Terra Indígena Andirá-Marau. Segundo Bernal (2009, p. 97), “a maioria dos índios vindos para Manaus nos anos 1970 e 1980 pertencem ao mesmo ramo familiar ou são parentes próximos: 146 entre 333 pessoas”. O autor destaca ainda que “a história da migração dos Sateré-Mawé para Manaus é fortemente marcada por um cunho feminino”.

Situar as condições de um desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas, sem antes destacar as relações imbricadas nas teias tecidas - como aponta Clifford Geertz (2008) - pelos próprios comunitários desde a migração para capital do estado, não seria possível compreender a entrada da comunidade nas atividades do turismo. “É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície” (GEERTZ, 2008, p. 4), das interações sociais que pudemos interpretar as transformações sociais, econômicas e culturais com a prática do desenvolvimento do turismo, seja sustentável ou não na Amazônia.

As comunidades indígenas Sateré-Gavião, Inhaã-bé (separada apenas por uma pequena enseada no igarapé do Tiú), as comunidades dos Bairros Redenção, Santos Dumont e demais comunidades da mesma etnia teve como fundadora a matriarca Tereza Ferreira da Silva. Segundo Bernal (2008), o processo de migração dos indígenas do Andirá-Marau iniciou-se com a vinda primeiramente das mulheres, destinadas a trabalhar no serviço doméstico, estudar e até por se casarem com não-indígenas, levando conseqüentemente a migração “igualmente alguns homens: esposos, filhos ou parentes. Para as mulheres, foi

muito mais fácil encontrar um emprego nos trabalhos domésticos ou na produção de artesanato (BERNAL, 2008, p. 97).

A comunidade Sateré-Gavião (Figura 6) está localizada à margem esquerda do igarapé do Tiú, afluente do rio Tarumã-Açú, zona Oeste da cidade de Manaus, parte rural. É composta de 12 famílias, totalizando 42 pessoas entre crianças e adultos pertencente à segunda e terceira geração de sua matriarca. Tem como líder político (tuxaua) e religioso (pajé) o senhor Eliomar da Silva Martins – conhecido como Tucandeira ⁴⁶. Ele casado com Terezinha Ferreira da Souza, neta de dona Tereza. Dona Terezinha que contou que sua avó, após a morte de seu esposo veio para Manaus trabalhar em casa de família e estudar, trazida pelos funcionários do antigo SPI.

Figura 6 – Frente da Comunidade Sateré-Gavião



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

A história do estabelecimento no local onde ficam as comunidades Sateré-Gavião ⁴⁷ e Inhaã-bé (mesma família) foi dada pela posse de algumas áreas no igarapé do Tiú, na mesma época em que o barco da FUNAI trouxera alguns indígenas do rio Andirá, aportando

⁴⁶ Segundo Bernal (2008, p.85), “a Tucandeira (ou Tucandeira) é o nome de uma formiga preta (Paraponera clavata) de grande tamanho, possuindo um ferrão comprido que provoca uma dor intensa, inchaço e febre. Essas formigas são utilizadas em grande quantidade na cerimônia de iniciação dos homens jovens da tribo, que devem se submeter de maneira repetida ao ritual até receber completamente os poderes transmitidos pela ferroadá”. Tucandeira também está no documento emitido pela FUNAI, Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas (RANI), previsto no art. 13 do Estatuto do Índio, Lei 6.001, de 19 de Dezembro de 1973, e regulamentado pela FUNAI através da Portaria nº 003/PRES, de 14 de janeiro de 2002.

⁴⁷ A comunidade Sateré Gavião até 2008 era denominada Mawé, alguns documentos, trabalhos acadêmicos e as informações institucionais se referenciam ao antigo nome. A denominação Sateré Gavião foi dada, segundo o tuxaua Eliomar, em virtude das famílias pertencerem ao Clã Gavião, por esse motivo os comunitários em reunião decidiram mudar o nome da comunidade como forma de identificarem o Clã da família.

na marina do Davi no início dos anos de 1970, onde fica um posto da FUNASA⁴⁸. Nesta época, segundo dona Terezinha⁴⁹, “eles (os indígenas) não se fixavam em um único espaço, pois não se acostumavam nesse novo lugar, qualquer ponto que chegava (igarapé do Tiú no rio Tarumã-Açú) ficava e morava”, até se estabelecerem de forma definitiva na área em que hoje estão localizadas as duas comunidades.

A matriarca, segundo o relato de dona Terezinha, viera da comunidade de Ponta Alegre – maior comunidade indígena no rio Andirá. Os indígenas que vieram para Manaus trabalhavam na cidade, mas não se acostumavam fora das áreas naturais, pois os costumes de pescar e caçar fazia com eles retornassem a esses primeiros estabelecimentos na cidade; essas áreas lhes proporcionavam alguns aspectos tradicionais da cultura indígena.

Por entender sua legitimidade de serem os donos dessas áreas desde a chegada em Manaus, os indígenas estão ainda aguardando o órgão que os ampara, no caso da FUNAI, o reconhecimento destas áreas, pelo fato de pertencerem à etnia Sateré-Mawé e utilizada para manutenção das tradições e costumes praticados nesse espaço geográfico. A comunidade tem uma área de 77 he., não tendo um documento que legitima esse espaço, gerando conflitos com posseiros que já ameaçaram em tomar esse espaço dos indígenas. Destaca-se também a localização da comunidade por estar situada em uma região dominada pela expansão urbana, ficando esses espaços sob a especulação imobiliária.

Esse fato, segundo o tuxaua Eliomar e dona Terezinha tem prejudicado a comunidade em obter benefícios de alguns órgãos e instituições públicas. O exemplo apontado por eles é do Programa Luz Para Todos do Governo Federal, já que a distância de acesso dos postes que levam a energia elétrica fica a menos de 3 km da comunidade. O direito a terra o qual prevê a Lei 6.001, de 19 de Dezembro de 1973, nos Art. 17 § I e Art. 18 poderia de fato ser aplicado, desta forma, garantiriam outros direitos e respeito à cultura e as tradições indígenas dessa etnia.

Embora essas questões apareçam como um problema para os grupos indígenas, o território através da personificação da imagem da matriarca Tereza, tem possibilitado a reafirmação étnica que sustenta a ideologia de lutas pelos direitos de todo grupo. Ela representa a luta pela melhoria de vida, uma vez que foi a primeira a imigrar para a capital do estado procurando melhorar a qualidade de vida de sua família, uma vez que trouxe seus

⁴⁸ A Fundação Nacional de Saúde ainda mantém uma base na Marina do Davi utilizada para proteger as embarcações que transportam seus funcionários pelo interior do município.

⁴⁹ Conversação pessoal com dona Terezinha Ferreira de Souza, na comunidade indígena Sateré Gavião em Manaus, em setembro de 2012.

filhos, filhas e, em seguida, vieram outros parentes - deixando o seu legado a todas as gerações nascidas em solo urbano. Segundo Sales (2009, p.49):

Todo processo identitário não pode ser suficientemente apreendido sem levar em conta o seu processo social de territorialização. As unidades étnicas formadas nesse processo, tomando o exemplo dos Sateré-Mawé na região Metropolitana de Manaus-Am, organizados em cinco comunidades e uma associação, têm demonstrado que as formas de organização e ocupação das territorialidades específicas, pensadas costumeiramente como próprias das áreas rurais, são reproduzidas em Manaus.

Esse processo de reafirmação identitária tem transformado pequenos espaços rurais em territórios indígenas, onde se preservam as tradições e mantêm um forte elo com a natureza existente nessas espacialidades. Por outro lado, os indígenas sem um pedaço de chão, não conseguem se firmar como indígenas. Suas tradições por muitos séculos foram se caracterizando pelo equilíbrio sustentável em eles e a natureza, retirando dela o sustento para toda comunidade, mas respeitando-a sem abusos nem excessos.

Os laços culturais, por seu turno, são reafirmados junto à comunidade por meio da relação existente harmoniosa com a natureza, exemplo da lenda do guaraná que representa esse aspecto da cultura Sateré. Segundo Bernal (2008, p. 80), a “bebida familiar cotidiana, o guaraná atualiza e reforça os laços de adesão à comunidade e entre seus membros, sendo consumido por todos os membros da tribo: adultos e crianças, homens e mulheres”.

Durante pesquisa de campo percebeu-se que essa tradição é transmitida pela oralidade, sobressai apenas o ritual de passagem para a maturidade dos homens, através do ritual da tucandeira - espécie de formiga que pode ser encontrada nas matas da comunidade. O ritual da tucandeira e o artesanato fazem parte das tradições que colocam esses grupos indígenas inseridos na economia da sociedade dominante, sendo uma consequência dos movimentos espaciais dos próprios indígenas e também do fluxo de visitantes e turistas nas comunidades.

Nesse processo há sempre dinâmicas entre as culturas. Os indígenas aprendem com os brancos, assim como os brancos aprendem com os indígenas. Este fato é evidenciado pela fala do tuxaua Eliomar (Tucandeira) quando conversava com os membros da comunidade sobre a qualidade dos artesanatos.

Segundo o tuxaua Eliomar (Tucandeira):

É que nem – às vezes - eu falo pro pessoal. Porque muita gente reclama do nosso artesanato! – O artesanato de vocês é feio! Eu digo meu amigo! O índio ta aprendendo a fazer as coisas agora com o branco. Por que o colar de área, é feio! Por que feio? Porque ninguém tem lixa, ninguém tem coisa pra dar brilho. Então,

quer dizer que o colar vai sair realmente feio! Por que vai sair todo riscado, né e não lixado, nem brilhado. E aqui nós estamos próximo de Manaus, nós usa a lixa, lá na área é faca - raspa! Então nós temos uma coisa mais bonita. Você vai na cidade, pode ver aqueles colar que tem lá, não é de índio! É tudo gente que já apreendeu ⁵⁰.

Embora estas mudanças tenham ocorrido a partir das dinâmicas culturais e espaciais, os indígenas estão em situação desfavorável em relação a esta economia de mercado. Eles não detêm o capital econômico para obterem algumas matérias-primas não encontradas em seus territórios para produção, confecção de artesanatos, materiais e utensílios que deixam esses produtos mais atrativos para venda. Muitos artesanatos indígenas são confeccionados por artesões locais, tornando-se uma ameaça para a comercialização desses produtos pelos próprios indígenas no mercado, uma concorrência desleal – quem sai perdendo são os indígenas.

3.1.1. A Introdução e o Fim do Turismo na Comunidade Sateré-Gavião

O estudo do turismo nas comunidades Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol ⁵¹ tiveram dois momentos que contribuíram para o direcionamento do processo de pesquisa. O primeiro foram às evidências que despertaram o interesse em fazer o estudo, motivado pela veiculação nas mídias local, com matérias denunciando a exploração dos indígenas pelos empreendimentos turísticos, artigos e dissertações e as indicações das instituições públicas da existência de atividades relacionadas ao turismo nas duas comunidades. O segundo momento foi à realidade vivida por meio da pesquisa de campo ao objeto de estudo, na qual foi relatado pelos dirigentes das comunidades, que as visitas de turistas não acontecia há mais de cinco anos, consequência de várias das questões judiciais, organização e planejamento do turismo nas comunidades.

⁵⁰ Conversação pessoal com o tuxaua Eliomar da Silva Martins, na primeira visita para obtenção da permissão de se fazer o estudo junto à comunidade e para apresentar o projeto de pesquisa para a comunidade, em junho de 2012.

⁵¹ Em consequência das questões burocráticas e legais relacionadas a grupos indígenas e pela demora da liberação do parecer que avalia os procedimentos legais e a ética na pesquisa, os dados aqui coletados estão pautados nos diálogos dos dois dirigentes das duas comunidades – o tuxaua Eliomar da Silva Martins e o cacique Santiago Penha Fernandes - uma vez que eles são as vozes que representam os grupos indígenas e também pela iniciativa dos mesmos em operacionalizar o turismo em suas comunidades. Os diálogos registrados foram feitos em três momentos: durante a primeira ida às comunidades pedir o consentimento para realização da pesquisa em junho de 2012; uma visita para coletar dados para produção de um artigo relacionado às práticas corporais em setembro de 2012 e após a liberação do parecer de ética da Plataforma Brasil em julho de 2013, completando assim as informações, observações e interpretações do objeto de estudo para conclusão do trabalho de pesquisa.

Estes dois momentos complementam as deduções de que a atividade turística se não tiver um intenso planejamento e interações das esferas públicas, empresas e a comunidade pode ser insustentável. Esse fato reforça também a interpretação-crítica aos modelos de turismo, empregados para minimizar os desequilíbrios sociais e econômicos, uma vez que são metas institucionais das esferas Federal, Estadual e Municipal contradizendo, também, a macro diretriz do Governo Federal no processo de inclusão estabelecido pelo PNT 2007/2010, que abarca tanto os espaços locais, quanto seus residentes dentro dos aspectos de desenvolvimento sustentável do turismo.

Diferenciando-se dos conceitos e definições técnico-acadêmica que trazem as questões do tempo, atividade econômica não remunerada, uso dos equipamentos e da infraestrutura (apoio, serviços, transporte), o turismo em comunidades indígenas se dá pelas relações existentes entre os comunitários, empresários e turistas nos espaços étnicos. Para o indígena, independente desses critérios teóricos, o recebimento de turista em suas comunidades, mesmo por um período mínimo de tempo é turismo.

As questões sociais e econômicas de quase todas as comunidades indígenas na cidade de Manaus têm levado esses grupos a buscar alternativas econômicas para captação de recursos financeiros, como forma de garantir a permanência na cidade. A venda de artesanato, o trabalho laboral em casas de famílias, a limpeza de terrenos na cidade e as apresentações de sua cultura para turistas e visitantes em seus territórios são algumas das estratégias encontradas pelos grupos indígenas.

O turismo na comunidade Sateré-Gavião foi uma alternativa dos próprios comunitários que surgiu durante a inserção de alguns membros no trabalho como guias, condutores de canoas para focagens de jacarés e trilhas na floresta dos hotéis de selva ⁵², passando a ter maior contato com os turistas. Eles perceberam a partir daí que poderiam apresentar na comunidade suas tradições para turistas e visitantes. Desse modo entenderam que o turismo poderia beneficiar todos os comunitários.

Os hotéis de selva que reproduzem modelos das habitações indígenas e os contratam juntamente com os brancos para apresentarem nesses espaços a cultura indígena, vão constituindo o produto e complementam a oferta turística dos empreendimentos. Esses espaços são reservados em áreas próximas dos hotéis, onde os turistas são conduzidos até estas localidades que tentam reproduzir uma área étnica, onde indígenas de várias etnias se

⁵² Devido às questões legais e éticas, e últimos problemas judiciais envolvendo alguns hotéis de selva e as comunidades indígenas, não mencionaremos os nomes dos hotéis de selva, preservando desde modo a integridade dos empreendimentos.

pintam para representar suas tradições, não de forma tradicional, mas organizadas dentro de uma economia alheia a seus costumes. A ideia de trabalhar o turismo na comunidade Sateré-Gavião partiu dos próprios indígenas como demonstra a fala do tuxaua Eliomar (Tucandeira):

Na época de 2005, né! Nós viemos trabalhando em outros anos, é - com o turismo - vendo como é que a gente poderia fazer nosso artesanato pra, gerar uma renda, né!. Ai, nós viemos pesquisando, por exemplo: Ariaú, nós andamos por lá! Trabalhamos meses, ai, não deu certo! Ai viemos pra cá. Ai, foi na época de 2005 que nós viemos pro Tarumã trabalhar com o turismo, eu descobrir que tinha uma hotel de selva aqui - o Amazônia Eco-Park - , beleza, nós vamos tentar. Ai, eu fui lá um dia, chamei o pessoal - seis pessoas. Fui lá conheci, eles disseram: - Sim! A gente trabalha com vocês. - Se vocês já quiserem botar alguém pra trabalhar aqui com a gente, da aldeia de vocês que esteja realmente precisando trabalhar a gente tem vaga! Eu (Eliomar) sou um, eu falei, eu aceito trabalhar ⁵³.

Eliomar contou que ele foi trabalhar como piloto de “voadeira” ⁵⁴, onde tinha contato constante com os turistas. Todo esse processo pode ser relacionado às solicitações junto a FUNAI como indica Victor Ferri (2007), pelas empresas que veem na cultura indígenas, assim como seus territórios, uma potencialidade de atração turística. No entanto, para haver qualquer atividade que envolva os indígenas é preciso que o consentimento dos grupos étnicos, respeitando a cultura, os territórios e seguindo os princípios estabelecidos pelas Leis nacional e internacional que intentam salvaguardar a vida, assim como os direitos dos grupos indígenas.

De acordo com Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 29 de junho de 2006, art. 23: “os povos indígenas têm o direito de determinar e elaborar prioridades e estratégias para o exercício do seu direito ao desenvolvimento”. O Estatuto do Índio, Art. 02 § III orienta que é preciso respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição e § IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência.

O tuxaua Eliomar falou que após uma conversa com a gerente do empreendimento, eles se dirigiram para a comunidade. Na época, era um período em que as águas estavam baixando, no final do mês de novembro, quando foram conhecer a comunidade. Segundo Eliomar, três dirigentes, incluindo a gerente do hotel, se deslocaram até a comunidade que fica a menos de quinze minutos de viagem pelo rio Tarumã-Açú. Ele conta que a gerente teve boa impressão da comunidade, tendo em vista que os indígenas tinham feito uma grande

⁵³ Conversação pessoal com o tuxaua Eliomar da Silva Martins, em Manaus, em julho de 2013.

⁵⁴ É uma pequena embarcação que recebeu esta denominação na região por se movimentar velozmente sobre as águas dos rios amazônicos. No dicionário eletrônico Houaiss é denominado de deslizador, que ou o que, movido por hélice aérea, desliza velozmente sobre a água (diz-se de ou embarcação de pequeno calado).

recepção com danças, rituais, uma grande festa onde todos os indígenas tinham pintado seus corpos com tinta de jenipapo⁵⁵ para dar boas vindas aquele grupo.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos pelos indígenas diretamente com os turistas, seja como pilotos das embarcações, seja como guias nas trilhas nas matas dos hotéis de selva, é verificada neste processo a dinâmica cultural nas relações entre os empreendedores do turismo, indígenas e o turista. Isso despertou o interesse em desenvolver o turismo na comunidade e, a partir daí, a inclusão nas relações capitalistas do mercado turístico por meio da apresentação de sua cultura para turistas e visitantes.

Não se organizavam mais de forma tradicional, pois estavam distribuindo as tarefas para a entrada na economia do turismo, mesmo tendo utilizado suas tradições para atrair recurso para a comunidade. O trabalho é ressignificado, as tarefas passaram a ser distribuídas entre as famílias e cada indígena ficava responsável em desenvolver uma atividade, mas a atenção maior era para produção dos artesanatos. Os rituais serviam para atrair a atenção dos outros e o artesanato era o produto destinado à comercialização.

Marx Weber (2004) escreve que “o dinheiro pode gerar dinheiro e seus rebentos podem gerar ainda mais e assim por diante” e para os indígenas que vivem em comunidades na periferia e zona rural da cidade, a cultura, pode gerar novas culturas e promover a geração de renda em consequência à entrada de turistas em seus territórios. Desse modo, as tradições passam por um processo de ressignificação, aquilo que é tradicional para os indígenas passa a ser organizado para atender às necessidades do mercado turístico.

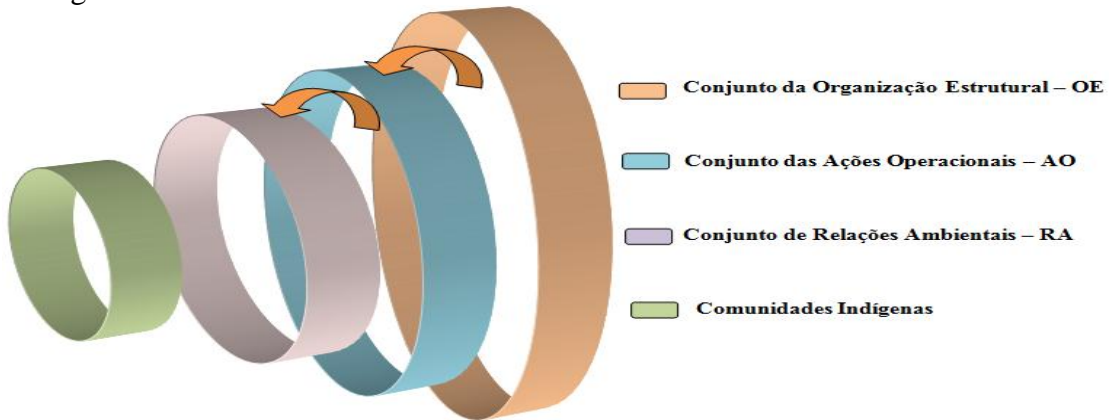
Produzia-se um sistema econômico onde se tinha: os hotéis de selva oferecem à comunidade como atrativo turístico e os indígenas reproduzem seus rituais para atrair e chamar a atenção dos visitantes para gerar renda. Contudo, existia um desequilíbrio entre hotéis e comunidades, pois os pacotes e números de turistas nas comunidades não gerava lucro para os indígenas, era mais uma atividade econômica de subsistência. Assim sendo, à cadeia produtiva do turismo não correspondem em ações recíprocas entre esses dois elementos - hotéis e comunidade.

Neste caso, havia uma engrenagem fora dos eixos do sistema, ou seja, o processo de retroalimentação desenvolvido pelos hotéis junto às comunidades, não compensava as perdas diante das interações sociais e fluxo turístico. Para Krippendorf (2001, p.96), esta questão desperta o senso crítico dos autóctones, “a resistência se organiza apenas numa segunda fase e

⁵⁵ É um fruto comestível, com polpa aromatizada, na qual os indígenas usam a polpa e as sementes que podem ser extraídas um líquido preto usado com tinta para pintar os corpos, principalmente nos festejos das tradições indígenas ou quando eles reivindicam seus direitos junto às instituições públicas.

pode ser conduzida a uma terceira e última fase, em que se manifesta uma forte vontade política militante em favor de um desenvolvimento moderado e autodeterminante do turismo”.

Figura 7 – Cadeia Produtiva do Turismo



Fonte: Adaptado em Beni (1998), Sistema de Turismo (SISTUR).

No sistema criado por Beni, onde o todo é representado pelo conjunto de sistemas interligados e interdependentes fizeram com que a atividade turística tomasse as dimensões alcançadas a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, alcançando uma representação de ordenamento entre os sistemas econômicos mundiais, que só perde para as indústrias de petróleo. Entre as “Ações Operacionais” (figura 07) - onde estão subsistemas de produção, distribuição, consumo, compondo, desse modo, o mercado turístico - e o conjunto das “Relações Ambientais” (ecológico, econômico, social e cultural), as comunidades indígenas não podem fazer parte dos movimentos interacionais promovidos pelo SISTUR.

Criou-se uma relação de dependência entre o empreendimento e a comunidade, uma vez que são grupos econômica e socialmente vulneráveis e os espaços vividos passaram por transformações, principalmente a cultural. O indígena, segundo o tuxaua Eliomar, passou a ir à cidade com mais frequência para adquirir novos utensílios e produtos tecnológicos. Não houve uma compensação em forma de ações tanto do Estado quanto dos empresários do turismo nesta localidade, o desenvolvimento estava pautado nas possibilidades de venda do artesanato, o trabalho desenvolvido pelos comunitários não eram compensados.

A cadeia produtiva “cujos processos, atividades, produtos e serviços são articulados entre si, como elos de uma mesma corrente, segundo uma sequência lógica progressiva ao longo de todo o ciclo produtivo” (BRAZIL, 2000), não teve em sua produção a complementaridade do desenvolvimento da comunidade. Os elos que poderiam fazer a

comunidade desenvolver econômica e socialmente estão distantes para dar respostas as práticas sustentáveis do desenvolvimento do turismo em comunidades de grupos vulneráveis.

O fluxo de visitantes nos espaços rurais no município de Manaus e a aproximação com a “*urbe*”, assim como em toda região Metropolitana de forma interacional entre as culturas, também, vêm modificando as tradições e o “*habitus*” das populações tradicionais (caboclas, ribeirinhas e indígenas). As atividades de dominação da cultura hegemônica - no caso do turismo – precisam de longo processo de maturação, tanto das questões voltadas para organização, planejamento quanto na administração e contabilidade das entradas e saídas de recursos advindos da atividade turística por parte dos dirigentes indígenas em suas comunidades.

A falta desses conhecimentos e a maturação de todo processo por parte dos indígenas é prejudicial à manutenção de qualquer atividade econômica e social. Não pudemos negar este fato, pois um processo gerencial é vital para a sobrevivência de qualquer empresa no mercado econômico. Este fato é identificado diante dos acordos entre as comunidades e os empreendedores no principio do estágio de entrada do turismo na comunidade indígena, no qual foram feitos acordo, apenas de forma verbal, como revela na fala do tuxaua Eliomar:

Ai eu acertei com o pessoal (comunidade) o que quiserem dar pra gente, a gente aceita. Qual é a proposta deles? Vocês vão aceitar? Ai eles disseram: - Nós vamos. Ai eu fui conversar com ela. Dona Carla o que a senhora tem a oferecer pra gente? Ai ofereceram seis cestas básicas de rancho por mês – um sacão grande. Nós éramos sete famílias. Ai, mais a compra do artesanato e outras coisas que nós precisasse mais. Até nós ganhar nosso dinheirinho com a venda do artesanato. Mas, dava bem! A venda do artesanato dava bem, então ninguém precisou cobrar o hotel ⁵⁶.

Mesmo não existindo um nível de organização administrativa, este processo dinamizava a comunidade para a atração de recursos por meio do fluxo de visitantes e o interesse dos turistas e empreendedores em relação à comunidade como produto e oferta turista. A interação entre os comunitários em se organizarem para o outro pode ser percebida durante a primeira visita à comunidade, para solicitar o consentimento de inserção entre os Sateré para realização da pesquisa em junho de 2012.

Na área ao redor das casas dos moradores fica um campo de futebol e estava todo ornamentado com palhas de bacuri (*Attalea phalerata*) ⁵⁷, formando um portal de entrada e

⁵⁶ Conversação pessoal com o tuxaua Eliomar da Silva Martins, em Manaus, em julho de 2013.

⁵⁷ Palmeira nativa encontrada nas matas ciliares da região Amazônia, chegando a 3 a 7 metros de altura. Seus frutos no formato de coquinhos se espalham em um único cacho, antes de amadurecerem são cobertos por uma bolsa fibrosa, ao chegar à fase de maturação se enrijece no formato de pequena canoas que são utilizadas no artesanato e na ornamentação de eventos regionais.

espalhado pelo campo restos de tochas que derramavam pequenas nuvens de fumaça, resultado do processo da organização e da apresentação para visitante da noite anterior. Havia também um jirau - galhos finos de árvores amarrados com cipós de envira retirada da pequena floresta da comunidade – com dois pedaços de árvores pintados de amarelo, utilizados como alvos dos disparos das zarabatanas e flechas, representando uma parte da cultura indígena utilizada para atrair turistas, empreendedores de atividade econômica e, talvez científica.

A dinâmica cultural “[...] vem gerando novas tradições a serem exibidas como sinais diacríticos na sua etnicidade, mediante o íntimo contato desses índios com um sistemático fluxo turístico na região” (GRÜNEWALD, 2001, p. 8). Hall (2006), escreve que tanto mais as culturas nacionais ficam expostas as influências externas, ficam mais difícil conservar as identidades culturais ou impedir que elas se tornem enfraquecidas.

A comunidade Sateré-Gavião, por mais que esteja situada ao lado oposto à área urbana há muitos anos, desde seu estabelecimento na cidade, já passou pelo processo de integração a sociedade dominante. Hábitos e costumes são mediados como forma de compensar a perda de não viver nas grandes áreas e por se considerarem grupos distintos à sociedade dominante.

Um exemplo desta mediação são as habitações, mesmo sendo construídas em madeira, com piso batido ou assoalhadas, ainda se faz presente o espírito de coletividade e comunidade. No horário do almoço, na casa do tuxaua, o peixe fritava na frigideira e o convite era feito a todos que estivessem por perto para se reunirem à mesa e nesse momento, aproximava-se da casa um pastor de uma igreja evangélica trazendo alguns mantimentos compartilhados entre todos os presentes.

Com o turismo houve a reafirmação identitária, resgate das tradições quase perdidas, principalmente a valorização do uso da língua e dos ritos da cultura Sateré-Mawé, no processo de integração a sociedade nacional. O grupo indígena da comunidade entrava em acordo uns com os outros e decidiam o que deveria e o que não deveria ser apresentado. Nesse processo, ressurgiram nas memórias e nas informações das *raris*⁵⁸ aquelas tradições repassadas de geração a geração e que representam toda identidade étnica do grupo.

Nestes aspectos o turismo reacende e revitaliza as tradições que já foram esquecidas pelo grupo vivendo na cidade e próximo a ela, há um processo de readaptação dessas culturas. Parafraseando a fala do tuxaua Eliomar, mesmo havendo apresentações para o outro, por meio dos elementos identitários ligados a sua cultura e os indígenas atuando de forma organizada

⁵⁸ Representa os mais idosos da comunidade, tanto homem quanto mulheres.

tradicionalmente, esse processo estava fazendo com que a cultura Sateré-Mawé resistisse, historicamente, dentro dos processos transformadores dos espaços urbanos.

De acordo com o tuxaua Eliomar, entre as tradições apresentadas estavam: armadilhas na floresta para pegar animais, lançamento de zarabatana, arco e flecha, danças tribais de 10 minutos de duração, a roça, a caça e pesca e o ritual da tucandeira. Este último elemento além de fazer parte das tradições dos Sateré-Mawé traz consigo a identidade desta etnia. O ritual da tucandeira já foi mostrado pelas mídias nacional e internacional ao mundo todo, não apenas por ser parte de uma cultura, mas pela complexidade de preparação de todo processo - indo desde a captura das grandes formigas pretas, o enchimento das luvas de palhas tecidas pelos indígenas (*saaripé*), as dores provocadas pelas ferroadas de várias formigas, que duravam mais de 24 horas e a resistência indígena como prova de sua bravura, completando desse modo, o ritual de passagem para a fase de adulta.

O turismo na comunidade Sateré-Gavião trouxe benefícios econômicos para os comunitários. Não houve continuidade na atividade devido à falta do comprometimento dos próprios comunitários em manter o turismo. De 2005 a 2008 foi o período de duração das visitas de turistas na comunidade Sateré-Gavião, de acordo com o relato do dirigente da comunidade ⁵⁹. Essas visitas começaram logo após a primeira conversa com representante do hotel de selva e o fluxo de turistas passou a ser constante.

A presença e o fluxo de turistas trazidos pelos guias do hotel no início beneficiou a toda comunidade, mas devido o acordo feito entre a comunidade e o empreendimento de ter a renda a partir da venda do artesanato, isso passou a ser um problema. Eliomar falou que todos os dias, por volta de 15 a 17 horas, o hotel levava turistas para a comunidade. O artesanato foi à base da obtenção da renda, onde as mulheres eram responsáveis pelas vendas, limpezas das sementes e a produção, mas cada família preparava os artesanatos (esposo e esposa, filhos e filhas).

Foi relatado também que o número de turistas variava segundo a lotação do hotel ⁶⁰, chegando a vir mais de cem pessoas em uma só tarde. A intensidade de visitas ocorria do mês de maio a dezembro, de segunda a sábado. Este processo não corresponde aos aspectos

⁵⁹ O que nos fazia dentro da comunidade para chamar a atenção dos turistas? Nos fazia as armadilha, apresentação de zarabatana, arco e flecha, dança de 10 minutos, apresentação da roça – uns pés de cará, uns pés de cana, caça e pesca, sempre a gente tinha um meio pra mostrar como a gente fazia. (entrevista com Eliomar em julho de 2013)

⁶⁰ Para saber o numero de turistas que visitava a comunidade, seria preciso fazer uma investigação aos registros de entrada do empreendimento, onde as informações pudessem ser confrontadas. O que estamos descrevendo são relatos, a partir da fala dos indígenas. Esses relatos foram feitos na comunidade com a presença de outros indígenas, mas as respostas eram dadas pelo tuxaua Eliomar, uma vez que ele é o representante para as questões voltadas para a comunidade.

relacionados à capacidade de um espaço disposto a receber grupos de pessoas ou turistas. A capacidade de carga pode ser medida por vários tipos de critérios de avaliação: físicos, psicológicos, sociais e econômicos (IGNARRA, 2003, p. 170). Esses critérios não foram levados em consideração, despertando o “senso crítico” dos indígenas.

A dinâmica entre as culturas, o trabalho desenvolvido pelos indígenas nos hotéis de selva e o despreparo administrativo do grupo, levou ao fim da visita de turista, assim como do turismo na comunidade. Os indígenas começaram a perceber que o número de turistas poderia ser mais rentável, uma vez que existia uma grande organização para recebê-los. O ritual da tucandeira, que é o grande marco da identidade Sateré, não era encenado e isso os indígenas viram como algo negativo, pois cada indígena participante do ritual recebia as ferroadas da formiga tucandeira e não eram compensados, nem pelo hotel nem pelo turista.

Eliomar e o indígena Marcos salientaram que a renda do artesanato era muito boa, chegando a mais de cento e cinquenta reais numa única tarde. Mas, o que parecia ser um aspecto positivo passou a ser negativo. Segundo o tuxaua Eliomar:

O pessoal acharam que já estavam ganhando dinheiro e começaram a ir pra cidade. Ai o pessoal (gerente do hotel) começaram a reclamar pra mim. – Tucandeira eu chego na tua comunidade o pessoal não está mais! Hoje eu fui lá, cheguei lá tinha duas pessoas, cadê o resto dos índios? Eu disse, eles estão gastando lá pra cidade. Todas as vezes que eles (turistas) chegavam não tinha mais gente. O pessoal (comunitários) chegava do outro lado e não conseguiam atravessar. Aí foi daí que eu falei pra comunidade que eu tinha cancelado o turismo ⁶¹.

A venda do artesanato melhorou bastante a vida dos comunitários, mas o comprometimento com a comunidade e a individualidade de cada família também foi outro fato relatado pelos indígenas que provocou a saída das visitas de turistas. Isso por que a renda levava os indígenas a irem para cidade fazer compras diversas, ausentando-os da comunidade. Como o número de pessoas na comunidade não chega a mais de cinquenta pessoas, cada saída de um integrante prejudicava na recepção e apresentação para os turistas.

Esta situação não é um fato isolado, acontece onde a organização gerencial e administrativa ainda não foi alcançada por parte dos comunitários. O turismo por ser um setor que priva a qualidade nos serviços para atender uma demanda cada vez mais exigente, neste caso, seria crucial para a comunidade o conhecimento de todo processo da atividade turística. O turismo não é um fenômeno que ocorre isoladamente, envolve muitos setores, atores sociais, empresas, o Estado e a comunidade.

⁶¹ Conversação entre o tuxaua Eliomar e o indígena Marcos, em julho de 2013.

Desse modo, a teoria sistêmica do turismo não corresponde em um movimento equilibrado entre organizadores, promotores e comunidade. Segundo Hatton (2002), a influência das viagens e turismo em uma comunidade é muito significativa, principalmente pela receita trazida pelos turistas, contudo, como é feita a captação de renda, como as comunidades operam para entrar no mercado turístico e quantos turistas realmente beneficiam a comunidade é uma variável não mensurável.

Uma atividade econômica não pode ser conduzida como um elemento diferenciado, que intenta trazer o desenvolvimento em todas as esferas para a comunidade. Deve-se ter em mente como a renda obtida com a entrada de turistas seria empregada e se de fato o trabalho desenvolvido pelo grupo traz o desenvolvimento social e cultural. O dinheiro da venda de artesanato nas comunidades compensa o trabalho individual, isso é justo, pois todo trabalho precisa ser compensado, porém, deve-se dar continuidade ao projeto de desenvolvimento social a toda comunidade.

A vivência em comunidade conduz a uma harmonia social e precisa dos comunitários e dos empresários, pois cada um faz parte desse todo contido no mercado turístico. O mesmo vale para a forma como o dinheiro é gasto e como é reinvestido. Em um final de grande escala, todos os resorts de propriedade e operados por empresas podem ter pouco ou nenhum impacto econômico sobre a comunidade (HATTON, 2002, p. 3). Dentre os impactos positivos e negativos, temos uma dupla intenção paralela a partir do desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas dada pela continuidade:

Turismo → desenvolvimento → preservação (cultural e ambiental).

Hatton (2002), mesmo desenvolvendo seu trabalho em comunidades localizadas em ilhas no Sul da Ásia e Pacífico, faz um alerta para as práticas do turismo em comunidades com grupos vulneráveis. Apesar das distâncias que separam os Continentes, sua pesquisa tem uma relação muito aproximada com o tipo de turismo em comunidades indígenas nesta parte da Amazônia; assim como nesses espaços geográficos no outro lado do Continente, as questões que permeiam a atividades turísticas nas comunidades indígenas em Manaus fazem partes desse universo complexo, interligado e carregado de interações.

Desse modo, o que pudemos perceber durante o trabalho de campo sobre o processo desenvolvido pela comunidade desde o início até o fim da entrada de turistas, foi à percepção do que venha a ser o turismo, a qual se transformou em um significado superficial em relação a esta atividade. Complementado a partir do contato imediato com turistas nos hotéis de selva

e com aqueles visitantes na comunidade, principalmente aqueles turistas “emancipados”⁶² que sondavam sobre os critérios adotados para apresentação e negociação. Os turistas trouxeram um olhar diferente para os pontos negativos da atividade turística.

Por outro lado, embora estas questões tivessem uma dimensão de alerta para o futuro da própria comunidade, o alerta dos pontos negativos não chegou de forma esclarecedora, nem tão pouco passou por um amadurecimento de ideias e diálogo com os empresários, prejudicando o desenvolvimento da atividade turística também para outras comunidades. Percebemos isso quando procuramos nos sites de alguns empreendimentos os pacotes destinados às comunidades indígenas, o que encontramos são referências de pacotes que incluem visita a comunidades caboclas e ribeirinhas.

Nesse sentido, o tuxaua Eliomar relatou com muita insatisfação:

Porque os hotéis de selva parou de trabalhar com os indígena? – Eu sou chefe da aldeia, ele é o empresário. O quê que ele quer? – Ele quer ganhar mais do que eu! Sempre ele olha mais pro banco dele, ele olha menos pro meu banco. Então é o seguinte: o pouco que eu ganho, eu me mantenho e ele não, quanto mais ele ganha mais ele quer. Então é assim que são os empresários. Ai, por exemplo: o guia vai lá. – O quê que ele quer? Ele quer ganhar gorjeta, quer mostrar serviço. - Eu tenho essa experiência, porque eu trabalhei (no hotel). O guia quer mostrar serviço por que no final o turista vai chegar com ele: pega aí 200 de gorjeta. Eu cheguei a ver isso! Então tudo isso o cara faz para o turista. – Ai, o índio, ele está lá dançando, muitas vezes se ele vender um colar, dois colar, quatro colar, cinco colar, mais é pelo um bom preço! É vinte e cinco e vai faturar em quatro colar, ele já tira o dinheiro dele. Então ele está ganhando aquele pouquinho ali. Ai vem outra pessoa de fora e fica observando, um que já estudou um nível do que o índio né! – O hotel paga pra vocês? – Não! O que o hotel dá pra vocês? – Nada! Só um rancho! Ai começa meter aquele negócio na cabeça do índio! – Não! Tem que pagar! Tem que ir pra justiça! - Ameaça eles que vocês vão pra justiça! Ai foi o que aconteceu! Hoje em dia os hotéis estão tudo arisco. Os índios estão jogando os hotéis tudo na justiça! Ai quem perdeu? Foram as comunidades! Os índios correram, estão indo tudo pra cidade!⁶³

As famílias da comunidade Sateré-Gavião recebem benefícios dos programas sociais do Governo Federal e complementam sua renda com os trabalhos em casas de famílias; como pedreiros; carpinteiros e em serviços de plantio na comunidade e fora dela. A atividade turística, por meio da visita de turistas é uma pretensão futura dos comunitários, mas segundo o tuxaua Eliomar, eles estão no processo de reorganização, pois eles sabem que precisam de uma organização tanto na estrutura da comunidade quanto dos próprios membros. Sabe-se, também, que o território indígena é extremamente pequeno, comparado as suas terras de

⁶² Segundo Krippendorf (2001), o turista emancipado é aquele cujo domínio e conhecimento da localidade, a cultura, assim como todos os atores envolvidos neste processo torna-o um consumidor crítico, não apenas em casa, mas durante toda a viagem.

⁶³ Conversação pessoal entre o tuxaua Eliomar e o indígena Marcos, em julho de 2013.

origens e precisa ser preservado. Qualquer desmatamento para abertura de roças para o plantio, como vimos durante a última estada na comunidade é prejudicial à transmissão e sobrevivência da cultura, uma vez que todas as tradições indígenas tem um forte elo com a natureza.

3.2. Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol

A comunidade indígena Caniço-Rouxinol foi o chamamento que despertou para realização deste trabalho. Todo esse processo iniciou durante o Curso de Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas, no ano de 2010, na disciplina Planejamento Turístico Regional, ministrada pela professora Glaubécia Teixeira da Silva. Na ocasião, se discutiu sobre o planejamento, suas práticas, as políticas iniciadas de acordo com cada planejamento e a produção e organização do espaço turístico. Foi destacado que o “planejamento é importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis”.

Foi solicitada, nesta época, uma atividade acadêmica em que mostrasse um equipamento ou atrativo, apresentando sua organização e podendo ter uma representatividade positiva ou negativa relacionada às conceituações do planejamento turístico. Diante desta solicitação foi mostrada a matéria “*Exploração de indígenas para divertir estrangeiros*”, veiculada no ano anterior pelo Jornal A Crítica, em 15 de março de 2009. A comunidade mencionada pela matéria era a Caniço-Rouxinol. Dentro desse aspecto pode-se inferir sobre as questões voltadas para o planejamento, assim como a transformação desse espaço em atrativo turístico. Diante dessa matéria jornalística verificou-se as contradições das bases do planejamento turístico e sua orientação para sustentabilidade.

Desse modo, é relevante apresentar um olhar distanciado dos organizadores, empresários e todo sistema que envolve a atividade turística, mergulhando por meio da investigação científica no seio da comunidade e interagindo com os grupos para coletar as informações e promover o conhecimento científico. Elucidar os fatos, assim como apresentar as contradições da apresentação desses elementos humanos tomados como atrativos turísticos pelos empreendimentos situados às margens dos rios e igarapés da região. Com isso, pode-se levantar a dúvida sobre a prática sustentável do desenvolvimento do turismo.

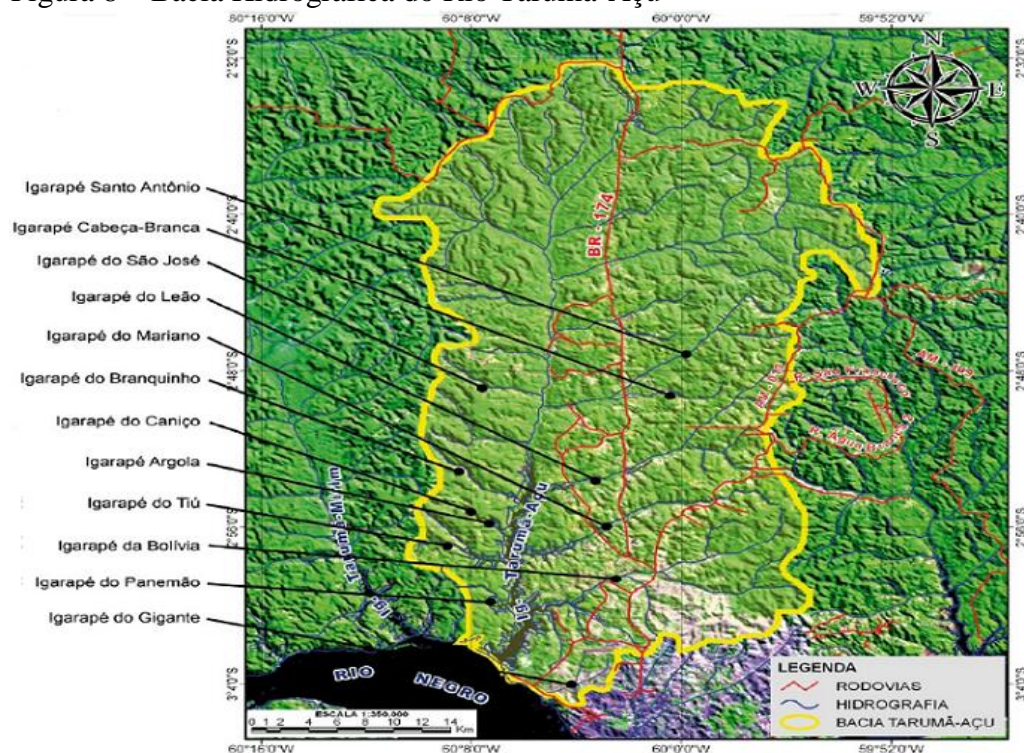
O patrimônio cultural de natureza imaterial dos grupos indígenas era posto sobre os acordos entre empreendimento e comunidade. De acordo com o SENAC (2004, p.46), consideram-se como bens culturais imateriais “[...] os modos de fazer enraizados no cotidiano

das comunidades, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social [...]”. Por meio desses bens culturais imateriais, que esta comunidade garantia sua estada em um pequeno espaço de terra de propriedade do empreendimento turístico, uma vez que são povos imigrados da região do Alto Rio Negro e que não tinham um local próprio para se estabelecerem na cidade, segundo a matéria do Jornal A Crítica.

3.2.1 A Gênese da Comunidade Indígena Caniço-Rouxinol e o Turismo

Na região da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú (Figura 8), as características físicas são determinadas pelo período de cheia e vazante do rio Negro, movimento este onde os grupos humanos instalados nestas áreas adaptaram suas vidas em relação ao ciclo da água desse rio. As águas do rio Tarumã-Açú encobrem seus afluentes no período da cheia e na vazante, porções de areia formam paisagens que se misturam aos objetos jogados durante a cheia, quando moradores e banhistas que visitam essa área despejam materiais como: garrafas (vidro e plástico), latas, sacos plásticos e outros materiais. É neste último período que a vida dos pequenos igarapés é notada, formando um sistema complexo que garante o movimento contínuo das águas.

Figura 8 – Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açú



Fonte: Retirado, <http://www.amazonia.fiocruz.br>.

A bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú é formada por doze igarapés principais: Santo Antônio; Cabeça-Branca; São José; do Leão; do Mariano; do Branquinho; **Caniço**; Argola; **Tiú**; da Bolívia; Panemão e do Gigante. De acordo com Costa & Bordalo (2010, p.6), “a bacia hidrográfica do Tarumã-Açú apresenta uma área de 133.756,40 ha. O principal curso d’água formador dessa bacia é o Rio Tarumã, que é o primeiro tributário da margem esquerda rio Negro”. Esta região encontra-se ameaçada pela expansão urbana na margem direita e na margem esquerda, mesmo estando separada pelas águas do rio Tarumã-Açú, é percebida a transformação do espaço natural, cedendo lugar a construção de hotéis, empreendimentos, casas, e outras ações antrópicas.

É neste cenário que está localizada a comunidade Caniço-Rouxinol. A história de fundação desse espaço étnico é comparada a uma lenda indígena amazônica, onde aparece à bela “índia” que encanta o “índio” guerreiro. A origem da comunidade Caniço-Rouxinol está relacionada ao encontro do indígena Santiago Penha Fernandes da etnia Barasana, com a indígena Joana Estrelita Lima Barros da etnia Pira-Tapuya no ano de 2001, na maloca de apresentação da cultura indígena no hotel de selva Ariaú Amazon Towers, localizado no município de Iranduba, no lado esquerdo do Rio Negro, a 47 km da capital do estado.

Segundo Santiago, tuxaua da comunidade Rouxinol, depois desse encontro em 2001 no referido hotel de selva, eles foram morar no igarapé do Caniço, onde a mãe de Joana Estrelita, a senhora dona Dionélia Lima Barros, juntamente com seu esposo, possuía uma pequena propriedade. A família de dona Dionélia migrou de sua comunidade situada acima de São Gabriel da Cachoeira no rio Tiquié - região do Alto Rio Negro - para a cidade de Manaus em 1996. O tuxaua Santiago contou que “eles vieram antes, lá antigamente não tinha trabalho para conseguir emprego, que era muito difícil. Eles vieram em 1996, arranjaram trabalho para trabalhar pra cá (Manaus) – aqui no “Rei do Ovo”⁶⁴! Eles pararam um tempo, depois eles conseguiram um terreno pra cá (Tarumã)”⁶⁵.

A fundação da comunidade Caniço-Rouxinol está relacionada com o estabelecimento da família de Dona Dionélia Lima Barros, juntamente com seu esposo Francisco Ferreira Braga, no igarapé do Branquinho, tendo depois adquirido um pequeno terreno no igarapé do Caniço medindo 300 x 250 metros, atual comunidade Caniço-Rouxinol. Esse cenário

⁶⁴ Foi à denominação dada a maior granja produtora de ovos da Região Metropolitana de Manaus, Granja São Pedro. Segundo dados do site da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a granja está localizada entre o km 0 da AM-010 e km 3,5 da BR-174, com produção diária de 126.000 ovos, totalizando 3.780.000 mês. É responsável pela criação de 215 empregos direto em diferentes atividades.

⁶⁵ Conversação pessoal com o tuxaua Santiago Penha Fernandes, na comunidade Caniço Rouxinol, em julho de 2013.

complementa a informação publicada pelo Jornal A Crítica em 2009, que citava o depoimento de uma agente de saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a senhora Paula Azevedo. Ela afirmava que os indígenas “se deslocaram do alto rio Negro há dez anos. Na comunidade, eles não podem plantar. Se brigarem, são expulsos pelo hotel. Eles disseram que se submetem a isso porque não têm para onde ir”.

A notícia repercutiu negativamente em relação ao hotel de selva, proprietário do terreno onde estão sediados os indígenas do Alto Rio Negro, como afirmava a matéria. Mas, o que de fato ocorreu, segundo o tuxaua Santiago, foi o acordo de venda no ano de 2003 do referido terreno para o hotel de selva no valor de R\$ 5.000,00, que não foi cumprido. Santiago destacou que o hotel teria pago apenas R\$ 2.500,00 e mais R\$ 500,00. Isso fez com que os indígenas permanecessem no local. É nessa mesma época que a relação turismo e comunidade começa a ser estabelecida.

O tuxaua Santiago relatou que em 2000, ele teria vindo do Alto Rio Negro, da região de Pari Cachoeira para trabalhar no hotel de selva Ariaú, na apresentação de danças e rituais em uma maloca criada pelo empreendimento e, onde conheceu sua esposa, dona Joana Estrelita Barros Fernandes. No final de 2001, o casal saiu do hotel e foram para o igarapé do Caniço na propriedade da família de dona Estrelita, tornando local de moradia do casal e de outros familiares também vindos do Alto Rio Negro.

Em 2003 este grupo familiar de indígenas, de acordo com o tuxaua Santiago começou a fazer parte das atrações do hotel de selva já mencionado. Ele falou de um parente (sogro) de sua esposa ter dito que o hotel estaria “precisando um grupo de indígenas para fazer apresentações, que venda artesanato e saiba fazer artesanato”⁶⁶. No início o hotel convidava os indígenas para participarem de eventos no empreendimento e todo processo, desde o deslocamento da comunidade era pago pelo hotel.

No entanto, esse equilíbrio econômico existente entre os dois elementos é quebrado para dar mais rendimento para o empreendimento. Segundo o relato do tuxaua Santiago:

Ai depois, eles chamaram pra nós conversar com eles, nós fomos lá, ai fizeram assim de acordo. - Agora os clientes que vem pra hotel que vão hospedar eles vão querer fazer só visita. - Eu não entendia bem como que ele tava falando! Ai nós fazia um documento fazendo uma ATA, pedindo pros pessoal que vão pagar ou não. Nos cobrava 10 reais por pessoa. Eles não quiseram pagar não! Ai eles vinham visitando todo dia. Ai eles faziam (as famílias) artesanato, comprava artesanato lá em Manaus. Cada família coloca a exposição⁶⁷.

⁶⁶ Conversação pessoal com o tuxaua Santiago Penha Fernandes, na comunidade Caniço Rouxinol, em julho de 2013.

⁶⁷ Ibid.

Neste período, o espaço passou a ser organizado etnicamente para receber a visita de turistas. As visitas ocorriam diariamente, os turistas, a grande maioria estrangeiros, eram trazidos em pequenas e médias embarcações regionais, acompanhados de guias bilíngues. Gradativamente o espaço veio se transformando, pequenas cabanas foram erguidas, uma área para apresentação de ritual, danças e a venda de artesanato. A relação entre o hotel – comunidade – turista passou a ser constante, sendo que as famílias dedicavam-se somente para o recebimento dos turistas.

Desse modo, interpretou-se que a comunidade Caniço-Rouxinol é fruto do turismo e das relações existentes entre hotel – comunidade – turistas. A comunidade, atualmente, é composta por cinco etnias vindas da região do Alto Rio Negro: Tukano, Barasana, Tuiuca, Tariano e Piratapuya. São nove famílias mistas, totalizando 49 membros entre crianças e adultos. É a partir da introdução das visitas de turistas que este grupo passa a se organizar como comunidade étnica. A organização do espaço para o turismo integrou as etnias, onde elas praticam a reafirmação de suas identidades étnicas por meio de recuperação de memória de canto, rito, práticas de dança entre outros costumes originários.

Foi criado um centro cultural (figura 10), onde eram realizadas as danças, os rituais e a venda de artesanato, além de uma casa de farinha. O centro cultural representa a maloca, coberta com palhas retiradas das proximidades do hotel Ariaú Towers, as paredes da entrada são da casca de envira preta, encontradas na mata da comunidade.

Figura 9 – Centro cultural da Comunidade Caniço-Rouxinol



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Segundo o tuxaua Santiago, a construção desse centro foi patrocinada por um pastor da igreja Batista Raio da Esperança, doando o valor de R\$ 1.000,00 para compra e transporte de todo material. Todo local é uma grande área aberta no formato de um retângulo, em suas extremidades estão esses dois elementos étnicos. As casas de moradias não se misturam com esse espaço criado, elas são separadas por uma pequena floresta, mantendo a privacidade de cada família.

A casa de farinha (figura 10) não tem a cobertura de palhas, pois na região do rio Tarumã-Açú é uma matéria-prima já esgotada e por representar um custo muito elevado, uma vez que entra em processo de deterioração em um tempo muito curto devido as constantes chuvas na região. Por outro lado, ela contribui para manutenção das tradições indígenas como: a produção de farinha e beijus a base da massa da mandioca. A área da comunidade é relativamente pequena para manutenção das tradições, sendo um espaço apenas para moradia. O plantio da mandioca é feita na propriedade de dona Dionélia no igarapé do Branquinho, sendo depois transportada para a comunidade Rouxinol.

Figura 10 – Preparo da massa de mandioca no tipiti para produção de beiju de mandioca



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Percebeu-se que, conforme mais afastada da área urbana, essas tradições se fazem mais presentes na vida das comunidades indígenas. A figura (11) revela: o beiju da massa de mandioca preparado na casa de farinha; o indígena (Santiago) bebendo o chibé de farinha de mandioca e a diversão das crianças, com seus mergulhos nas águas do rio Tarumã-Açú, misturado com as águas do igarapé do Caniço.

Figura 11 – Tradições indígenas preservadas na comunidade Caniço-Rouxinol



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Na comunidade encontro-se, também, uma pequena plantação de abacaxis em frente à casa do tuxaua Santiago. Segundo o relato dos indígenas é possível ainda caçar pequenos animais como: pacas, cotias e também pescar no período de seca do rio Tarumã-Açu, quando os peixes procuram as cabeceiras dos igarapés para se reproduzirem e quando os igarapés transformam-se em pequenos córregos com água cristalina, momento próprio para a “*marupiara*”. Esta prática consiste em um processo elaborado por uma série de ritos que envolvem a destreza tanto na forma de pescar quanto de caçar. Marupiara na língua Tupi significa o indivíduo feliz na caça ou na pesca.

Neste período de descida das águas, a visita de turista na comunidade era dada pelo isolamento, uma vez que o caminho para se chegar à comunidade se faz apenas por meio das águas o rio Tarumã-Açu. Este rio começa o processo de vazante obedecendo ao movimento das águas dos rios amazônicos e os grupos humanos que habitam esta parte dessa região precisam caminhar por entre os caminhos de areia ao longo dos igarapés e se deslocar apenas por um pequeno curso d’água deixado por esse grande rio. Entre setembro a janeiro a seca do rio Tarumã-Açu só permite a navegação de pequenas embarcações dificultando as visitas tanto de turistas quanto de outros moradores da mesma região.

O grupo indígena do igarapé do Caniço desde 1996, quando chegaram à Manaus, até 2003, quando começaram a fazer parte das atrações turísticas daquele empreendimento, não tinham uma representatividade étnica, mesmo sendo grupos imigrantes da Terra indígena do Alto Rio Negro. Todo grupo compunha-se apenas como indígenas aqueles que se deslocaram para o local sede da comunidade, para este pequeno espaço. Esse aspecto passou por uma intensa transformação no ano de 2004, depois que os indígenas liderados por Santiago

resolveram denominar aquela área como Aldeia Rouxinol⁶⁸. Esta denominação deu maior legitimidade ao grupo.

A denominação daquela pequena área como aldeia, além de legitimar o grupo indígena, promoveu o processo de reafirmação identitária por meio do acesso à economia do turismo, acentuou também o sentimento de pertencimento a um espaço de convivência comunitária entre todos aqueles familiares. Por outro lado, tornaram as tradições mais presentes, uma vez que correspondia à forma como foi recuperada a memória daqueles espaços deixados durante o deslocamento para a cidade. A reafirmação da identidade étnica fizera parte de um complexo processo de negociação para a entrada na economia do turismo, assim como, foi o meio pelo qual os indígenas organizaram-se etnicamente, socialmente, economicamente e culturalmente.

A construção de uma etnicidade para o turismo colocou este grupo indígena como membros distintos de uma sociedade levada pelas transformações deferidas pelos processos globalizantes. Grünwald (2003b, p.145) complementa que, “[...] para os membros desses grupos o discurso étnico ressalta, na maioria dos casos, os conteúdos de sua origem, história, cultura ou raça – mesmo que esses sejam criados no presente para fins de autorepresentação ou de representação para os outros”.

Diante desta construção étnica e do processo dentro das estratégias da produção de renda, os indígenas conseguiram reproduzir, além das suas tradições, a fixação do grupo em único espaço de vivência étnica, uma vez que a maioria deles saiu de suas terras para trabalhar em Manaus e viviam como nômades, não se estabelecendo em um único lugar. Vale ressaltar que esses espaços não são partes dos territórios construídos historicamente, nem tampouco transmitidos entre as gerações. É um espaço resultante do processo construído “situacionalmente com vistas, inclusive, no futuro” (GRÜNEWALD, 2002d).

Percebe-se nas falas dirigidas pelo tuxaua Santiago que as apresentações revelavam a cultura de seu povo, com seus valores e características distintas daqueles visitantes. Dentre as apresentações estavam o ritual “*dabucuri*” e a dança do “*yurupari*”. Essas tradições são apresentadas também pelos indígenas da comunidade Nova Esperança, no rio Cuieiras e Nossa Senhora do Livramento, na Resex do Tupé.

⁶⁸ Segundo o tuxaua Santiago, o nome Rouxinol tem relação com a alegria do pássaro, um lugar de pessoas unidas, lugar de alegria. Lexicon (2004, 175), em função de seu canto melodioso e, ao mesmo tempo, melancólico, o rouxinol simboliza o amor, mas também a nostalgia e a dor. Na Antiguidade, seu canto era considerado de bom agouro. As crenças populares frequentemente veem nele uma alma penada, mas também o anunciador de uma morte suave. Na simbólica cristã, ele representa a nostalgia do Céu.

O “*dabucuri*” é um ritual praticado em grande maioria pelos grupos indígenas da região do rio Uaupés, no Alto Rio Negro. Dentre os grupos estão: Arapaso, Baré, Barasana, Dessana, Karapanã, Kubeo, Mukuna, Mirity-Tapuya, Pira-Tapuya, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuca, Kotiria, Tatuyo, Taiwano e Yuruti (<http://pib.socioambiental.org>).

O “*dabucuri*” é um ritual de comemoração da fartura de alimentos retirados da natureza. Os indígenas convidam outras etnias para participarem juntos das oferendas colocadas neste ritual como forma de aproximação e a integração dos laços étnicos. Já a dança do “*yurupari*” (figura 13) de acordo com o tuxaua Santiago, “é muito diferente” por passar, primeiramente, por um processo de consagração do pajé e que envolve a ancestralidade das tradições religiosas. Os indígenas dirigem-se até o centro do palco tocando notas musicais em seus instrumentos rústicos de troncos de palmeiras.

Os rituais envolvendo os instrumentos musicais sagrados Yurupari são a expressão mais completa dos índios em sua vida religiosa, para eles encapsularem e sintetizarem uma série de temas-chave: identidade ascendência, descendência e grupo, sexo e reprodução, relações entre homens e mulheres, crescimento e amadurecimento, morte, regeneração e integração do ciclo de vida humano com o tempo cósmico⁶⁹.

Figura 12 – Dança do *yurupari*, flautas consagradas pelo pajé



Fonte: Retirado de <http://www.amazonecopark.com.br/atividades>

Santiago relatou que durante o ano de 2004, as visitas dos turistas trazidos pelo hotel de selva se faziam de duas ou três vezes durante a semana, no período da tarde e a partir de 2005 passou a ser diariamente. O tempo médio das apresentações, segundo Santiago, era de

⁶⁹ pib.socioambiental.org/pt/povo/makuna/1448.

trinta minutos à uma hora, eram demonstradas as danças do *carriço*, *yapurutu*, *capiuaiá*, *mauáco* e *macará*. Essas danças fazem partes das tradições das etnias que formam a comunidade, sendo organizadas para serem apresentadas para atrair os turistas.

De 2005 a 2009, segundo Santiago, a relação da comunidade com o hotel de selva era feita por meio da organização da comunidade para receber os turistas no período de cheia dos rios, e durante a seca, os comunitários se deslocavam para o hotel. Todo processo de deslocamento era feito pela própria comunidade. Santiago contou que “às vezes o hotel pagava o combustível” gasto no deslocamento até a comunidade, mas, todo financiamento do processo de locomoção e organização era pago pelos próprios indígenas, já que a venda do artesanato cobria outras despesas.

No mundo capitalista, o único bem que liga o trabalhador ao capitalista é sua força de trabalho. Ele vende sua força de trabalho, sob a exploração do capital para produzir o lucro para o capitalista. A geração da riqueza sob a exploração do trabalhador distancia as duas classes, pois, quanto mais o trabalhador aumenta sua capacidade de gerar riqueza para o capitalista, mas ele se aliena em um processo contínuo dentro de um sistema de exploração. No caso da comunidade indígena Caniço-Rouxinol esse sistema de exploração/alienação produzia um processo de dependência do hotel na geração de renda para a comunidade.

Os indígenas geravam lucro para o hotel e eles não eram compensados sob a forma de pagamento pelos serviços de apresentação, organização e recepção dos turistas. Esses serviços dentro da cadeia produtiva do turismo tem um elevado valor, já que a cadeia necessita desses elementos durante o processo de estada do turista. Mas, essas questões o hotel, em relação à comunidade indígena, não dava menor importância. A venda do artesanato faz parte da produção pessoal e não poderia ser confundida como benefícios vindos da relação hotel – comunidade.

Na fala do tuxaua Santiago, a seguir, pode-se perceber como esse processo se deu ao longo do tempo com o hotel de selva:

O marido da minha sogra conversou comigo [...] - Eles querem um grupo de indígenas que faz trabalho – aquela dança que eu falei naquela hora. Ele levou pra lá, eu fui com ele. Ai eu conversei com o chefe mesmo, eles pagavam ainda. Depois fechou aquele evento que eles faziam pagamento, ai não tinha mais! Ai que ele veio outra proposta. - Era melhor pra fazer uma casa de artesanato na comunidade. - Cada família faz a produção de vocês, (de) artesanato e faz apresentação, demonstração de ritual. – Ai, que é melhor pra vocês ganhar dinheiro! Ai, que eles deram proposta. Ai, não sabia o que vão fazer, não tinha contato com outras pessoas. Não tinha nada pra informar [...] Ai que começaram a visitar ⁷⁰.

⁷⁰ Conversação com o tuxaua Santiago Penha Fernandes, comunidade Caniço Rouxinol, em julho de 2013.

O que levou os indígenas a fazerem parte desse sistema produtivo, foram às condições sociais e econômicas vividas por todas as comunidades indígenas na cidade de Manaus. Os indígenas na cidade são marginalizados e explorados pela sociedade dominante. A opção de entrar neste processo é de estratégia de sobrevivência. Por outro lado, mais um meio encontrado pelos grupos indígenas em proporcionar a melhoria para a qualidade de vida. Juliano & Rabinovici (2010, p. 211), escrevem que “a vulnerabilidade social, econômica e política na qual se encontra a maioria das comunidades indígenas brasileiras, somadas à necessidade de sustentabilidade [...]” coloca o turismo como uma atividade menos impactante a “sobrevivência comunitária”.

Tiago Juliano e Andréa Rabinovici (2010), apesar de referirem para a prática do ecoturismo em comunidades indígenas, suas considerações sinaliza os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas e turismo como opção de desenvolvimento comunitário. No entanto, o que se percebe nos exemplos de turismo em comunidades indígenas no Amazonas apresentados até agora, é que precisam ser equilibradas as relações, não apenas de produção, mas também de compensação do trabalho desenvolvido pelos grupos indígenas nas comunidades rurais em Manaus.

Em 2006, segundo o tuxaua Santiago, o hotel ofereceu uma cesta básica a cada família da comunidade, acentuando o processo exploração/alienação. Isso melhorou a questão alimentícia dos comunitários uma vez que se dedicavam ao trabalho de produção do artesanato, ficando outras atividades na ociosidade. Outra questão provocada pelo turismo na comunidade foi o consumo de bebidas alcoólicas e, assim como, na comunidade Sateré-Gavião, o controle da entrada do dinheiro produzido com a venda do artesanato.

O turismo apesar de produzir a valorização da cultura, das tradições, da transmissão da língua aos mais novos, não teve como contrapartida de seus organizadores em relação a um planejamento efetivo a essas comunidades e tão pouco a outras que se organizam para esta atividade econômica. Com isso, este processo resultou na criação de um olhar crítico dos benefícios e malefícios desta atividade. Os indígenas perceberam, pelo contato com os turistas, que poderiam ter mais participação em relação aos ganhos advindos desta atividade. Hoje, a relação entre comunidade e hotéis de selva e o turismo é uma relação distanciada, por causa da geração dos vários processos judiciais e trabalhistas provocados pela exploração do trabalho indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos lugares, o desenvolvimento do turismo é uma realidade com infinitas práticas dentro dos critérios estabelecidos por sua cadeia produtiva e estando orientadas pelas políticas de Estado. Estima-se com isso promover o desenvolvimento econômico e social seguindo os modelos mercadológicos consagrados em outros lugares. A comunidade ou localidade no caminho desse processo sofre severas transformações em face às adaptações e exigências desse mercado global. Promotores e empresas do turismo estão dispostos a obterem lucros. Os contratos acordados com as comunidades não correspondem às perdas e os impactos provocados pelas ações provenientes das relações sociais do turismo.

Em muitas comunidades rurais, sejam elas tradicionais ou indígenas na Amazônia, o turismo aparece como um caso paradigmático, uma vez que elas têm adotado como estratégia econômica o desenvolvimento a partir da visita de turista nos espaços de convivência comunitária. A oferta para este mercado é selada por meio do convívio, da aproximação com a cultura e o conhecer o outro pelo turista. Na teoria, as práticas relacionadas ao turismo poderiam contribuir para o desenvolvimento local, restando saber se o desenvolvimento desejado é transmitido para a comunidade hospedeira.

O estudo do turismo em comunidades indígenas no Amazonas desenvolveu-se com a finalidade de interpretar as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas com esta atividade por meio da visita de turista e das relações existentes entre comunidades e empreendimentos turísticos (hotéis de selva) localizados na parte rural da cidade de Manaus. Com isso, pudemos mostrar um pouco da realidade vivida pelos comunitários nas comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol, na bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, Manaus-Am.

O processo de desenvolvimento da pesquisa teve como pontos fundamentais os aspectos relacionados com as práticas do desenvolvimento sustentável do turismo; a promoção da qualidade de vida; o equilíbrio entre mercado – Estado – comunidade; o desenvolvimento comunitário (econômico social); direitos dos indígenas; a exploração do trabalho; a reafirmação étnica por meio do turismo; território e territorialidade; espaço étnico e mercado turístico.

Esses aspectos nos guiaram a alcançar os objetivos propostos na pesquisa, onde percebeu-se e refletindo por meio dos modelos apresentados em outros lugares do Brasil e do mundo não podem ser comparados com o tipo de turismo desenvolvido em comunidades

indígenas na cidade de Manaus. A realidade apresentada configura-se como processo em construção, que precisa ser planejado não apenas pelos comunitários, mas com a participação dos empresários e do Estado, com projetos, planos e ações a serem destinados às comunidades indígenas inseridas no mercado do turismo nessa cidade.

Desta forma, os capítulos se convergem e se complementam dando sentido aquilo que buscou-se: interpretar de maneira crítica o tipo de atividade turística desenvolvida em comunidades indígenas no Amazonas. Não escolhemos as duas comunidades pelo mero fato de serem conhecidas pela imprensa regional, mas pela instabilidade característica do turismo como atividade econômica. As ações ambientais, as mudanças governamentais, o mercado econômico, as relações sociais e a sazonalidade podem provocar efeitos positivos, assim como negativos, já que são partes de um sistema aberto sensível às transformações.

As transformações dos espaços sugerem atender às necessidades dos turistas e dos promotores do turismo, “[...] pouco importa o que a população local sente, pensa e quer” (Krippendorf 2001, p.68). Saber da verdade sobre a satisfação das necessidades dos grupos sociais inseridos nas práticas do turismo e sendo eles mesmos elementos utilizados para atrair turistas, foi uma questão colocada à prova pela pesquisa teórica, testadas durante a estada nas comunidades e por meio das falas dos dirigentes das duas comunidades.

É direito dos indígenas escolherem livremente as atividades, sejam elas, sociais, culturais, econômicas e, que garantam meios de tornar possível o direito a vida e sua subsistência. Os indígenas mesmo estando distante de seus territórios de origens nunca deixaram de ser grupos étnicos e envolver-se em atividades como as do turismo com sua prática sustentável poderiam trazer, além dos benefícios econômicos, direitos sociais negados pela marginalização de serem grupos vindos de outros espaços não pertencentes ao meio urbano.

Percebeu-se que toda organização para o turismo é feita pelos comunitários sem sequer terem a oportunidade de participar dos processos de formatação, planejamentos e qualificação para o turismo. Este mercado como sendo exigente, com demanda específica, público diferenciado e conhecedor dos processos que fazem do turismo o setor econômico considerado o segundo em geração de renda entre os demais setores.

O desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas, mesmo de forma amadora, conseguiu produzir o aumento da renda para os comunitários, recuperou algumas tradições já esquecidas pelos mais jovens. O turismo também deu estímulo a valorização do uso da língua entre todos os membros indígenas, uma vez que este processo só era praticado

pelos idosos e alguns adultos, consequência das assimilações e dinâmicas culturais nos movimentos de vinda e estabelecimento na cidade.

No sentido de serem comunidades indígenas, os grupos firmaram suas identidades étnicas ao apresentarem não apenas aspectos voltados para a extensão desses novos territórios, mas, pelas memórias daqueles que promovem e garantem o firmar as heranças deixadas pelos seus antepassados. Viu-se às práticas corporais, os rituais de passagem, as danças, as músicas, o respeito e a relação aproximada com a natureza. Por outro lado, percebeu-se o avanço urbano nesses territórios que futuramente serão sucumbidos pelo processo de desenvolvimento.

Durante a pesquisa de campo na comunidade Sateré-Gavião foi possível conhecer os costumes da cultura dos povos indígenas, do simples caminhar pelas matas da comunidade, onde conheci plantas medicinais, a toca da tucandeira e a lista dos nomes dos animais e pássaros presentes nesse espaço. Mas também, encontrou-se o processo de urbanização do outro lado do rio Tarumã-Açu, estradas sendo abertas sem o consentimento dos órgãos ambientais. Essas comunidades poderiam, por meio de um plano a ser desenvolvido pelos órgãos públicos, servir de alerta para as questões de preservação e conservação desses espaços naturais às margens dos rios da bacia do rio Tarumã-Açu, assim como aos demais rios e bacias hidrográficas.

A reorganização étnica para o turismo faz parte do processo de introdução a esta economia globalizante com a construção de uma etnicidade, que conduz a reafirmação dos territórios étnicos dentro dos processos de interação social e dinâmica cultural. É, também, uma forma de resistência organizada para manutenção desses pequenos espaços étnicos. Nestes aspectos a etnicidade faz com que os grupos indígenas tenham uma referência e um elo destinado a manter suas relações com os territórios de origens, uma vez que são povos imigrantes de outras regiões distantes do meio urbano.

O estudo do turismo em comunidades indígenas nos aspectos sociais e econômicos revelou os processos de migração, a constituição, a formação das duas comunidades e a situação socioeconômica vivida pelos grupos indígenas em zona rural na cidade de Manaus. Revelou também a vulnerabilidade das comunidades indígenas dentro da cadeia produtiva do turismo e sua relação com os promotores, gestores, organizadores e intermediadores de forma dependente, uma vez que eles são detentores do capital econômico.

Sobre as questões que envolvem as políticas públicas tem-se duas direções. A primeira é a existência de um planejamento tanto nas esferas Federal quanto Estadual. O Estado brasileiro por meio do PNT 2007/2010 (uma viagem de inclusão) sugere o incentivo à

diversificação da oferta com a inclusão dos espaços e a valorização da diversidade cultural com o propósito de tornar sustentáveis as atividades turísticas nesses espaços. O segundo é da RMM do Governo Estadual que tem como meta promover o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da maior região metropolitana, criada especificamente para promover o desenvolvimento de forma sustentável as diversas localidades dessa região.

Nesses aspectos, a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental das comunidades poderia ser conduzida igual aos processos contidos nos modelos de turismo de base comunitária, o etnodesenvolvimento, ecodesenvolvimento e o desenvolvimento local. Esses modelos seguem critérios que se destinam em promover o desenvolvimento sustentável, mas o que se vê nestas relações entre empreendimentos e comunidades indígenas é a insustentabilidade das atividades do turismo, uma vez que produz o desequilíbrio entre empreendimentos preocupados apenas com a geração de riquezas e as comunidades incluídas nos processos de produção do capital.

Esse processo de produção do capital não deve ser confundido com geração de benefícios para as comunidades, ele tem que seguir os ritmos do sistema turístico com as interações entre os membros da cadeia produtiva – Estados - empresários - comunidades. A cadeia produtiva do turismo formada por grupos de empresas apenas veem as comunidades como atrativos, sua cultura, seus territórios são produtos para geração do lucro. Não é levada em consideração que as comunidades são representações jurídicas, postas como um empreendimento igual aos outros. A organização étnica que conduz todos os membros das comunidades para o turismo não está sendo compensada na divisão dos lucros produzidos pela venda desse atrativo, nem das tarefas nem tampouco da divisão social do trabalho.

Foi possível perceber que o turismo não é a única atividade transformadora dos espaços culturais das comunidades indígenas. Este processo de transformação da cultura inicia após a migração dos territórios constituídos historicamente para o meio urbano, onde há a integração à cultura dominante e à adaptação aos ritmos interacional do meio urbano. As estratégias que garantem a sobrevivência das identidades étnicas estão nas formas de organização social a partir da constituição desses novos espaços. Percebe-se, também, a intensidade das práticas culturais promovidas pelo distanciamento do meio urbano.

Quanto mais afastadas da cidade as comunidades efetivamente preservam suas tradições; a relação com a natureza é muito mais intensa, uma vez que nesses espaços afastados do meio urbano ainda é possível ter atividades como agricultura, pesca e a caça. No entanto, essas atividades não garantem o sustento dos indígenas; para garantir a sobrevivência dos membros dessas comunidades, a inclusão em programas sociais é a única forma de renda,

pois quando há falta dos recursos retirados da natureza, o indígena se insere em trabalhos domésticos, em serviços de limpeza em propriedades rurais e urbanas, como ajudantes de pedreiro nas construções civis.

Para os dirigentes familiares, a introdução dos seus filhos em escolas públicas poderia promover a inclusão social desses grupos indígenas. Mas, segundo o que se percebe foi uma evasão escolar de jovens e crianças. Isso pelo fato das escolas estarem em locais distantes, tanto para os professores citadinos que se deslocam para esses locais de difícil acesso, quanto para os estudantes indígenas acostumados com a vida mais liberta nessas comunidades. A iniciativa de ter uma escola indígena como forma de preservar as tradições nas próprias comunidades, não pode deixar de ser levada em consideração. Indígenas habilitados para essa transferência de saberes, principalmente a língua, quase em desuso pelos jovens, é parte dos processos de políticas educacionais da Prefeitura e Estado.

Segundo os dirigentes das comunidades indígenas Sateré-Gavião e Caniço-Rouxinol o turismo quando ativo, promovia o aumento da renda, melhorando a qualidade de vida dos comunitários. Todavia, ao mesmo tempo em que beneficiava, trazia problemas sociais como o alcoolismo e evasão da comunidade; isso prejudicou a manutenção do turismo nessas comunidades. A interação entre as culturas em face ao desenvolvimento dessas atividades, também contribuiu para a elaboração de um senso crítico em relação aos ganhos advindos com a prática do turismo, tanto para os atores envolvidos quanto para as comunidades.

O turismo é uma atividade altamente rentável, não necessita de bens materiais para produção de seus produtos; os investimentos ficam a cargo apenas na modificação dos espaços naturais e culturais, assim como sua promoção a partir de um planejamento conduzido pelos processos de *marketing*. Essas interações entre turistas e comunitários levou a cabo o entendimento de que os indígenas estavam sendo explorados pelos hotéis de selva e diante desse processo; eles procuram defender seus direitos com ações no Ministério Público e Justiça trabalhista. Esse efeito não é visto como efeito reverso de uma atividade mal planejada, tanto de empreendedores, comunitários e o Estado.

Os objetivos propostos no processo de pesquisa conforme a apresentação dos resultados descritos nos três capítulos foram alcançados. O turismo assim como contribui para o desenvolvimento social e econômico das localidades, também promove efeitos negativos se não for planejado. Na diversidade de lugares e culturas em todo país, o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas está sendo uma opção para obtenção da renda, sem demandar custo para as comunidades. O maior bem existente nesses espaços étnicos – sua cultura – não precisa dos processos de criação e produção em nível fabril, precisa sim, da

organização mais específica de toda comunidade desde o planejamento, administração da renda e a gestão dos recursos advindos do turismo.

Contrapondo-se ao estudo do turismo desenvolvido em territórios de dominação indígena em outras regiões do país e do mundo, o turismo em comunidades indígenas no Amazonas difere nos aspectos que orientam para o desenvolvimento sustentável desta atividade econômica. O que se percebe é a posse do controle das empresas sobre os atrativos naturais localizados nas áreas rurais do município de Manaus e outras regiões do Amazonas, com isso todo processo de organização do turismo é feito sob o olhar dos lucros. Os benefícios sociais, culturais e ambientais não são direcionados nesta perspectiva, pois esse processo promove não apenas transfigurações nas áreas naturais, sobretudo, às populações humanas que vivem nesses espaços e ao entorno dos atrativos turísticos.

Percebe-se que o peso da balança tem direção apenas para as empresas e organizadores do turismo. As comunidades inseridas neste processo ficam no estado de dependência das ações desses empreendimentos e retorno reverso que deveria contribuir para o alcance da qualidade de vida, acabam nas formas de exploração do trabalho e alienação dos indígenas em relação aos empreendimentos turísticos. A mudança estaria na formulação de um processo de planejamento do Estado para essa atividade e para essas áreas, por meio de políticas públicas que busquem o efetivo desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental destas áreas rurais. Desse modo, o desenvolvimento do turismo de forma integrada entre as esferas públicas, empresários e comunidade pode proporcionar dentro das bases sustentáveis o desenvolvimento social, não apenas das comunidades indígenas localizadas em áreas rurais, mas o universo de comunidades sediadas nas margens dos rios, lagos e igarapés do município de Manaus.

REFERÊNCIA

ABNT NBR 14724, Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação.

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMAZONAS, Secretaria Executiva do Conselho do Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM). **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2010**. Manaus, 2010. Disponível em : < [HTTP://www.srmm.am.gov.br](http://www.srmm.am.gov.br) > Acessado dia 10 de julho de 2011, às 10 horas e 50 minutos.

AZANHA, Gilberto (1999). **Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento** - as Possibilidades de Desenvolvimento Sustentado para as Sociedades Indígenas no Brasil. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Disponível em: <http://www.laced.etc.br/pdfs/gilbertoazanha.pdf> Acesso dia 21 de junho de 2011 às 12h43min.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan. Introdução. In. BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan. (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária; diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARRETO, Margarida. **Turismo y Cultura. Relaciones, contradicciones y expectativas**. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2007.

BATISTA, Djalma (2007). **O complexo da Amazônia; análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus: Valer, Edua e IMPA.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 1998.

BERNAL, Roberto Jamarillo. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. (Tradução) Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** (Memória e Sociedade). Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7aoh.htm> Acesso dia 01 de janeiro de 2012 às 18h23min.

BRASIL, **LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm> Acesso dia 01 de janeiro de 2012 às 18h23min.

BRASIL, **LEI Nº 5.371, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1967**. Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5371.htm> Acesso dia 10 de janeiro de 2012 às 18h23min.

BRASIL, **DECRETO Nº 3.108, DE 30 DE JUNHO DE 1999**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/Legis4/Cap9Etnodesenvolvimento.pdf> Acesso dia 24 de Maio de 2012 às 21h33min.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/Legis4/Cap9Etnodesenvolvimento.pdf> Acesso dia 24 de Maio de 2012 às 22h30min.

BRASIL, **PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: Diretrizes Sustentável para o Desenvolvimento da Amazônia Brasileira**. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf> Acesso dia 24 de Maio de 2012 às 22h30min.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverde.html>> Acessado dia 10 de maio de 2013, às 10 h 28 min.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur)**. Plano Nacional de Turismo 2007/2010; uma viagem de inclusão, 2007. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> acesso em 15 de novembro de 2011, às 22 h e 11 min.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**. Metodologia de gestão para adensamento de cadeias produtivas. Brasília: MDIC: Sebrae, 2000.

CALEFFI, Paula. Etnossustentabilidade (2005). In: **Groupe D'études Et De Recherches Sur Les Mondialisations (Germ)**. Disponível em: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=18020&lan=PQ>> Acesso em 12 de junho de 2011.

COSTA, Francisco Emerson Vale; BORDALO, Carlos Alexandre Leão. Uma experiência Amazônica de gestão dos recursos hídricos: A criação do Comitê de Microbacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu, Manaus – Am – Brasil. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças Espaço de Dialogo e Práticas. 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2912>> Acessado dia 29 de junho de 2013, às 04h51min.

COSTA NOVO, Cristiane Barroncas Maciel. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28062012-165759/pt-br.php>> Acesso 13 de janeiro de 2013, às 12h 35 min.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza . **Introdução a Geografia do turismo**. São Paulo: ROCA, 2001.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan. (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária; diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DANTAS, Beatriz G; SAMPAIO, José Augusto L; CARVALHO, Maria Rosario G. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro; um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: Política e Desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FORTUNATO, Rafael Angelo & SILVA, Lucas Siqueira. Os Significados do Turismo Comunitário Indígena sob a Perspectiva do Desenvolvimento Local: O Caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Am): In: **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, ano 05 - nº 02 - Ago/2011. Disponível em < http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_6.pdf > Acesso em 16 de maio de 2011 às 10h 45min.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. [Tradução Kátia de Mello e Silva; ver. tecn. Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FURTADO, Celso (1981) O Mito do Desenvolvimento econômico. 5ª ed. São Paulo: Editora Terra e Paz, 1981.

_____. (2000). **Introdução ao desenvolvimento**; enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/Legis4/Cap9-Etnodesenvolvimento.pdf> Acesso em 01 de novembro de 2011 às 10h43min.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOELDNER, Charles R.. **Turismo: princípios práticas e filosofias**. [Trad] Roberto Cataldo Costa. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azedo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista Antropológicas**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71, 2003a. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/19> > Acessado em 10 de outubro de 2012, às 10h40min.

_____. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, 2003b. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a07.pdf> > Acessado em 10 de outubro de 2012, às 10h40min.

_____. **Índios do descobrimento: tradições e turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001c.

_____. **Turismo e cultural renascimento.** Annals of Tourism Research. Volume 29, p. 1004-1021, 2002d. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com> > Acessado em 01 de junho de 2013, às 08h55min.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 2.0a.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva Ltda, 2007.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 2ª ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

JULIANO, Tiago, RABINOVICI, Andréa. Turismo em terras indígenas. In: NEIMAN, Z, RABINOVICI, Andréa. **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: par uma nova compreensão do lazer e das viagens.** 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber & Bursztyn, Ivan (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária; diversidade de olhares e experiências brasileiras.** RJ: Letra e Imagem, 2009.

LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César. **Economia do turismo.** 2ª Edição, Campinas, São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora FURB, p.101-111, 2000.

LEXICON, Helder. **Dicionário de símbolos.** São Paulo: Cultrix, 2004.

MALDONADO, Carlos (2009). O turismo rural comunitário na América Latina; gênese, características e políticas. In. BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan. (Organizadores). **Turismo de Base Comunitária; diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital; crítica da economia política / Karl Marx; v. 1-3 (Série Os Economistas).** Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão, 2. ed. de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R.Kothe. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

_____. 1996. **O capital; crítica da economia política; O processo de produção do capital.** Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Coord. e rev. Paul Singer. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kotha. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda, 1996.

MAURO, Victor Ferri. **Turismo em Terra Indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira**. Brasília, 2007. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/259/1/2007_VictorFerriMauro.pdf > Acessado dia 18 de julho de 2013, às 04 horas e 27 minutos.

MAXIMIANO, Claudina. Mulheres indígenas em Manaus: conflitos sociais e burocracia na luta por um espaço político. In: **Estigmatização e território: apeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glademir Sales dos Santos ; autores, Luís Augusto Pereira Lima...[et al.]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: < <http://www.novacartografia.com> > Acessado dia 20 de junho de 2012 as 15 horas e 10 minutos.

MORIN, Edgar. **La via; para el futuro de la humanidad**. Trad; Núria Petit Fontseré. Barcelona; Buenos Aires; México: Ed. Paidós, 2011.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

NAYA, Antropologia e Arqueologia Notícias. Fórum de Turismo Indígena - Salta 2004. **NAYA.ORG.AR**, Antropologia e Arqueologia Notícias (Revista Eletrônica), 2004. Disponível em: < http://www.naya.org.ar/turismo/foro_turismo_indigena_salta_2004.htm > Acessado dia 24 de maio de 2013, às 03 horas e 13 minutos.

NELSON, Sherre Prince. Envolvimento comunitário em turismo: benefícios e desafios. In: NELSON, Sherre Prince. **Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável**. Manaus: Editora Valer/UniNorte, 2004.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica** (e-book). El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009. Disponível em: < www.pasosonline.org > Acesso dia 11 de maio de 2011 às 09h 45min.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**; Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A mundialização do capitalismo e a geografia mundial no fim do século XX; A formação dos blocos econômicos. In: ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA JR, Antônio de. Prefácio. In; PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles M. M. (Organizadores). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OMT, **Organização Mundial do Turismo**. Turismo - um fenômeno econômico e social, 2013. Disponível em < <http://www2.unwto.org/en/content/why-tourism> > Acesso em 27 de fevereiro de 2013 às 10h43min.

OSSAME, Ricardo. As cidades na Amazônia pelos viajantes. In: BASTOS, Élide Rugai & FREITAS, Renam (Org.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, Ester Maria; NELSON, Sherre Prince (2004). Turismo Sustentável, uma introdução. In: PEREIRA, Ester Maria; NELSON, Sherre Prince (Org.). **Ecoturismo** [Práticas para turismo sustentável]. Manaus: Valer / UniNorte.

REED, Maureen Greed. *Power relations and community-based tourism planning*. **Annals of Tourism Research**. Volume 24, Número 3, pp. 566-591, 1997. Disponível em < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738397000236> > Acessado dia 21 de maio de 2012, às 18 horas e 20 minutos.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado; Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, n. 34, pp. 59-101, 1991.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável; a proteção do meio ambiente**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

SALES, Glademir. Etnografia da inclusão: a resistência contra a indiferença. In: **Estigmatização e território: apeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glademir Sales dos Santos ; autores, Luís Augusto Pereira Lima...[et al.]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: < <http://www.novacartografia.com> > Acessado dia 20 de junho de 2012 as 15 horas e 10 minutos.

SANSOLO, Davis Gruber. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, AM. In: **PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-50. Disponível em < <http://www.passosonline.org> > Acesso em 27 de fevereiro de 2013 às 10h 43min.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

_____. **Por uma outra globalização; do pensamento único á consciência universal**. 19ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2010b.

_____. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, s/ed, 1994c.

SENAC, DN. **Turismo no Brasil: um guia para o guia.** (Alexandre Raposo. Márcia Capella; Cláudia Cardoso dos Santos. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas.** 3ª ed. Manaus: Valer, 2012a

_____. Os Amazônidas contam sua história: Território, povos e populações. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. (Orgs.), 2009. **Amazônia; território, povos tradicionais e ambiente.** Manaus; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009b.

_____. Etnicidade e globalização. (material digital), 2011c.

_____. **Metamorfose da Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000d.

SILVA, Gilberto da (2008). **Estudos sobre a realização de atividades Turísticas nas terras indígenas brasileiras.** Brasília: Funai. Disponível em: < <http://ciede.mgt.unm.edu/fibea2008/papers/Ecotourism/dasilvapaper.pdf> > Acesso dia 01 de janeiro de 2012 às 09h45min.

SILVA, Aline Rosana Alexandrina da & AGUIAR, Lileane Praia Portela de Aguiar. Dramas e tramas da privatização e revitalização do Porto de Manaus: a situação do Booth Line. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010 ISSN 1980-6930, 2010. Disponível em: < http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_5/31.pdf > Acesso dia 15 de junho de 2013, às 16h 17 min.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

STAVENHAGEN, Rodolfo (1980). **Las organizaciones indígenas;** actores emergentes en América Latina. Disponível em: < <http://www.bibliojuridica.org/libros/4/1980/18.pdf> > Acesso dia 10 de janeiro de 2012 às 19h45min.

WIGGERS, Raquel. **Comunidades rurais da Amazônia:** Reflexões acerca das formas de organização política. Disponível em < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT23-Raquel-Wiggers.pdf> > Acesso dia 01 de janeiro de 2013 às 12:00 horas.

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADO AOS DIRIGENTES DAS COMUNIDADES



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
(PPGSCA)

ROTEIRO DE ENTREVISTA (PREVISÃO)

Entrevista semi-estruturada aos indígenas das comunidades Mawé (Gavião) e Caniço – Rouxinol.

1 – Nome do entrevistado:

1.1 - Idade _____ 1.2 - Etnia _____ 1.3 - Sexo (_____)

2 – Comunidade: _____

3 - Há quanto tempo à apresentação das tradições indígenas para turista passou a fazer parte da comunidade?

4 - Porque a comunidade começou a fazer apresentação das tradições para turistas?

5 – Como são firmados os contratos com a comunidade

() Turista () Hotéis () Agências de turismo () Não há contratação

6 - Quais melhorias ocorreram com a entrada do turismo nas comunidades?

7 - Como se dá as relações das comunidades com os órgãos oficiais e agências de turismo?

8 - Quando os turistas visitam as comunidades o acordo financeiro é feito com os turistas ou com as agências e empreendimentos turísticos?

9 - Como a comunidade se prepara com receber os turistas?

10 - Quais cursos ou processos de qualificação foram desenvolvidos com os comunitários para receber os turistas?

11 - O que a comunidade oferece aos turistas e quem são os indígenas envolvidos?

12 - Quando os turistas vão a comunidade, há permanência acima de 24 horas e de que modo eles permanecem?

13 - Quem são os turistas, nacionais ou estrangeiros e quais são as dificuldades encontradas pelos comunitários em relacionar-se com os mesmos?

ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP - Adaptado



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS

Pesquisador: Agnaldo Corrêa de Souza

Área Temática: Área 6. Populações Indígenas

Versão: 5

CAAE: 03587112.1.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Patrocinador Principal: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 338.579

Data da Relatoria: 17/07/2013

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção do indígena em relação às atividades turísticas realizadas nas comunidades Caniço Rouxinol e Sateré Gavião, localizadas na micro bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açú, Manaus-AM, a partir das reais contribuições do modelo de turismo empregado para minimizar os conflitos referente às questões indígenas na Amazônia.

Objetivo Secundário:

- * Interpretar as possíveis transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas com a prática do modelo de turismo sustentável na Amazônia;
- * Identificar os atores envolvidos com a atividade turística das comunidades;
- * Descrever as transformações ocorridas com a inserção do turismo nas comunidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os potenciais riscos ao participar dessa pesquisa dizem respeito à algum tipo de constrangimento ou desconforto diante de algumas questões que serão feitas. Qualquer risco será minimizado ou sanado pelo pesquisador. Considerando que "toda pesquisa envolvendo

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO A - Continuação

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP - Adaptado



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)**



Continuação do Parecer: 338.579

seres humanos envolve riscos", os eventuais riscos a integridade física, psicológica, social e educacional do sujeito da pesquisa serão imediatamente minimizados e/ou sanados. Os riscos podem ser: constrangimento e desconforto, por estar inserido dentro da comunidade; moral, pelos aspectos dos hábitos serem diferentes do pesquisador, deve-se respeitar suas tradições e também emocional e psicológico pela privacidade, esses riscos por ventura ocorrerem serão minimizados e/ou sanados. Este projeto obedece as normas regulamentadoras (Resolução 196/96) e outras complementares, esta pesquisa procurará seguir os critérios éticos para preservar e respeitar os direitos e a cultura dos povos indígenas. O pesquisador responsável expressa que, fará o cumprimento da Resolução 196/96 e complementares, respeitando sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes das comunidades Sateré Gavião e Caniço Rouxinol.

Benefícios:

Promover o desenvolvimento com a sustentabilidade socioambiental nas comunidades indígenas, juntamente com seus diversos atores sociais é um desafio. Atualmente muitas comunidades são expostas em vitrines virtuais, utilizadas como produtos da "Indústria do Turismo", não havendo uma preocupação com a realidade dessas comunidades, muitas vezes vivendo em conflitos e "marginalizadas" pela sociedade, instituições governamentais e não governamentais e pelos empreendimentos turísticos na região. A exemplo desta situação, nos últimos anos muitos povos indígenas foram alvos das disputas e conflitos pela posse de terras e pelo descaso da gestão pública acerca da importância de seu valor histórico. Estas questões têm levado muitos indígenas a migrarem para as periferias urbanas, levando-os a uma situação "marginal", principalmente pela falta da prática das políticas públicas que valorizem a sua cultura e seu legado. Desta forma, este estudo, possibilita a geração conhecimento dentro da temática desenvolvimentista e econômica do turismo, podendo servir como instrumento de pesquisa para outras pesquisas, uma vez que o estudo está ligado a uma cadeia de possibilidades, contribuindo para diagnosticar através desta prática econômica que é o turismo muitos problemas sociais não citados pelos órgãos públicos.

AVALIAÇÃO: Riscos e benefícios adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Metodologia: metodologia adequada. A pesquisa possui relevância científica, estando bem amparada pelos pressupostos teórico-metodológicos.
- Critérios de inclusão e exclusão: adequados, pois prevê quais membros das comunidades podem participar da pesquisa e quais não devem participar.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-5130

CEP: 69.057-070

Município: MANAUS

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO A - Continuação

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP - Adaptado



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 338.579

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica para esta versão do parecer.

Recomendações:

Como a tramitação deste protocolo se realiza há cerca de um ano com o primeiro parecer emitido em agosto/2013, tendo havido demora nos trâmites com a CONEP, que emitiu pareceres em 05/11/2012 e 03/06/2013, pede-se que a pesquisa só se inicie após aprovação do CEP/UFAM, readequando-se o calendário, pois o CEP não pode se responsabilizar por pesquisas já iniciadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas pelo CEP/UFAM e CONEP foram conferidas e atendidas, mas pede-se para considerar as recomendações acima.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O parecer está aprovado pois atendeu as pendências, estando adequado às normas que orientam os aspectos éticos nas pesquisas que envolvem seres humanos.

MANAUS, 22 de Julho de 2013

Assinador por:
Ana Paula Pessoa de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO B

MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS** sob a responsabilidade do pesquisador **Agnaldo Corrêa de Souza**, a qual pretende analisar como o indígena vê o turismo em sua comunidade e de que modo o turismo traz melhoria de vida para toda comunidade. A pesquisa será realizada com a convivência do pesquisador na comunidade, chamada de **“observação participante”**.

Sua participação é voluntária, por meio de entrevista semiestruturada, onde você poderá responder abertamente. Todas as informações coletadas durante as entrevistas são estritamente confidenciais. Essas informações serão apenas utilizadas para esta pesquisa e ficarão arquivadas no Centro de documentação e Apoio a Pesquisa (CENDAP) do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

Se o Sr (a). autorizar, pretendemos fotografa-lo e filmá-lo – elementos necessários para transcrição das informações para esta pesquisa - mas o Sr (a) terá o direito de rever a produção desses materiais para sua avaliação. Lembrando-o (a) que este material só será destinado exclusivamente a esta pesquisa e que lhe serão assegurados a sua privacidade.

Os potenciais riscos ao participar dessa pesquisa dizem respeito à algum tipo de constrangimento ou desconforto diante de algumas questões que serão feitas. O Sr(a) tem o direito de não respondê-las. Qualquer risco será minimizado ou sanado pelo pesquisador. Os benefícios em participar da pesquisa dizem respeito ao conhecimento sobre a atividade do turismo na comunidade.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 e 304 do Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde seguem os critérios éticos para preservar e respeitar os direitos e a cultura dos povos indígenas.

Sua participação nesta pesquisa não prevê o recebimento de qualquer benefício em dinheiro ou de caráter promocional, contribuindo apenas para o conhecimento teórico-científico.

 Assinatura do participante voluntário

 Assinatura do Pesquisador Responsável

O (a) senhor (a) autoriza a realização da sua gravação e da sua filmagem por este pesquisador? SIM () ou NÃO ()

ANEXO B - Continuação

MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Continuação

O senhor (a) tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração, pois a pesquisa não trará nenhuma compensação financeira aos participantes. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

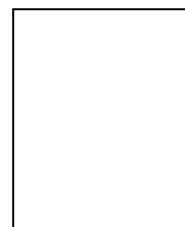
Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua: Coronel Ferreira de Araújo, Conj. Residencial Petrópolis, Bloco 03, Apartamento 206, pelos telefones (92) 3877-4269, 9164-4265, 8828-27-91; também obter informações no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia através do telefone (092) 3305 4380, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130, o qual tem a função de exercer controle social nas pesquisas que envolvem seres humanos e que atende de segunda à sexta-feira, das 8h e 30min às 11h e 30min; terças e quintas-feiras, das 14h às 16h e 30min.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___



Assinatura do Pesquisador Responsável

Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

O (a) senhor (a) autoriza a realização da sua gravação e da sua filmagem por este pesquisador? SIM () ou NÃO ().

ANEXO C

MODELO DA CARTA DE ANUÊNCIA AO DIRIGENTE DA
COMUNIDADE SATERÉ-GAVIÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA



CARTA DE ANUÊNCIA

Ao Sr (a) Dirigente da Comunidade Indígena Mawé Gavião (Sateré-Mawé)

Venho através deste, solicitar autorização para realizar a pesquisa intitulada “**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS**”, a ser realizado nesta comunidade, localizada no Rio Tarumã Açú (Igarapé do Tiú), município de Manaus, pelo pesquisador **Agnaldo Corrêa de Souza** do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPSCA), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a **Marilene Corrêa da Silva Freitas**. Contamos com a autorização e ciência do dirigente desta comunidade para realização da pesquisa, pois é parte relevante para finalização do estudo.

O estudo tem como objetivo analisar a percepção do indígena em relação à atividade turística realizada na comunidade, assim como verificar as reais contribuições do modelo de turismo sustentável empregado para minimizar os problemas sociais e econômicos enfrentados pelas comunidades indígenas. A pesquisa seguirá os critérios da abordagem qualitativa, com utilização da observação participante, que implica no estudo descritivo-interpretativo etnográfico. Serão selecionados os membros da comunidade inseridos diretamente com a atividade turística desenvolvida na comunidade.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo. Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

Manaus, de de 20.....

Assinatura

Dirigente da Comunidade Indígena Mawé Gavião (Sateré-Mawé)

Identificação do participante:

Nome: _____

RG _____ Órgão Emissor: _____ CPF: _____

Fone(s) para contato: _____

E-mail (letra maiúscula): _____

ANEXO D

MODELO DA CARTA DE ANUÊNCIA AO DIRIGENTE DA COMUNIDADE CANIÇO-ROUXINOL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**



Ao Sr (a) Dirigente da Comunidade Indígena Caniço - Rouxinol

Venho através deste, solicitar autorização para realizar a pesquisa intitulada “**UM ESTUDO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO AMAZONAS**”, a ser realizado nesta comunidade, localizada no Rio Tarumã-Açú (Igarapé do Caniço), município de Manaus, pelo pesquisador **Agnaldo Corrêa de Souza** do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPSCA), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a **Marilene Corrêa da Silva Freitas**. Contamos com a autorização e ciência do dirigente desta comunidade para realização da pesquisa, pois é parte relevante para finalização do estudo.

O estudo tem como objetivo analisar a percepção do indígena em relação à atividade turística realizada na comunidade, assim como verificar as reais contribuições do modelo de turismo sustentável empregado para minimizar os problemas sociais e econômicos enfrentados pelas comunidades indígenas. A pesquisa seguirá os critérios da abordagem qualitativa, com utilização da observação participante, que implica no estudo descritivo-interpretativo etnográfico. Serão selecionados os membros da comunidade inseridos diretamente com a atividade turística desenvolvida na comunidade.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo. Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

Manaus,de..... de 20.....

Assinatura

Dirigente da Comunidade Indígena Caniço - Rouxinol

Identificação do participante:

Nome: _____

RG _____ Órgão Emissor: _____ CPF: _____

Fone(s) para contato: _____

E-mail (letra maiúscula): _____